

SÍLVIO CÉSAR FERREIRA FELICIANO

**O DISCURSO DOS PROFESSORES FRENTE ÀS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ÂMBITO
EDUCACIONAL**

Orientadora: Prof.^a Doutora Manuela Guilherme

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2015**

SÍLVIO CÉSAR FERREIRA FELICIANO

**O DISCURSO DOS PROFESSORES FRENTE ÀS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ÂMBITO
EDUCACIONAL**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, perante o Júri nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 20/2016, de 15 de janeiro de 2016, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor António Teodoro

Arguente:

Prof.^a Doutora Maria Neves Gonçalves

Vogal:

Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa

Orientadora:

Prof.^a Doutora Maria Manuela Guilherme

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2015

*I have fought against white domination,
and I have fought against black
domination. I have cherished the ideal of a
democratic and free society in which all
persons will live together in harmony and
with equal opportunities. It is an ideal for
which I hope to live for and to see realized.
But, if it needs be, it is an ideal for which I
am prepared to die.*

Nelson Mandela, 1964

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação, primeiramente a Deus, por me dar forças em todos os momentos desta jornada. Aos meus pais, Marluce Maria e Severino José, pelo carinho e compreensão. A minha irmã, que sempre esteve ao meu lado. À Prof.^a Doutora Graça Ataíde, pelo compartilhamento do saber, pelo apoio e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, pois sem Ele não teria alcançado mais uma etapa na minha trajetória. Aos meus pais, que esbanjaram paciência e incentivo. Aos professores que participaram e partilharam o conhecimento ao longo da minha vida acadêmica.

Agradeço a Prof.^a Doutora Manuela Guilherme pelo apoio e orientação, bem como a todos os Professores da Lusófona que contribuíram na minha formação acadêmica.

Agradeço a Prof.^a Doutora Graça Ataíde, pelo apoio, pelos ensinamentos que levarei para toda a vida. Muito obrigado pela presença nas horas mais difíceis e por dividir seu tempo comigo. Obrigado por tudo.

A Gesilda Marques, a você expresseo gratidão, obrigado pela sua aposta. Aos colegas de turma, pela cumplicidade e amizade. Aos alunos e docentes que participaram desta pesquisa, obrigado pelo tempo e disponibilidade.

RESUMO

Feliciano, Sílvio César Ferreira. (2015). O discurso dos professores frente às relações etnicorraciais no âmbito educacional. Dissertação, Mestrado em Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, 152 p. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT.

Este trabalho constitui-se numa análise acerca das relações raciais no âmbito escolar, em específico no ensino fundamental II. A análise foi desenvolvida mediante aos conceitos de racismo, preconceito e discriminação. Relacionado a esses conceitos, utilizamos como trajetória metodológica a Análise do discurso (Mainguemau 1997; Orlandi 2001), abrangendo dois segmentos. O primeiro consiste na análise de documentos orais, isto é, dos discursos proferidos pelos docentes deste nível de ensino. A segunda etapa consiste nas observações realizadas nas escolas com a finalidade de perceber a materialização das relações raciais no cotidiano escolar. Os resultados das entrevistas nos levaram a perceber duas realidades: a primeira equivale a falta de fundamentos, teóricos e metodológicos, que refletem em suas práticas pedagógicas; a outra, por sua vez, refere-se a precariedade da aplicação da lei 10.639/03. Contudo, para que tais realidades sejam modificadas, se faz necessário que os docentes desconstruam certos paradigmas, estabelecendo uma consciência crítica baseada no respeito as diferentes vertentes culturais, reconhecendo a diversidade étnica como elemento relevante na formação do povo brasileiro.

Palavras - chaves: preconceito, discriminação, racismo, relações raciais, identidade.

ABSTRACT

Feliciano, Sílvio César Ferreira. (2015). O discurso dos professores frente às relações etnicorraciais no âmbito educacional. Dissertação, Mestrado em Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, 152 p. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT.

This work was an analysis in relation to race relations in schools, in particular in basic education II. The analysis carried out by the concepts of racism, prejudice and discrimination. Related to these concepts, we use discourse analysis as a methodological strategy (Mainguemau 1997; Orlandi 2001) covering two segments. The first is the analysis of oral documents, that is, the oral data provided by the teachers of this level of education. The second stage consists of the observations made in schools in order to perceive the materialization of race relations in the school routine. The results of the interviews led us to acknowledge two realities: the first shows a lack of both theoretical and methodological grounds reflecting on their teaching practices; the other, in turn, refers to the instability of the law enforcement 10.639 / 03. However, although these realities are changing, it is necessary that teachers deconstruct certain paradigms and develop a critical awareness based on respect for the different cultural aspects, recognizing ethnic diversity as an important element in the formation of the Brazilian people.

Key - words: prejudice, discrimination, racism, race relations, identity.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
ONGs	Organizações não-governamentais
AD	Análise do Discurso
FD	Formação Discursiva
ED	Excertos dos Depoimentos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PPP	Projeto Político Pedagógico

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	12
Capítulo I. O negro na sociedade brasileira	15
1.1. Da escravidão ao “trabalho livre”	16
1.2. Preconceito, discriminação e racismo.....	17
1.2.1. O Preconceito nas entrelinhas.....	17
1.2.2. Reflexões sobre a discriminação	19
1.2.3. A sutileza do racismo	26
1.3. Cultura e cultura africana.....	34
1.4. O branqueamento e sua mitologia.....	37
1.5. O negro no Brasil: A construção identitária.....	39
1.6. Como vai a democracia racial no Brasil?	43
Capítulo II. O negro no Cenário Educacional: Reflexões sobre as ações afirmativas.....	47
2.1. O percurso do negro no sistema educacional brasileiro.....	48
2.2. O negro no cenário das ações afirmativas.....	53
2.3. A Lei 10.639/03: Uma nova perspectiva para os temas africanos e afro-descendentes no âmbito educacional.....	55
Capítulo III. Design Metodológico	62
3.1. Apresentação do objeto e justificativa.....	63
3.2. Objetivos	64
3.2.1. Geral:	64
3.2.2. Específicos:.....	64
3.3. Tipo de estudo.....	64
3.4. <i>Locus</i> da pesquisa.....	67
3.5. Sujeitos da pesquisa.....	68
3.6. Instrumentos da pesquisa.....	69
3.6.1. Observação	69
3.6.2. Entrevista	70
3.7. Procedimento da pesquisa	72
3.8. Instrumentos de análises dos dados.....	72
Capítulo IV. Análise e Interpretação dos Resultados	75
4.1. Apresentação e discussão dos resultados da análise qualitativa.....	76
4.2. Perfil pessoal e profissional dos docentes.	76
4.3. Formação Discursiva (FD) - Definição acerca do preconceito, racismo e discriminação.	77

4.4. Formação Discursiva (FD) - O cotidiano escolar frente à Lei 10.639/03.	82
4.5. Formação Discursiva (FD) - Ações discriminatórias na sala de aula.....	84
4.6. Formação Discursiva (FD) - Atividades realizadas para a minimização do preconceito.	86
4.7. Observações	90
4.8. Triangulação de métodos.	95
Considerações Finais	97
Referências Bibliográficas	100
Apêndices.....	I
Apêndice I. Carta de anuência.....	II
Apêndice II. Guião de Entrevista para os professores	III
Apêndice III. Entrevistas realizadas com os professores - D1.....	V
Apêndice IV. Entrevistas realizadas com os professores - D2	VIII
Apêndice V. Entrevistas realizadas com os professores – D3	XII
Apêndice VI. Entrevistas realizadas com os professores – D4	XV
Apêndice VII. Entrevistas realizadas com os professores – D5	XVIII
Apêndice VIII. Entrevistas realizadas com os professores – D6	XXI
Apêndice IX. Entrevistas realizadas com os professores – D7	XXV
Apêndice X. Entrevistas realizadas com os professores – D8	XXVIII
Apêndice XI. Entrevistas realizadas com os professores – D9	XXXI
Apêndice XII. Entrevistas realizadas com os professores – D10	XXXVI
Anexos	XL
Anexo I – Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.	XLI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores	71
Quadro 2. Distribuição tabular da identificação pessoal e profissional dos docentes envolvidos na pesquisa.	77
Quadro 3. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Preconceito, discriminação e racismo”	78
Quadro 4. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Concepções do educar acerca do preconceito, discriminação e racismo.....	80
Quadro 5. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Concepções do educar acerca do racismo	81
Quadro 6. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “A escola frente à Lei 10.639/03.....	83
Quadro 7. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “ações discriminatórias na sala de aula”	85
Quadro 8. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Ações discriminatórias na sala de aula”	86
Quadro 9. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Atividades realizadas para a minimização do preconceito.....	87
Quadro 10. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Atividades realizadas para a minimização do preconceito.....	88
Quadro 11. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Atividades realizadas para a minimização do preconceito”	89

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Pernambuco com a localização de Paudalho	67
Figura 2. Mapa da Paraíba com a localização de Pitimbu	67

INTRODUÇÃO

A discriminação e o preconceito racial presente em nossa sociedade vêm sendo discutidas em diversas esferas: cultural, político, social e educacional. Entretanto, conceitos como etnia, raça e cultura e suas relações passam a exercer um papel camuflado no cenário educativo, pois segundo Brito (2009) há um ocultamento dessas relações que de certa maneira vem pulverizar o preconceito racial. Corroborando assim, com as ideias propostas por Cavalleiro (2001), ao afirmar que tanto os professores quanto os pais dos alunos preferem silenciar diante das atitudes e ideias racistas, o que de certa forma vem reforçar o imaginário de inferioridade das crianças afro-brasileiras.

A instituição escolar como um espaço misto e propício à diversidade, torna-se um local onde a sociabilidade se faz presente, implicando assim, uma comunicação cultural que possibilita a perpetuação ou a superação dos paradigmas que contribuem para a construção do preconceito e da discriminação racial. Trazemos as concepções acerca de discriminação, racismo e preconceito para o centro da discussão autores como: Munanga (2005), Gomes (2003), Cavalleiro (2001), Guimarães (1999), Lopes (2005), Hofbauer (2003), Xiberras (1993) e Wieviorka (2007).

Cavalleiro (2001, p. 149) afirma que uma educação antirracista vem promover a valorização das diferenças raciais e ao reconhecimento das diversidades presentes no âmbito escolar, acredita que a escola necessita comprometer-se com o seu papel social na luta contra a hegemonia e modelo ditatorial que vão em direção à superioridade da cultura predominante. A instituição educacional não pode calar-se perante as circunstâncias causadoras de desigualdades, visto que, condenam os grupos discriminados, com maior ou menor intensidade, como se estes tivessem menos importância.

Nesta linha, Brito acredita que o ambiente escolar carece:

“Abrir espaços para o debate sobre o processo de socialização humana, ou seja, sobre as relações étnico-raciais tão problemáticas na sociedade atual e na escola, com o intuito de se buscar transformações significativas nas práticas pedagógicas, na formação do educador e educando e respostas para muitas questões ainda sem respostas no que se refere às interações sociais, é um desafio a vencer pelos educadores comprometidos com a transformação da sociedade hierarquizada que subordina um grupo em detrimento de outro” (Brito, 2009, p. 8-9).

Nessa perspectiva, a Lei 10.639-03 vem discutir sobre a discriminação racial, o ensino da história africana e afro-brasileira e a implementação de um currículo na contribuição para a superação do preconceito e das desigualdades raciais. Segundo Santana tal lei torna-se:

“...uma importante política de ação afirmativa que fundamentalmente vem somar-se as tantas outras demandas e lutas dos movimentos negros, em favor da superação do racismo e substancialmente a promoção de uma educação das mentalidades e a transformação de atitudes na sociedade em específico na escola” (Santana, 2010, p.153).

Todos esses fatores elencados anteriormente somados aos movimentos quilombolas e políticas de cotas vêm unir progressos para a conscientização de uma sociedade mais ética e igualitária na luta contra a discriminação racial.

Frente às desigualdades autodefinidas e pulverizadas no contexto brasileiro as escolas poderão amenizar o problema do preconceito racial, mediante as atitudes, projetos e campanhas que promovam a transformação da realidade social do Brasil.

De acordo com Lima:

“...a educação escolar, além de possibilitar o acesso dos seus sujeitos aos códigos escritos, tem a incumbência e a possibilidade de modificar mentalidades, favorecer a construção de uma autonomia crítica e livre de atitudes discriminatórias e de hierarquização predatória” (Lima, 2009, p. 34).

A citação acima vem de encontro com as ideias explanadas por Gomes (2012) na qual visa à necessidade de novas estratégias pedagógicas e leis educacionais direcionadas a promoção da diversidade étnica, descolonizando assim, “antigos currículos”.

Observando que a imposição realizada pela cultura branca gera a cultura negra um ocultamento, uma invisibilidade dos seus credos, raças e costumes, ocasionando a negação de um povo, de uma história, de uma etnia e de uma cultura.

Todos esses fatores, quando inviabilizados promovem conflitos culturais, ou seja, uma visão de cultura melhor que a outra, como também conflitos sociais, no qual se concerne como exemplo, o racismo institucional e o racismo à brasileira, ambos conferem aos negros e afrodescendentes a exclusão social, dificultando o acesso à dignidade humana.

Lopes (2005) acredita que a sociedade brasileira é excludente e preconceituosa. Sendo assim, a escola como âmbito social assimila e exerce um posicionamento de não ser inclusiva, ou seja, a escola retrata uma democracia em que todos têm direito a educação, porém o seu acesso é inviabilizado quando os negros sofrem preconceitos e são discriminados pelo seu fenótipo. Dessa forma, Lopes (2005):

“A instituição escolar precisa desenvolver programas que, reconhecendo as diferenças e respeitando-as, promovam a igualdade de oportunidades para todos, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade. Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir” (Lopes, 2005p.187).

A escola necessita abarcar a diversidade humana com propostas valorativas e educativas e reconhecer as diferenças (negros, brancos, índios) como elementos construtores de culturas. Em suma, o ambiente escolar deve ter como proposta educativa o reconhecimento e eliminação da estereotipização, valorizando a pluralidade cultural e racial.

Neste sentido, reconhecemos a importância em iniciar uma pesquisa sobre as consequências das relações raciais por meio dos discursos proferidos pelos docentes mediante a promulgação da Lei 10.639/03. A necessidade de averiguar essa temática surgiu a partir das observações que permearam minha vida acadêmica e profissional, onde observamos uma carência da problemática no ambiente escolar.

Desta maneira, nossa questão de partida é saber quais as concepções que os professores possuem acerca das relações raciais que se estabelecem no âmbito escolar. (p. 64)

Acreditamos que ao discutir sobre esse tema podemos impulsionar novos debates e novas propostas pedagógicas por meio da Lei 10.639/03, que evidencia a relevância da cultura negra na construção da sociedade brasileira.

Diante do que foi apresentado, esta pesquisa está organizada em quatro capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo - Refletindo sobre o negro na sociedade brasileira - procuramos refletir sobre preconceito, discriminação e racismo e suas consequências na construção identitária no cenário brasileiro.

O segundo capítulo - O negro no cenário educacional: reflexões sobre as ações afirmativas - demonstrará o percurso do negro no sistema educacional, bem como a inclusão e a valorização da história e cultura africana no âmbito educacional. Em sequência, apresentamos a Lei 10.639/03 e seus marcos legais como uma ação afirmativa.

O terceiro capítulo- Percurso metodológico – apresenta os percursos e instrumentos que proporcionaram o desenvolvimento do trabalho.

Por fim, o quarto capítulo, denominado: Análise e interpretação dos resultados, registra as averiguações realizadas na escola estadual do município de Pitimbu-PB e na escola privada localizada no município de Paudalho-PE, com docentes e alunos, por meio de observações e questionários, acerca das relações etnicorraciais no espaço escolar.

CAPÍTULO I.

O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

1.1. DA ESCRAVIDÃO AO “TRABALHO LIVRE”

Discutir a relação entre a diversidade cultural e a educação no Brasil não é uma tarefa simples, visto que, devido à grande extensão territorial, bem como, a presença de inúmeros povos, fez com que a nossa formação tivesse como pedra basilar a miscigenação. Que conforme Abrahão (2006) fez do Brasil uma nação multiétnica e singular.

A presença dos europeus, a população indígena e também as dos escravos africanos contribuíram para a formação cultural do nosso país. Nesse contexto, se faz necessário desenvolver investigações que abarquem sobre a necessidade de um ensino pautado na cultura de base negra como ferramenta promotora de uma educação que afirme a identidade de jovens que frequentam as escolas brasileiras.

Para Pereira (2010) compreender o processo de transformação e de criação do negro brasileiro, se faz necessário remontar para o século XIX e perceber como os negros africanos foram percebidos pela população europeia, e mediante a esse contato, fundamentar o conceito de raça. Sendo assim, o século XIX começou a propagar mediante uso dos recursos científicos a hierarquização entre as raças, ou seja, brancos e negros. E assim, foi se propagando a superioridade branca e a inferioridade negra.

O período escravocrata no Brasil foi uma ferramenta de imposição cultural, e que segundo Pereira (2010) existia uma simbologia para a construção imaginária sobre o negro no Brasil, e assim, perpassar a “bondade” branca e uma pseudo benevolência que se constituía sem a presença de conflitos entre escravos e patrões. Para essa temática sobre o período escravocrata no Brasil contamos com teóricos como: Pereira (2010) e Skidmore (2012), que vem abordar a realidade social e o pensamento acerca de raça dentro do cenário do século XVIII.

Com a “independência” do Brasil, o Romantismo oriundo da Europa veio adentrar trazendo ideais de valorização a cultura nativa, as florestas e os índios. Temos como exemplos: Gonçalves Dias e José de Alencar, nesse período o índio passou a ser visto como herói e símbolo nacional. O negro, no entanto, conforme Skidmore (2012, p.42) era retratado como “escravo heroico”, o “escravo sofredor” ou a “bela mulata”. O homem negro livre, que existia em todos os níveis da sociedade brasileira, era ostensivamente ignorado pelos escritores românticos.

O período Romântico, das últimas décadas e início do século XIX, passou, porém os negros na literatura continuaram ainda a serem ignorados, os resultados da pesquisa trazidos por Rosenberg, Bazilli e Silva (2003) vêm mostrar o racismo presente nos livros didáticos brasileiros, no qual o negro é visto como um ser subalterno, que vem assumir socialmente no século XIX, papéis estigmatizados de servidão e trabalhos de menores prestígios.

1.2. PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E RACISMO

1.2.1. O Preconceito nas entrelinhas

O estigma de beleza branca se diverge da beleza negra, porém muitos negros vão em busca de se aproximar cada vez mais dos estereótipos da cultura branca, muitas vezes distanciando e negando sua própria matriz negra. Goffman (1988), apresenta uma visão de estigma baseada entre as características físicas, os grupos que sofrem estigmatização e os ditos normais.

O termo preconceito segundo Sant'Ana:

“Uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos” (Sant'Ana, 2005, p.62).

O indivíduo com preconceito carrega consigo opiniões, crenças e conceitos de um determinado grupo: pobres, nordestinos, gordos, homossexuais, mulheres, negros... Opiniões essas pautadas em sentimentos de aversão e indignação.

Esse indivíduo vai paulatinamente, mediante as suas relações sociais criando barreiras que o impossibilita construir valores baseados na ética e no respeito ao outro. Pois, conforme Lopes, o “preconceito racial é ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida.” (Lopes, 2005, p.188)

O uso de apelidos, bem como a estigmatização são ferramentas nas quais o preconceito encontra seus aliados e assim, conforme o autor vem estabelecer ‘subprodutos’ do modelo social vigente nos diferentes contextos sociais como: *os estereótipos, a discriminação, o racismo, o sexismo*, etc.

O preconceito racial, como todo e qualquer tipo de preconceito ocorre mediante a uma ideia preconcebida, um suposto saber, repleto de intolerância. Conforme Nogueira, significa:

“Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece” (Nogueira, 1998, p.78-79).

A atitude discriminatória que acompanha o preconceito racial encontra-se principalmente no fenótipo, a cor da pele é algo que não pode ser escondida, bem como a cor dos olhos, dessa forma, o preconceito racial vem denegrir, machucar e restringir o outro. A citação acima vem corroborar com as ideias proferidas por Goffman (1988) ao afirmar que a imagem pública de um indivíduo está arraigada por imagens preestabelecida daqueles que não o conhece. Sendo assim, o negro irá desenvolver uma imagem projetada por um público que não o conhece pessoalmente, acarretando os preconceitos.

Lopes (2005) afirma que é preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua população. E essa relação excludente abarca inúmeros contextos sociais, como é o caso das artes e literaturas. Theodoro aponta:

“A literatura atua em nossas vidas para unir os mitos fundamentais da comunidade, de seu imaginário ou de sua ideologia. Na literatura brasileira, no entanto, o negro é a palavra excluída, ocultada com frequência, ou uma representação inventada pelo outro, sendo sempre o elemento marginal” (Theodoro, 2005).

Sant’Ana (2005) afirma que racismo, preconceito e discriminações são temas que vêm ganhando grandes destaques atualmente na imprensa, e que de certa forma intensifica as discussões dentro e fora do ambiente escolar. Dessa forma, é preciso que o educador compreenda seu papel na luta contra qualquer forma de preconceito e crie estratégias que valorizem as diferentes manifestações raciais.

Porém, há educadores como afirma Gomes (2005) que ao tratar da temática racial, deturpa e incute práticas racistas. Os professores precisam questionar-se, autoavaliar-se no que concerne de suas práticas pedagógicas ao tratar de temas como a diversidade ético-cultural vivenciadas no âmbito escolar. Gomes argumenta:

“É preciso que as práticas pedagógicas sejam orientadas por princípios éticos que norteiem as relações estabelecidas entre professores, pais e alunos no interior das escolas brasileiras. E é necessário inserir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no interior desse debate” (Gomes, 2005, p.150).

A citação acima nos faz refletir sobre as práticas docentes, o desenvolvimento de ações críticas-reflexivas, para que torne o aluno um agente engajado e motivado ao respeito as mais diversas etnias. Não obstante, discutir sobre a pluralidade de raças, participar de debates e apresentar grandes acervos sobre questões raciais se as práticas divergem da teoria. Sendo assim, são necessárias ações na luta contra as desigualdades raciais, que segundo Glass:

“Aqueles que lutam contra as desigualdades raciais devem se confrontar com uma longa história de práticas de supremacia racial que se articula a poderosos mecanismos que as explicam e justificam e que, por sua vez, se mantêm vivos dentro da cultura do país. A supremacia racial que a maioria das pessoas aceita como paradigma sobre o racismo afirma a superioridade de uma raça fundada em algumas características de pessoas que ocorrem naturalmente e que não são sujeitas a mudanças” (Glass, 2012, p.5).

Desconstruir estereótipos e paradigmas não vem ser uma tarefa fácil. Dessa forma, é preciso que os educadores estejam cientes do seu papel perante as relações raciais, identitárias e culturais. Gomes (2005, p.147) afirma que é preciso ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Pois, como afirma Praxedes:

“A maior dificuldade para os professores solucionarem os problemas provocados pelos preconceitos racistas contra os negros e índios é que mesmo quando honestamente não queremos pensar e tratar os nossos alunos de forma racista, continuamos a acreditar na supremacia das culturas, formas de conhecimento, comportamentos e aparência apresentados pelos membros das civilizações europeias. Não é um mero acaso, portanto, que os alunos que mais sofrem, atualmente, em nosso país, com a violência excludente ou assimilacionista de um sistema de ensino eurocêntrico e ainda colonizador, sejam exatamente os descendentes de índios e negros” (Praxedes, 2008, p.2).

A citação acima nos mostra uma visão eurocêntrica que vem ser uma grande barreira para que os demais grupos étnicos, entre eles incluímos negros e índios.

Essa marginalização vem ocorrer devido a inúmeros fatores, segundo Brito (2009), o sistema educacional brasileiro nega e omite no currículo escolar a contribuições dos negros, reforçando assim, as desigualdades raciais dentro do meio escolar.

A desigualdade racial nas escolas pode ser amenizada com a atuação de professores críticos ao abarcarem temas que suscitem as relações étnico-raciais. Pois, conforme Praxedes:

“...é preciso reconhecermos que na escola existem alunos e educadores com origens diversas, do ponto de vista religioso, étnico, de gênero, de orientação sexual e de classe, e que nenhum grupo humano tem o monopólio da beleza, da inteligência, da racionalidade, etc.” (Praxedes, 2008, p.4).

A citação acima faz uma ponte com as ideias difundidas por Brito (2009), visto que, segundo o autor se faz necessário que a escola estabeleça espaços para dialogar acerca das relações étnico raciais, de modo, que favoreça a diversidade racial e cultural dos indivíduos. Valendo-se de estratégias que enfraqueçam ou reduzam a ideologia de superioridade racial e consequentemente quaisquer formas de preconceito.

É preciso estabelecer uma consciência crítica baseada na aceitação da diversidade étnica e desconstruir a suposta ideia de hierarquização de raças. Dessa forma, estaremos construindo uma sociedade mais igualitária e o respeito às diferentes vertentes culturais. Pois, como afirma Brito (2009) são necessárias soluções, não somente em favor aos estudantes afrodescendentes, mas também aos brancos e indígenas de forma que todos respeitem e valorizem as diferenças.

1.2.2. Reflexões sobre a discriminação

Existe uma dualidade no que concerne a discriminação racial no Brasil, visto que, uns afirmam que não existe esse tipo de violência, pois somos um país mestiço e o que existe é um preconceito social, de classes, já outros afirmam que a discriminação racial ocorre diariamente (Lobo, 2008).

Discriminação racial conforme Sant'Ana:

“...significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública” (Sant'Ana, 2005, p.63).

A partir desse ponto, a discriminação racial direciona-se para a perspectiva de uma invisibilidade do negro no Brasil. Vejamos, por exemplo, os meios de comunicação que perpetuam a imagem do negro em séries de televisão, novelas e comerciais como agentes desqualificados e papéis de menos destaque.

Referindo-nos aos quesitos sociais como: desemprego, fome, carência de serviços básicos de saúde, o não acesso a moradia quem são os protagonistas mais atingidos por essas disparidades sociais? Segundo os dados do IBGE (2010) o Brasil apresenta cerca de 97 milhões de pessoas negras, isto é, 50,7% da população se declaram negra ou parda. A partir dessa declaração, Oliveira (2004) argumenta que um número expressivo dessas pessoas que assumiram essa identidade étnica passa por processos difíceis, sejam na esfera econômica ou social. Conforme a autora os modelos bons e de sucesso referem-se à população branca e o respeito à diversidade étnica quase não existe.

Essa invisibilidade anteriormente referida perpetua-se no mundo da moda, nas rádios, nos médias, adentrando também no âmbito escolar. Pois, como afirma Silva Jr.:

“Se as próprias instâncias governamentais se preocupam atualmente em trabalhar, no interior dos currículos, temas voltados para a superação da discriminação e da exclusão social étnico-raciais, deve-se considerar que estas mesmas instâncias reconhecem a existência da discriminação. Portanto, a resposta para a problemática das relações raciais no espaço escolar poderia ser buscada, especialmente, no interior mesmo das escolas [...] que muitas vezes é marcada por autoritarismos e visões estereotipadas, que poderiam ser exemplificadas nas falas: “O pessoal da favela só vem na escola para comer”; ou “Não adianta chamar o pai, porque ele só sabe beber!”; ou ainda, “Os alunos negros são os que mais dão trabalho no recreio. Adoram uma bagunça!” (Silva Jr., 2002, p.31,32).

Tal citação nos reporta a estereotipização do negro, onde tal fenômeno está relacionado à fome, drogas e mau comportamento. É preciso, como afirma o autor acima, um olhar mais crítico e dinâmico e reconhecer que existe discriminação racial dentro das escolas e que é preciso propagar o respeito à pluralidade e denunciar qualquer tipo de discriminação seja ela religiosa, sexual, social, étnica.

O autor acima ainda abarca que os PCNs mesmo não sendo obrigatórios corroboram para uma prática contra a discriminação, uma vez que a pluralidade cultural possibilita a abrangência étnica e cidadã do alunado. Porém, Silva Jr. ainda afirma:

“Se por um lado existe o aparato da legalidade e das intenções, por outro, nos deparamos com as dificuldades e despreparo de educadores para efetivar tais propostas. “Professores alegam não ter recebido qualquer tipo de orientação pedagógica sobre a questão racial no Brasil por ocasião de seu curso de formação profissional” e continuam tratando a questão racial e a diversidade humana, como um conteúdo de história e de artes, de caráter efêmero, sem assegurar uma abordagem contínua e transversal” (Silva Jr., 2002, p.33).

É preciso que se combata a discriminação e promova a paz, pois as visões elitistas brancas e mantedoras de doutrinas europeias (currículo eurocêntrico) precisam ceder espaços para uma verdadeira democracia racial no Brasil e não um pseudo contexto harmônico. Santos:

“A discriminação racial acaba sendo expressa em espaços determinados, lugares onde “o não-branco” não deveria adentrar; a fronteira limite onde a “branquitude” deve ser respeitada, o lugar de privilégio onde só os brancos podem acessar e um espaço de poder (econômico, político, social) do qual somente eles podem desfrutar. São lugares, espaços sociais rigidamente demarcados, onde pode (ou não) ser tolerada a presença do “não-branco”, ou onde esta presença deve ser evitada ou proibida. A aparência fenotípica (a marca racial) é “o passaporte” que permite ou bloqueia o ingresso. O acesso, a permanência e a aceitação dos não-brancos nestes lugares sociais dependerá da “gradação da cor da pele”: quanto mais branca a pele parecer, mais possibilidades de aceitação e acesso vão acarretar” (Santos, 2011, p.5).

Essa falsa harmonia existente, de acordo com o autor acima, pode provocar uma hierarquização de raças, uma segregação de brancos e não brancos (negros, índios, mestiços...) e no topo da pirâmide detentores das melhores escolas, sistemas de saúde, melhores empregos para a minoria da população brasileira (brancos). Com isso, estratégias de inclusão, movimentos sociais, políticas públicas são acionadas para combater o racismo. Freire

“A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação- a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos- libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprime, exploram e violentam em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos” (Freire, 1994, p.16).

Nesse contexto adentramos aos movimentos de resistências que até hoje perduram, dado que os opressores continuam os mesmos e os oprimidos também, porém de maneira mais gradativa e velada do que no período da escravidão. A população oprimida (negros, pardos, índios...) não desistiu de lutar, desde as insurreições, rebeliões, construção de quilombos, revoltas buscando melhorias e reconhecimentos.

Dias (2003) afirma que as represálias ocorriam desde a enforcamentos, prisões, exílios, fuzilamentos e também na forma de forças armadas como cavalaria e infantaria que destruíam os motins ou organização.

A discriminação racial mesmo com a libertação dos escravos (1888) ainda persiste, embora com a criação de movimentos que procurassem manter, valorizar os ideais desse grupo étnico, conforme explica Domingues:

“Um ano após a abolição da escravidão, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. O novo sistema político, entretanto, não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. Ao contrário, esta, segundo Andrews, foi marginalizada. Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. Em São Paulo, apareceram o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891)” (Domingues, 2007, p. 02).

Essas desigualdades que assolam a sociedade brasileira são provenientes de inúmeros fatores: sistemas educacionais de baixa qualidade, má distribuição de renda e desempregos que caminham lado a lado com os mais necessitados, negros, afrodescendentes e outros segmentos.

A discriminação racial voltada à área de trabalho precisa ser eliminada, para que a sociedade brasileira possa avançar. Uma vez que, nesse cenário social pode ocorrer segmentações no mercado de trabalho, pois observamos que alguns postos a presença negra é mais frequente, onde as diferenças salariais se tornam mais perceptíveis, onde o merecimento muitas vezes é ofuscado por predileção. Myres diz que:

“Números nas empresas: O Instituto Ethos lançou, em dezembro de 2003, o relatório Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. A constatação principal desse relatório é a predominância de homens brancos com alto grau de instrução nos principais cargos executivos (Instituto Ethos). E à medida que vai descendo na hierarquia empresarial (níveis: funcional, chefia, gerência, e executivo), encontra-se um número maior de negros, mas o número de negros nas empresas é longe da sua proporção na população nacional. As estatísticas no relatório revelam essas e outras discrepâncias entre funcionários negros e brancos e fornece informações sobre as ações das empresas voltadas para a promoção de diversidade. Segue abaixo um resumo desses dados” (Myres, 2003, p.05).

Cacciamali e Hirata (2005) afirmam que as desigualdades sociais entre negros e brancos podem ser abarcada de duas formas. A primeira se reveste de uma herança escravocrata e oportunidades distintas no âmbito educacional, já a segunda são as consequências oriundas da primeira, ou seja, a impregnação do preconceito vem acarretar a discriminação no mercado trabalhista, especialmente a homens negros, mulheres negras e pardos. Resultando assim, um contexto social alarmante e um abismo socioeconômico.

A segregação que atinge os negros constitui uma das formas mais intimidadoras e ofuscantes, causando impactos na contratação de mão-de-obra na qual há segmentações

(trabalhos braçais e não braçais) onde os negros podem estar incluídos como: pedreiros, serventes, garis... e os não braçais: técnicos de informática, gerentes, bancários. Isso não significa dizer que os negros não possam chegar a esse patamar, porém existem discriminações no ambiente de trabalho como abarca Silva e Kassouf:

“Encontraram-se fortes indícios de existência de discriminação racial contra os negros no preenchimento das vagas de trabalho, e verificou-se também que a probabilidade de desemprego é maior para o jovem cuja renda familiar é mais baixa” (Silva & Kassouf, 2002, p.01).

Ideias preconceituosas perpassadas culturalmente podem manter esse ciclo vicioso de práticas discriminatórias, restringindo dessa maneira, a tão sonhada libertação e ascensão na sociedade. Tal ascensão para as mulheres negras torna-se um obstáculo a parte. As discriminações de raça e gênero ainda procedem no Brasil e combatê-las poderá favorecer aos discriminados direitos que lhes foram abnegados.

O tráfico negreiro não somente trouxe homens negros, mas também mulheres que tiveram papéis importantes na lavoura, criação dos filhos dos patrões, nos cafezais, colheita de algodões, nas culinárias, entre tantos outros afazeres. Esse era o papel da mulher negra no Brasil.

Entretanto, após a abolição da escravidão, na forma de mulheres livres e com pouco ou quase nenhum grau de instrução, as mulheres negras continuaram seu papel como lavadeiras, cozinheiras reforçando assim, a segregação racial na sociedade brasileira. Segundo Pereira:

“Entretanto, por sofrerem dupla discriminação, de raça e de gênero, foram-lhes negados direitos sociais básicos como a escolarização. Assim, enquanto as mulheres brancas entraram no mercado de trabalho já escolarizadas, as mulheres negras, mesmo sempre tendo trabalhado, não contaram com o benefício da escolarização. Se em nenhum momento foi permitido aos escravizados africanos o acesso à instrução formal, tampouco a abolição foi acompanhada por políticas públicas destinadas a integrar os negros libertos à sociedade brasileira, o que contribuiu para e forçar as desigualdades entre a população negra e branca” (Pereira, 2010, p.03).

As mulheres negras enfrentam essa violação colonial que vem percorrendo desde as épocas coloniais, escalando o sistema injusto e discriminatório, uma vez com baixo nível escolar e impossibilidade de acesso ao ensino restava apenas os piores serviços e os menores salários. Hoje segundo Valenzuela tal fato ainda persiste:

“No mercado de trabalho, o sexo e a cor da pele marcam as oportunidades dos indivíduos, restringindo as oportunidades de mulheres e negros. As mulheres concentram-se em poucos setores econômicos, principalmente em serviços, ocupações de menor remuneração e nível de responsabilidade. Os negros localizam-se numa maior diversidade de setores, porém só conseguem empregos de baixa qualificação, remuneração e prestígio social” (Valenzuela, 1999, p.149).

A mulher negra, no âmbito da discriminação racial, se encontra no final da pirâmide, no mais baixo segmento social, inclusive na esfera profissional. Lopes:

“A discriminação no mercado de trabalho gera um círculo vicioso. Há as desigualdades socioeconômicas, as atitudes individuais e as estruturas institucionais de empresas, de serviço público, processos, práticas deformadas por estereótipos e preconceitos. Isso gera discriminação. As pessoas discriminadas no emprego ficam vulneráveis às desigualdades socioeconômicas, que tanto preocupam o nosso país” (Lopes, 2010, p.149-150).

No que convém a discriminação no trabalho, essa tal realidade pode ocorrer não somente com as mulheres negras, mas também com todos aqueles que fogem os estereótipos propagados pela média (cor branca, o ser magro e cristão entre outras variantes) e a situação pode tornar-se mais complicada.

Essa hierarquização existente no âmbito profissional muitas vezes não se expressa de maneira aberta, mas sim camuflada, às escuras. A pobreza, a marginalidade que circunda a mulher negra e a luta pela sobrevivência em um país tão desigual vem reforçar o estereótipo de um ser inferior. Contudo, Cacciamali e Hirata:

“A discriminação das mulheres no mercado de trabalho, por outro lado, se sobrepõe àquela de raça e incide, de forma altamente negativa, especialmente sobre a mulher negra. Ela se revela por meio de mecanismos de segregação social e ocupacional instaurados pela tradição patriarcal na nossa sociedade, criando menores oportunidades de mobilidade vertical e estabelecendo salários inferiores para as mulheres, especialmente nos postos de trabalho que predominam. As maiores responsabilidades da mulher no que tange à família e o seu papel na reprodução biológica podem acarretar seu menor envolvimento e descontinuidade no exercício do trabalho. Dessa maneira, esse papel social das mulheres contribui para a manutenção de práticas que as discriminam no mercado de trabalho” (Cacciamali & Hirata, 2005, p.4).

A ideia acima também é defendida por Valenzuela (1999) ao afirmar que no mercado de trabalho o sexo e a cor são o que vão marcar as oportunidades, dessa maneira, existe em estreitamento para os negros em específico as mulheres negras.

Além da discriminação no âmbito profissional, existe outro enlace que seria a erotização da mulher negra, mulata associada ao uso mediático em propagandas de TV e telenovelas. Acarretando assim, a cristalização e solidificação desse ideário no imaginário do povo brasileiro. Heilborn (2006, p.7) afirma que geralmente os brasileiros são considerados um povo quente, amistoso e fogo, sendo tratado muitas vezes como um paraíso sexual, um mito que o país vende, na qual a imagem da mulata é uma mulher com princípios sexuais libertários. Tal fato corrobora com as ideias de Gomes:

“Em este paraíso de Brasil, El mulato comienza a destacar como atractivo para diferenciar el paraíso de Brasil y otros destinos construidos como paraíso. La brasilidad debe fortalecerse para que Brasil se convierta em un destino turístico, por lo que la fusión entre La mujer y la natureza em la comercialización del paraíso debe incrementarse através de la fusion de la mujer y la cultura com la comercialización de las mulatas. De este mod, Brasil se convierte em um paraíso de mulatas, donde la natureza exuberante, la mujer sensual y racial, se funden em la figura de la mulata ¹” (Gomes, 2009, p.8).

A personagem da mulher afrodescendente vai sendo vendida e o turismo brasileiro difunde esse mito que comercializa e agencia ideais para dentro e fora do país, inclusive na própria literatura brasileira como abrange Duarte (2009, p.63):

“Enquanto personagem, a mulher afrodescendente integra o arquivo da literatura brasileira desde seus começos. De Gregório de Matos Guerra a Jorge Amado e Guimarães Rosa, a personagem feminina oriunda da diáspora africana no Brasil tem lugar garantido, em especial, no que toca à representação estereotipada que une sensualidade e desrepressão. “Branca para casar, preta para trabalhar e a mulata para fornicar” (Duarte, 2009, p.63).

A mulata vem ocupar um papel relacionado à sedução e a sensualidade, um objeto de prazer da qual os compromissos conjugais não se fazem presentes e Duarte (2009) afirma que o encanto europeu por mulheres não pertencentes aos arquétipos (católicos, monogâmicos...) se aloja no imaginário patriarca perpetuando assim, os estereótipos e o modelo social. Martinez:

“The national foundational romances provided a devastating challenge to poor and black women, women who endure essentialist identities even today, such as with the rise of the sex tourism industry, where groups like Europeans travel to Brazil with the preconceived expectation of finding a sensual mulatto woman²” (Martinez, 2012, p.112).

No turismo a importância das imagens se intensifica, pois é através dessa intensificação que nos comunicamos com o outro vendendo assim, os nossos produtos, uma vez que o *marketing* impulsiona nas decisões dos consumidores.

Embora, o Brasil tenha mudado desde o período da colonização, passado a ter uma indústria mais forte e competitiva, e a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, mesmo sendo assinada, o abismo social ainda persiste como afirma Silva:

¹ Neste paraíso do Brasil, o mulato começa a se destacar como atrativo para diferenciar o paraíso do Brasil a de outros destinos construídos como paraíso. A brasilidade deve ser reforçada para que o Brasil se converta em um destino turístico, por isso a fusão entre a mulher e a natureza na comercialização do paraíso deve ser reforçada utilizando a fusão de mulheres e cultura, com a comercialização das mulatas. Assim, o Brasil torna-se um paraíso de mulatas, onde a natureza exuberante, a mulher sensual e racial, se convertem na figura da mulata.

² Os romances fundamentais nacionais fornecem um desafio devastador para as mulheres pobres e negras, mulheres que ainda hoje sofrem identidades essencialistas, como com o surgimento da indústria do turismo sexual, onde grupos como europeus viajam para o Brasil com a expectativa preconcebida de encontrar uma mulata sensual

“: If we look back in history, the modernization process in Brazil started in the early 19th century, after the end of colonization in 1822. The birth of the republic in 1889 coincides with the abolition of slavery in 1888. However, the ideas of equality and citizenship attached to the republican principles did not correspond to the promotion of expanding opportunities to the freed black population. The country developed within a context where a significant number of extremely poor people had no fair access to education, labor market, housing, etc., while a small elite profited from its development³” (Silva, 2011, p.20).

Porém, é possível lutar contra esses estereótipos, os movimentos sociais de mulheres negras resistem a esses conflitos, contudo, é preciso como afirma Silva e Canto (2011, p.07) a recuperação da consciência política e cultural da negritude do que é ser mulher na sociedade brasileira. Essa trajetória política começou, segundo Rodrigues e Prado (2010, p.05), desde o Brasil Colônia e se intensificou no século XIX quando a escravidão vinha perdendo suas forças e dando os braços a ideais libertários.

Os movimentos sociais tanto dos negros como os das mulheres negras vêm ganhando grande destaque como abarca Cardoso e Gomes:

“O movimento negro contemporâneo é um movimento social identitário que agrega entidades, associações, organizações não-governamentais (ONGs), núcleo de estudos universitários, fundações, associações culturais, agentes pastorais negros (APNs), redes, blocos afros. Esta atuação ocorre em diversas frentes seja nos partidos político, em secretarias da administração em governos municipais, estaduais e federal” (Cardoso & Gomes, 2011, p.3).

São séculos de lutas políticas, lutas essas individuais ou grupais, que tem por intuito se impor diante a classe dominante. O que antes era desenvolvida de maneira clandestina e velada através dos quilombos, hoje se encontra de maneira mais abrangente e essa abrangência possibilitou a criação de outras ações não-governamentais e leis que auxiliam e promulgam as heranças culturais trazidas pelos negros.

1.2.3. A sutileza do racismo

Viver em um país onde as desigualdades sociais são bem visíveis, e essas desigualdades muitas vezes se encontram presentes na cor, ser negro no Brasil é “quase” assumir uma relação com a pobreza. Dessa forma, homens e mulheres negras enfrentam diariamente uma luta constante contra o racismo.

Porém, essa luta não é recente. Ao longo da história os negros oriundos da África, ao chegarem ao Brasil e assumirem seu papel de escravos, tentaram de inúmeras maneiras libertar-se das ideologias impostas pela identidade legitimadora, neste caso “os brancos”,

³ Se olharmos para trás na história, o processo de modernização no Brasil começou no início do século 19, após o fim da colonização em 1822. O nascimento da república em 1889 coincide com a abolição da escravatura em 1888. No entanto, as ideias de igualdade e cidadania ligada aos princípios republicanos não correspondia com a promoção da expansão de oportunidades para os negros libertos. O país desenvolveu dentro de um contexto onde um número significativo de pessoas extremamente pobres não tinham acesso justo à educação, mercado de trabalho, habitação, etc., enquanto que uma pequena elite lucraram com o seu desenvolvimento

mediante a fugas, suicídios, construção de quilombos, guerras como as dos Malês... O racismo se fazia presente desde sua chegada até os dias de hoje.

Diante desses indicadores para permear essa temática abarcaremos teóricos como: Alves (2007), Telles, (2003) Santos (2007), Munanga e Gomes (2006), Sampaio (2003) e Wieviorka (2007).

Conforme Munanga e Gomes o termo racismo significa:

“Um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes de ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira” (Munanga & Gomes, 2006, p.179).

Comungando assim, com Oliveira (2004) ao afirmar que: “Racismo é uma prática política que tem por base não apenas a existência de raças, mas que as “não brancas” são inferiores”. O racismo pode-se manifestar por meio de ações discriminatórias entre elas: a violência verbal, porém no Brasil, esse tipo de atitude acrítica ocorre de maneira velada, muitas vezes fomentada em uma ideia de uma pseudo solidariedade harmônica entre brancos e negros.

Outro elemento a ser retratado seria o racismo à brasileira, essa ideia é construída de que não há racismo no Brasil, onde negros, brancos, índios e mestiços habitam pacificamente.

O Brasil vive o que Sant’Ana (2005) retrata de racismo à brasileira, a ocultação de que existe racismo e preconceito racial no Brasil, ou seja, negando a prática de ações discriminatórias e segregando a superiorização das raças seguida das diferenças fenotípicas da espécie humana. Dessa forma, o autor op. cit. aponta:

“Já foi o tempo em que a militância tinha que responder à seguinte pergunta: há racismo no Brasil? A hipocrisia nacional respondia com um sonoro NÃO. A militância negra e de outras etnias solidárias diziam SIM. Mas, não bastava dizer SIM, era necessário provar, mostrar evidências. Uma das áreas mais afetadas pela prática do racismo foi a do trabalho e graças ao esforço de alguns pesquisadores de nossas universidades, brancos e negros, levantamentos estatísticos foram feitos, comprovando o alto grau de racismo praticado na área econômica contra negro” (Sant’Ana, 2005, p.61).

Por volta do século do século XIX, segundo Abrahão (2006) o racismo originou-se no Brasil e fatores como: a condição do negro de escravos a homens livres, fez redefinir hierarquias e conseqüentemente o posicionamento dos mesmo no âmbito social.

E acabada “a escravidão”, a maioria dos negros apresentavam baixos níveis de leitura eram os poucos os instruídos, sendo assim, o legado da escravidão veio criar uma disparidade até hoje visível no cenário brasileiro e que segundo Sant’Ana:

“As marcas do racismo e suas maléficas consequências permaneceram, já que estes preconceitos sobrevivem às gerações. A discriminação e o preconceito foram se fortalecendo no dia-a-dia, criando fortíssimas raízes no imaginário popular, chegando ao ponto no qual nos encontramos hoje. O racismo tomou-se uma ideologia bem elaborada, sendo fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África. E esta ideologia racista ganha força a partir da escravidão negra, adquirindo estatuto de teoria após a revolução industrial europeia” (Sant’Ana, 2005,p.49).

O racismo à brasileira vem ser *a priori* uma negação que não há racismo no Brasil, embora o mesmo aconteça de maneira mais velada e sutil, como aborda Hofbauer:

“Durante muito tempo, o Brasil serviu como exemplo positivo no que diz respeito à convivência entre “negros” e “brancos”. Até pouco tempo atrás, políticos e cientistas brasileiros frisavam frequentemente com certo orgulho patriótico, que, diferente dos EUA, o Brasil desconhecia o problema da discriminação racial. Hoje já existe um grande número de estudos quantitativos (dados sócio-econômicos) que revelam as diferenças existentes entre o grupo “preto” e a categoria “branco”. O governo Fernando Henrique Cardoso até admite que há problemas. Ao mesmo tempo, vimos recentemente que nos atos oficiais das “comemorações do descobrimento do Brasil” o mito da convivência harmoniosa entre as três raças fundadoras da nação foi festejado, mais uma vez, com muita ênfase” (Hofbauer, 2000, p.07).

Discutir a ideia de racismo no Brasil, conforme Nunes (2010) não é uma tarefa fácil, visto que, no nosso país devido a diversos marcos históricos, como por exemplo: a importação dos escravos, a imigração do povo europeu e como essas relações se estabeleceram é o que dificulta a ideia de raça não ser facilmente definida. Aguiar acrescenta afirmando:

“Observe-se que, no Brasil, as identidades raciais não estão polarizadas. Nosso preconceito opera com a cor, a condição social, o nível de instrução, a aparência. A ambiguidade é um dos traços fundamentais de nossa cultura que, apesar de em certas situações “encobrir” o preconceito e a discriminação, em outras gera possibilidade de convivência e até uma certa rejeição contra o preconceito. Em nossa sociedade, a lógica das relações sociais é muito mais relacional do que orientada por princípios meritocráticos-liberais. Ter relações em determinados grupos sociais pode levar à incorporação de uma pessoa” (Aguiar, 2008, p.09).

Os aspectos abordados acima mostram como ocorre o processo de racismo à brasileira, pois devido a toda essa diversidade, o Brasil guardou um estado de assimilação, ou seja, passando a acreditar que não há grandes problemáticas e conflitos entre as raças, fazendo do negro e do índio elos de separação e do mestiço uma prova que não existe racismo no Brasil.

Nunes (2010) afirma que o mestiço passa então a tornar-se símbolo do antirracismo, porém os primeiros mestiços foram estigmatizados e explorados pelos seus senhores, reforçando novamente o mito da democracia racial. E corroborando assim, com os pensamentos de Telles:

“Ao contrário da segregação, a mistura racial, a miscigenação ou mestiçagem, constitui o pilar central da ideologia racial brasileira. A mistura racial representa um conjunto de crenças sobre raça que os brasileiros defendem, incluindo a ideia de que vêm há tempos se misturando racialmente mais do que qualquer outra sociedade, e de que os não-brancos encontram-se incluídos na sociedade brasileira. A miscigenação, embora inicialmente tenha provocado inquietação e medo entre a elite, há muito tempo tem servido como metáfora definidora da nação brasileira. Embora a mistura racial não reflita necessariamente a realidade do comportamento social brasileiro, esse conceito tem sido fundamental para compreender as relações raciais em termos brasileiros” (Telles, 2004, p. 04).

Tal fator ainda contribui para as ideias explanadas por Gomes na qual afirma que os desdobramentos que o racismo à brasileira exerce são reforçados pelo desconhecimento histórico. Vejamos:

“Uma melhor compreensão sobre o que é o racismo e seus desdobramentos poderia ser um dos caminhos para se pensar estratégias de combate ao racismo na educação. Muitos professores ainda pensam que o racismo se restringe à realidade dos EUA, ao nazismo de Hitler e ao extinto regime do Apartheid na África do Sul. Esse tipo de argumento é muito usado para explicar a suposta inexistência do racismo no Brasil e ajuda a reforçar a ambiguidade do racismo brasileiro. Além de demonstrar um profundo desconhecimento histórico e conceptual sobre a questão, esse argumento nos revela os efeitos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, esse tão falado mito que nos leva a pensar que vivemos em um paraíso racial” (Gomes, 2005, p.148).

Segundo Abrahão (2006), o racismo virou crime inafiançável pela constituição de 1988, dessa forma, segundo o autor o racismo foi aos poucos desaparecendo da esfera pública na sua forma de verbalização. Porém, continua na esfera privada.

Essa citação vem abarcar o modo como o racismo vem evoluindo ao longo de sua trajetória, antes ela era mais explícita, hoje encontra no “silêncio”, um aliado para suas práticas hostis.

O racismo vem atingir os negros e afrodescendentes nos mais diversos contextos institucionais, elencando assim, o racismo institucional e que de acordo com Sampaio (2003, p.02) pode ser abordado como: “fracasso coletivo de uma organização em oferecer um serviço apropriado e profissional a pessoas devido à sua cor”.

E dentro dessa sociedade civil, as relações sociais são estabelecidas por discursos ideológicos e políticos, e o racismo se encontra entrelaçado na mente e nos discursos dos sujeitos envolvidos. Corroborando com ideias defendidas por Schucman (2010, p.44) como qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça.

O racismo pode provocar o isolamento dos negros e consequentemente a falta de acesso a serviços públicos e privados, bem como, restrições a restaurantes, lojas em alguns casos bairros residenciais. A média também é responsável por tal prática e que segundo

Munanga e Gomes (2006) as novelas, as propagandas persistem em retratar a comunidade negra em situações de discriminação, de maneira imprópria e muitas vezes equivocada.

Segundo Azevedo (2005, p.314) o racismo institucional impregna as instituições sem apoiar-se explicitamente na categoria de raça, corroborando assim com as ideias propostas por Wiervorka (2007), que afirma que o racismo institucional vem ser descrito como uma ferramenta que vem manter os negros, em situações de inferioridade, e para isso, são utilizados mecanismos que muitas vezes passam despercebidos na sociedade.

Esses mecanismos se divergem do racismo científico proposto por Karl Von Limé ou Ernest Renan, que viam a existência das raças de maneiras biológicas e físicas, nas quais os negros se encontravam fora dos atributos exigidos, sendo assim, associados à selvageria e a incapacidade intelectual.

Porém, o declínio do racismo científico, segundo Wiervorka (2007) tem seu apogeu com o Nazismo, que visava classificar a população de acordo com as raças, afirmando assim, a superioridade ariana.

Sob esta perspectiva, os cenários sociais em que as mais diversas culturas estavam inseridas eram ignorados mediante dois fatores que serviam como indicadores de desenvolvimento: o progresso e a tecnologia. Nesse processo, o cientificismo racista não considerava a exploração e a opressão como seus alicerces, mas sim, a naturalização das desigualdades tornou-se fundamento que sobressaía sobre os povos que eram colonizados.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o racismo científico vem a perder o seu apogeu, no entanto, suas sementes continuaram a disseminar de maneira mais escamoteada, não declarada.

Em relação às raças são averiguadas as características predominantes de pertença: a cor da pele, formatos dos rostos... e isso vem ao encontro do sujeito “estereotipado”. Segundo Amaral (1994), tal termo “é a concretização do preconceito”, desta maneira, a autora remete-nos a ideia de criação de um sujeito com características inalteráveis, tal sujeito seria alvo de ações de indivíduos cujos comportamentos são oriundos da repugnância. A mesma autora reporta-nos ao global como um espaço onde coabitam os mais diversos estereótipos, entre eles destaca-se o negro...

O conceito de racismo segundo Munanga (2004) foi criado por volta de 1920, e desde então, vem recebendo inúmeros conceitos. Conceitos esses que foram construídos ao longo da história de forma ideológica e moralizante. Como afirma Sant’Ana:

“O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor” (Sant’Ana, 2005, p.42).

Tal conceito vem corroborar com as ideias difundidas por Moore na qual afirma que racismo “É um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história. Se, efetivamente, como pensamos, o racismo remete à história longínqua da interação entre as diferentes populações do globo.” (Moore, 2007, p.38)

Com efeito, podemos perceber que o racismo abarca relações entre raças, postulando divisões entre elas, ou seja, superioridades devido às características físicas, genéticas..., ressaltando assim, uma hierarquização racial.

Essas características físicas e genéticas não podem ser “mudadas”, por isso o racismo de acordo com Sant’Ana (2005) é a pior forma de discriminação, pois não é possível mudar as características raciais que lhes foram oferecidas.

O racismo então vem ser uma prática diária e comumente difundida, pois está intrinsecamente ligada a ações e práticas pejorativas, preconceituosas e ligadas à cor da pele. E foi no século XVIII, que a cor da pele foi considerada como um critério fundamental como afirma Munanga (2004).

Moore (2007) afirma que o racismo vem colocar um escudo aos privilégios do segmento hegemônico da nossa sociedade, subalternizando e humilhando os outros devido ao seu fenótipo.

“Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função do seu fenótipo” (Moore, 2007, p.284).

O racismo apresenta raízes profundas (segregações, conflitos raciais...) e conforme Guimarães (1999), enfrentamos um tabu em nossa sociedade brasileira, tabu esse que condiciona e alimenta o imaginário de que vivemos numa suposta democracia racial e que a problemática racial já foi superada. A citação acima vem corroborar com as ideias de Ciconello:

“O racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais que ainda envergonham o país. Metade da população brasileira é negra e a maior parte dela é pobre. As inaceitáveis distâncias que ainda separam negros de brancos, em pleno século XXI, se expressam no microcosmo das relações interpessoais diárias e se refletem nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos. Há também outras causas das persistentes desigualdades raciais, como o passado de exclusão e invisibilidade da população negra, sua condição de pobreza e, sobretudo, a negação de seus direitos após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888” (Ciconello, 2008, p.02).

O autor Schucman, (2010, p.3) também argumenta que de certo modo a sociedade brasileira criou um estágio que privilegia os brancos e dessa forma subordina a população não branca, construindo um modelo de identidade coletiva baseadas em ações políticas.

Essas manifestações retratam a ausência de conflitos e faz com que os sistemas raciais permaneçam incontestados. E que segundo Gomes (2005), o racismo no Brasil ainda é altamente negado nos discursos da população brasileira, porém se mantém vivo nas práticas sociais.

Reconhecendo que há uma democracia racial no Brasil, há também a necessidade de refutá-lo, pois ela alimenta o racismo e perpetua as desigualdades sócias entre brancos e outros grupos étnicos. Dessa forma, Sant'Ana:

“Todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado [...] Mas a impunidade neste país é tão grande que muitas pessoas ainda não perceberam que existe uma lei severa (se cumprida), que protege a todo(a) e qualquer cidadão (ã) vítima da discriminação racial ou étnica ou de qualquer tipo de preconceito” (Sant'Ana, 2005, p.40).

A visão escravista e preconceituosa se faz presente na mídia e na literatura do nosso país, porém existe uma camada que nos vela e nos coloca numa posição de que é normal e natural a situação do negro de subalterno na sociedade, existe um medo, uma vergonha de dizer que somos racistas. Uma vez que Ciconello (2008) afirma:

“O racismo é identificado e reconhecido pela população brasileira. Uma pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003 (Santos & Silva, 2005), demonstra que 87% dos brasileiros/as admitem que há racismo no Brasil, contudo apenas 4% se reconhecem como racista” (Ciconello, 2008).

Difícil combater um racismo que supostamente não existe, contudo seus efeitos refletem, machucam, aterrorizam e denigrem a cultura da população não branca do Brasil, o que vem a tornar mais difícil sua superação ou minimização.

O racismo vem se construir e se manifestar em detrimento a superioridade racial de um grupo e como afirma Lopes (2005) as pessoas não herdam o gene do racismo e modos discriminatórios, antes elas os desenvolvem em contato com o outro, membros da igreja, da família, do trabalho... Criando assim, uma aversão sem objetividade a determinados grupos raciais considerados por eles como inferiores.

Segundo Xiberras:

“...existem, pois, formas de exclusão que se veem, mas que se sentem, outras que se veem, mas que ninguém fala, e por fim, formas de exclusão completamente inviabilizados, desde que nós nem sonhamos com sua existência, nem possuímos a *forteori* nenhum vocábulo para designá-las” (Xiberras, 1993, p.20).

A citação acima nos aproxima de um processo de exclusão simbólica, visível e perceptível nos dias atuais. Sendo os negros excluídos e rejeitados, devido à origem fenotípica e

cultural dos espaços marcados e dominados pelos brancos, ocasionando assim, o que Xiberras (1993) denomina de exclusão.

Tal exclusão estabelece um conflito aberto aos processos de construção identitário. Os brancos com identidade legitimadora e dominante, e os negros com identidade de resistência, estigmatizada e desvalorizada. Conforme Castells (1999) o processo de identidade começa a partir da resistência e relutância na sociedade, integrando assim, a identidade legitimadora. Identidade essa, que dá origem a sociedade civil.

Sendo assim, o racismo não pode ser confundido com preconceito e discriminação racial. Pois, conforme Lopes, “Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória; discriminação racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas.” (Lopes, 2005, p.188)

O quadro político é representado pela maioria branca e a participação negra é limitada. E o racista como afirma Moore:

“Muitos bancos, comércios, linhas aéreas [...] contratam apenas pessoas de raça branca, que por vezes são responsáveis pela pior prestação de serviços à maioria da população negra. O racista nega esse quadro e, o que é pior, justifica-o. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o *status quo* socio racial, usando dos mais variados argumentos universalistas, integracionistas e republicanos. Todos os argumentos apresentados em sentido inverso, todas as estatísticas aduzidas para demonstrar a prevalência, na América Latina, de um espantoso quadro da opressão racial são insuficientes, o racista é imune a tudo quanto não sejam as razões para a manutenção dos privilégios unilaterais que desfruta na sociedade” (Moore, 2007, p.23).

Lourenço (2006) abarca sobre a síndrome da invisibilidade, ou seja, o estereótipo branco é visível e o negro se encontra à margem e fora dos padrões. Para isso, a autora cita exemplos pessoais e corriqueiros, das quais os não brancos podem facilmente vivenciar em seu dia a dia, como um simples ato de comprar em um shopping. O fato de a autora ir a uma rede de lojas e pedir uma *lingerie* cor de pele e a vendedora trazer uma cor clara e não uma cor mais escura, demonstra que estereotipamos a tonalidade da pele pelo viés branco, e não a tonalidade da pele que apresentamos.

Outro ponto abarcado pela autora seria a disparidade vivenciada entre a população branca brasileira, que apresenta o maior poderio econômico versus a população negra. Nessa questão, Lourenço (2006) afirma que brasileiro branco, por ter maior poder aquisitivo, de maneira geral não enxerga nenhuma outra etnia que não seja a sua, o que é muito comum no “dominador”. Em outras palavras, o eu branco tenta impor suas ideologias e crenças naqueles que são considerados “diferentes”, para que assim, possa continuar a exercer seu papel de pseudo dominância na sociedade.

Lourenço (2006) cria uma ponte entre xenofobia e racismo, e afirma que o termo xenófobo é o mais apropriado, visto que, segundo ela, esse termo resigna hostilidade ou

aversão. E se, referindo ao contexto racial, poderia ser aplicado ao fato de não gostar de negros, ou qualquer outra etnia diferente a do seu gosto.

A autora também explica que, para não sofrer preconceito no Brasil, é necessário alguns requisitos como, por exemplo, ser homem, heterossexual, católico, cabelos lisos, bem como ter nascido na região sudeste do país e ser magro e branco. Tendo essas características o caminho que leva ao preconceito passará distante. Se de fato o cabelo pode ser alisado, a homossexualidade não ser revelada, como fica o fator cor da pele? Já que ela não pode ser substituída?

Dessa forma, vem recair sobre o negro o maior preconceito, pois até o século XV não existia a subjugação pela cor da pele (Lourenço, 2006), mas com o advento dos meios de produção, as mudanças que ocorriam na sociedade, o poderio da Igreja, fez com que a Europa se auto proclamasse uma cultura superior diante a outros povos.

A necessidade de mergulhar em outras terras, continentes, em busca de especiarias fez com que o legado cultural fosse também pulverizado, a cultura branca europeia viria a ser imposta, o que ocasionou o choque cultural.

E foi a partir desse ponto, que a cor da pele começou a causar desconforto, e a ideia de superioridade racial começou a criar raízes e se fixar no imaginário da população, os seus frutos ainda se encontram presentes até os dias atuais, mesmo depois de passados aproximadamente seis séculos.

1.3. CULTURA E CULTURA AFRICANA

Inúmeros são os embates acadêmicos, palestras, simpósios sobre cultura, uma vez que tal terminologia vem sendo aplicada em diversas áreas do saber como: a sociologia, filosofia, política... Observamos o conceito de cultura de massa, cultura organizacional, cultura política... um termo plural e difícil de ser definido.

O termo cultura vem do germânico *Kultur* e que conforme Laraia (2001) era designado para representar os valores religiosos de uma comunidade, tal efeito corrobora com as ideias explanadas por Williams (2007) ao afirmar que o termo cultura apresentava diversos significados como: cultivar, proteger e também, honrar com devoção. O sentido dado à palavra cultura começou a sofrer mudanças de significados, e uma conceção universal foi introduzida por Tylor que definiu:

“...no vocábulo inglês Culture, que "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor *apud* Laraia, 2001, p.15).

A partir dessa definição os PCNs vêm abarcar o conceito de cultura como:

“Um conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo: neles o indivíduo é formado desde o momento da sua concepção; nesses mesmos códigos, durante a sua infância, aprende os valores do grupo; por eles é mais tarde introduzido nas obrigações da vida adulta, da maneira como cada grupo social as concebe” (PCNs, 1997, p.34).

A citação acima nos mostra que a cultura apresenta dinamismo, e assim, está em processo de transformação constante, ou seja, são adicionados valores, ideologias e paradigmas para que ela não se estanque, visto que, o homem, o agente promotor da cultura também se encontra em evolução.

E conforme os PCNs:

“A cultura pode assumir um sentido de sobrevivência, estímulo e resistência. Quando valorizada, reconhecida como parte indispensável das identidades individuais e sociais, apresenta-se como componente do pluralismo próprio da vida democrática. Por isso, fortalecer a cultura própria de cada grupo social, cultural e étnico que compõe a sociedade brasileira, promover seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, é fortalecer a igualdade, a justiça, a liberdade, o diálogo e, portanto, a democracia” (PCNs, 1997, p.31).

Ainda que, a tentativa de uma persistência por uma uniformidade acerca do conceito de cultura por parte de movimentos políticos se faça presente, percebe-se que a citação acima manifesta a cultura de maneira plural, pois segundo Tilio (2006), convivemos em uma sociedade onde o sujeito apresenta diferentes identidades sociais, isto é, diante da heterogeneidade de grupos, o sujeito é fomentado a não pertencer a uma única cultura, mas sim a Culturas.

Corroborando assim, com as ideias difundidas por Eagleton (2005, p.38-39) na qual a cultura não é alguma vaga fantasia de satisfação, mas um conjunto de potenciais produzidos pela história e que trabalham subversivamente dentro dela.

No campo das Ciências Sociais encontramos o conceito de cultura como fenômeno inerente a unidade humana, pois como afirma Cuche (2002) o homem é um ser cultural e está suscetível a transformações e a evoluções. Essa cultura conforme o autor vem possibilitar ao homem adaptar-se ao meio em que vive, mas também o de tornar possível uma compreensão, participação, aceitação da cultura do outro. Pois, os fenômenos ocasionados pela cultura permitem uma aproximação com as mais diversas sociedades ou diversos grupos sociais.

O contato com outras culturas, além de possibilitar um choque cultural, proporciona uma observação dos graus de hierarquizações existentes, isto é, a criação de um grupo com a cultura dominante e a outra dos grupos dominados. Tal separação vem aguçar o viés da identidade pois, conforme Cuche, “a defesa da autonomia cultural é muito ligada à preservação da identidade coletiva. “Cultura” e “identidade” são conceitos que remetem a uma mesma realidade, vista por dois ângulos diferentes.” (Cuche, 2002, p.14)

Tal citação vem reforçar e postular o processo da criação de guetos como forma de reconhecimento das identidades, embora nem sempre de forma harmoniosa, pois em sentido amplo, expor as singularidades, modos de vida e pensar, ocasionou e ocasiona diversas ambiguidades. Apoiando assim, com as opiniões propostas por Chauí (1995) no que se concerne à cultura como valores, as ideias e o comportamento que são intrinsecamente humanos na formação do homem como sujeitos culturais.

Chauí (1995) ainda afirma que a organização social de cada grupo, bem como, as ideologias, crenças, hábitos, costumes vêm resgatar o mito de formação de cada grupo, “guetos”, valorizando o modo de viver e agir sobre o mundo, bem como, a diversidade humana.

É nesse contexto, produzido pela história, que o negro reporta-se aqui como sujeito histórico, imerso na sociedade e na cultura. O preconceito e a discriminação sofrida por ele emergem da cultura, pelo fato de manter a classificação entre os homens. Sendo assim, as culturas de base africana sofrem até os dias atuais a marginalização e precisam sofrer um processo de desconstrução de estereótipos, pois como aponta Nunes:

“A desconstrução dessa ideologia, fortemente presente no imaginário social e que contribui para o fortalecimento do racismo anti negro, implica na problematização dessa discussão levando-nos a uma reflexão mais ampla e ao entendimento sobre os processos de produção de uma cultura elaborada de base africana no contexto brasileiro, bem como avaliar a participação das populações afrodescendentes na cultura nacional e nos sistemas educacionais recolocando esta temática na orientação dos temas educacionais do Brasil” (Nunes, 2011, p.39).

E a desconstrução dessa ideologia preconceituosa ainda se encontra presente na prática de muitos educadores, pois como afirma Oliveira:

“São muitos os/as educadores/as que não procuram “compreender” os conflitos vividos pelos/as alunos/as negros/as e nem sequer sabem como lidar com as diferenças raciais. É comum encontrar-se, ainda hoje, professores/as que expressam em sala de aula seus pré-conceitos, até mesmo pela linguagem e independentemente de seu nível de escolarização ou do nível de escolarização de seus/as alunos/as” (Oliveira, 2002, p.26).

Bhabha (1998) assim se refere à estereotipização como uma falsa representação do real, ou seja, uma consciência negadora do posicionamento crítico. Os estereótipos vêm constituir uma imagem negadora do outro, baseada no fetichismo e na alienação.

Nesta ótica, é preciso de uma educação voltada para a problematização do preconceito racial, e que a presença da Lei 10.639/2003 possa estabelecer uma ferramenta de auxílio para as indagações da nossa sociedade vigente, colocando em xeque as construções ideológicas que foram construídas pela nação brasileira e que de certa forma ocasionaram grandes desafios para a população afrodescendente. (Brito, 2009)

Diante da literatura coletada e das ideologias exposta, observa-se uma preocupação de abarcar cada vez mais acerca das relações etnicorraciais que permeiam o cenário escolar, pois, segundo Santos (2006, p. 07) existe “uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos

atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro”, desta maneira, o autor faz referência à cultura na qual a humanidade apresenta-se como um todo, em coletivo, povoações, sociedades e pátrias.

Segundo Gomes (2003) a terminologia “cultura” ganhou certo modismo no meio pedagógico, na qual está envolvida também em mudanças de paradigmas, constituindo assim um dado pedagógico relevante. Corroborando com as ideias de Caria (2008, p.3) na qual afirma cultura como: “uma construção social e histórica capaz de produzir uma *identidade* coletiva inscrita numa relação social com “o outro”, resultante de miscigenações variadas”.

Sendo assim, a cultura vai envolver os aspetos de um grupo, uma população, uma nação, aspetos esses, de cunhos morais, religiosos, artísticos, (re) construídos no decorrer de processos históricos.

Percebendo, que os fatores culturais estão intrinsecamente ligados aos fatores históricos, é de suma importância adentrarmos a cultura negra, por isso, precisamos *a priori* discutir sobre a cultura negra e seus principais aspetos.

Neste sentido, Gomes (2003, p.4) afirma que “refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da história por um grupo sociocultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil”.

A cultura negra vai além dos aspetos religiosos, pois vai envolver inúmeros aspetos: identitários, de gênero, artísticos e todo um modo de ver e interpretar a sociedade.

1.4. O BRANQUEAMENTO E SUA MITOLOGIA

Hofbauer (2003) acredita que a sociedade brasileira não está livre do racismo e tal fator remonta de um passado e de processos históricos. Bem como, afirma Renk:

“No século XIX estavam em discussão no Brasil as teorias de racistas para branquear a população e formar o cidadão nacional [...] Estas teorias relativizavam as igualdades sociais e políticas, com argumentos ditos científicos, mesmo após a abolição ter concedido a condição de cidadão aos ex-escravos branquear a população e formar o cidadão nacional. [...] Assim, o controle social da população, que no século XIX se colocava com a necessidade do branqueamento da população, através da ‘importação’ de mão-de-obra branca” (Renk, 2011, p.1448).

Um ponto fundamental acerca da citação acima seria a projeção do povo branco em relação ao povo de “cor”, na qual o problema era relativo ao fenótipo negro e que deveria ser dizimado do território brasileiro, por isso, a tentativa do governo de branquear o Brasil. Mantendo esse mesmo viés de pesquisa, Bento aponta:

“Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o auto conceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social” (Bento, 2002, p.25).

É perceptível que a sociedade brasileira têm mantido a desigualdade, sobretudo, para a população negra, nos mais diversos segmentos: econômico, perspectiva de vida, na educação... Esse abismo que existe entre as etnias é mantido pela negação, pelo não reconhecimento das identidades individuais e coletivas, assim como, a negação pela valorização da história, do direito do outro, da vivência do respeito e da dignidade.

Para adentrar na temática sobre a situação do negro no Brasil e as ideologias de branqueamento, utilizaremos teóricos como Oliveira (2004), Domingues (2002) e Bento (2002). Sendo assim, Oliveira (2004), afirma que ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra. E assumir essa identidade negra vem ocasionar um reconhecimento de pertencer a um grupo que está em processo de (re) construção tanto social quanto cultural.

Porém, esse processo de reconhecimento de pertencer a um grupo e de identificar-se racialmente com ele, vem abarcar de forma subjetiva a temática das relações raciais e consequentemente o branqueamento e o racismo.

Segundo Bento, “no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.” (Bento, 2002, p.01)

A citação acima vem ressaltar à cultura branca como ferramenta que possibilitará ao negro a *chance* de pertencer a um grupo “melhor”, invejado e desejado. E essa ideologia de branqueamento como relata Domingues (2002) precisava que os outros grupos étnicos como os negros, mulatos e índios assimilassem os valores brancos, e assim, pensar e agir conforme a ideologia racial branca, ou seja, ideias de supervalorização a cultura branca européia em detrimento da cultura negra, fez com que caísse como uma luva no imaginário do povo brasileiro, aumentando assim, as desigualdades raciais.

1.5. O NEGRO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Relacionada à temática da identidade, Castells afirma que “é um processo de construção de significado com base em um atributo cultura, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado.” (Castells, 1999, p.22)

Corroborando com esse ponto de vista, Oliveira (2004) vem afirmar que assumir uma identidade negra no Brasil é um processo árduo e difícil, pois os modelos bons oriundos dos negros são poucos difundidos e o respeito diante a essas diversidades étnicas/raciais é inexistente.

Uma vez que a identidade é construída socialmente, mediante ao contato com os diferentes, sua construção vem se desenvolver, ou melhor, se construir em um contexto marcado pelo poder.

Dessa forma, Castells (1999) vem abarcar as três formas de construção de identidades. A primeira, a identidade legitimadora, na qual as instituições dominantes fazem o possível para exercer seu papel de dominadoras e autoritárias. A segunda, a identidade de resistência, nela o autor vem informar que é aquela que vem resistir à identidade que legitima, essa relação desarmônica é estabelecida por uma “lógica” de dominação.

Nela incluímos não somente os índios e negros, mas também afro-brasileiros e outros atores que se encontraram em situações desfavoráveis estabelecendo assim, rivalidades, guerras e formas de resistência perante a ação dominadora da identidade de resistência. A terceira seria a identidade de projetos, na qual os atores vêm construir uma nova identidade em busca de transformação da realidade social.

Tal exclusão estabelece um conflito aberto aos processos de construção identitário. Os brancos com identidade legitimadora e dominante, e os negros com identidade de resistência, estigmatizada e desvalorizada. Conforme Castells (1999) o processo de identidade começa a partir da resistência e relutância na sociedade, integrando assim, a identidade legitimadora. Identidade essa, que dá origem a sociedade civil.

Após o período abolicionista os ex-escravos que agora eram “livres” mantiveram seu caráter marginalizado, a um governo elitista e segregador. E segundo Heringer (2002) na metade do século XIX o Brasil estimulou a imigração europeia na tentativa de branquear a população. E essas enxurradas de europeus foram trabalhar nas atividades agrícolas e nas novas indústrias.

Esse impacto causou debates aos intelectuais e políticos da época acerca da nossa identidade, ou seja, uma identidade que ressaltasse a imagem do povo brasileiro e inspirasse a população a esse sentimento patriota. Baldo:

“A temática da identidade nacional ocupou um lugar de destaque entre os intelectuais brasileiros, do Romantismo ao Modernismo. Essa preocupação foi recorrente no Brasil devido à necessidade de elaboração de uma consciência nacional que, afastando o risco da assimilação cultural, inspirasse no povo o sentimento de identidade, fundamental para o processo de autoafirmação” (Baldo, 2006, p.01).

Sendo assim, a literatura brasileira engajada na ideologia romântica europeia, abarca a natureza e o bom selvagem, disseminando ideais de pátria e nacionalidade e o índio foi posto como figura central. Embora, segundo Serra (1996), o “bom selvagem” na literatura brasileira poderia ser descrito correspondente a realidade ou não, pois tratava-se de ficção e não algo fidedigno e é a interpretação que vai ser algo legitimamente brasileiro. Baldo afirma que:

“...a revolução operada pelo Romantismo deu à literatura um caráter nacional e agiu como força sacralizante, o que seria próprio de uma consciência ainda imatura. Para consolidar-se como nacional, a literatura brasileira da época romântica criou uma imagem heroizada do índio” (Baldo, 2006, p.02).

Essa imagem heroica foi destacada por muitos autores, salientamos aqui José de Alencar que a tinha valorização da natureza como alicerce para o desenvolvimento de algumas de suas obras. Esse escritor estabeleceu o índio como símbolo da nação e membro formador do povo brasileiro. Como diz Baldo (2006, p.02) “O indianismo apresentava uma imagem positiva do povo brasileiro: o amor a terra e a valorização da comunidade”.

Inúmeras obras foram publicadas nesse período entre elas destacamos: *Canção do Exílio* (1846), *Juca-Pirama* (1851), *O guarani* (1857), *Iracema* (1865), *Ubirajara* (1874). Segundo Theophilo:

“No Brasil, os escritores do chamado romantismo indianista apropriaram-se de modo muito particular destas discussões que configuraram o romantismo europeu. No já citado Resumo, de Ferdinand Denis, ressoa, claramente, a crítica rousseauiana à civilização. Nesse texto o índio, por exemplo, é valorizado por sua liberdade e por sua proximidade com a natureza. Nesse sentido, o poeta não poderia buscar a inspiração, o “pensamento primitivo”, nas “hordas que a civilização destruiu lentamente, as quais ocultam as desgraças da raça americana nas plagas a que foram confinadas”. Somente penetrando-se no seio das florestas, interrogando-se as nações livres, deixando o pensamento se alargar com o espetáculo oferecido” (Theophilo, 2010, p.07).

As ideias de Theophilo (2010) corroboram as de Chiaretto (2000) quando afirmam que ao colocarmos o índio como figura que representa esse bom selvagem, o vinculamos a um Brasil exótico e idílico. E outro ponto elencado seria o fato de se produzir obras literárias com o intuito moralizante, civilizador e de respeito à pátria.

Castilho (2004) argumenta que até 1850 não havia literatura brasileira que envolvesse personagens negros, sendo assim, após a abolição da escravatura os personagens negros começaram a adentrar no cenário literário e suas caricaturas envolviam personagens quase desumanos e estereotipados.

Por sua vez, o movimento abolicionista estava em voga e as caricaturas dos personagens negros foram sendo amenizadas, sendo criados como, por exemplo: *A Escrava Isaura* (1875), *Os escravos* (1883), *Navio Negreiro* (1869), *A Escravidão* (1868), *O mulato* (1881), *O cortiço* (1890), entre outros. A passagem do negro na literatura foi baseada conforme Castilho:

“A presença do negro na literatura brasileira, ao longo da história, foi marcada ou pelo silêncio, como no período anterior à abolição, ou pela afirmação de sua inferioridade, tanto biológica como cultural, a qual, dependendo do autor, varia de grau. No modernismo, o negro era visto como uma preocupação, devido ao entrave que ele representaria à instituição de uma “nação brasileira civilizada” (Castilho, 2004, p.05).

Contudo, a era da escola indianista “passou” e o pensamento crítico agregou outros valores acerca do que vinha ser identidade nacional. Baldo:

“Passado o período romântico, observa-se uma mudança no pensamento crítico a respeito do caráter nacional brasileiro. Euclides da Cunha, com sua obra *Os sertões*, revela uma parte ainda desconhecida do Brasil (o interior) e põe em destaque a figura do sertanejo que, em sua visão, encerrava uma nova concepção do brasileiro. Para ele, o sertanejo, que morava longe do litoral (portanto, longe do engenho e dos escravos), e que descendia principalmente dos índios e dos europeus, seria o verdadeiro representante da “raça” brasileira. Com *Os sertões* a oposição entre o litoral e o sertão torna-se mais evidente” (Baldo, 2006, p.02).

Essa nova ideia de identidade nacional atrelada ao Regionalismo é constatada também no pensamento de Vallerius:

“Tal concepção refletia-se, conseqüentemente, na literatura, através de um grande interesse pelo exótico, de um grande deslumbramento e desmedido apego ao país. Visando, portanto, compensar o atraso material e a debilidade das instituições, procurava-se valorizar os aspectos regionais, reconhecendo no exotismo uma razão para o otimismo social e associando à natureza bela e pujante a promessa de construção de uma pátria grandiosa. O regionalismo, nessa fase, centrar-se-ia, então, no pitoresco decorativo, funcionando como instrumento de descoberta e de reconhecimento da realidade do país, a fim de que esta pudesse ser incorporada ao temário da literatura” (Vallerius, 2010, p.05).

Tal citação corrobora com Guadagnin (2007) visto que, para ele os escritores regionalistas estavam acreditando que escreviam algo audacioso e de originalidade. Porém, para o autor havia uma transformação da realidade rural no Brasil, uma transformação exótica e ficcional.

Vários escritores participaram dessa nova escola literária entre eles destacamos: José de Alencar, Franklin Távora, Visconde de Taunay, Bernardo Guimarães. E obras literárias como: *O sertanejo* (1875), *O Cabeleira* (1876), *O matuto* (1878), *Inocência* (1872), *A escrava Isaura* (1875).

A região do Nordeste, o homem trabalhador, o homem do campo veio ganhando espaço no cenário nacional, a identidade que antes tinha seu percurso voltado ao Indianismo

segue passos para o regionalismo, visando agora os aspetos culturais e sociais das regiões brasileiras. Segundo Araújo a concepção de regionalismo baseia-se:

“Na dialética de forma europeia e matéria brasileira, o gosto pela expressão local e pelo sentimento do exótico pode ser visto como elemento impulsionador do surgimento de uma tradição, de uma tendência que se manifesta em vários momentos da história do sistema literário nacional, independente, inclusive, do que se veio a chamar de “regionalismo” e antes mesmo das delimitações geográficas, políticas e culturais das regiões do país. Tradição que agrega noções como “localismo”, “pitoresco” e “bairrismo” e que, embora esteja sempre intimamente relacionada aos significados contíguos ao conceito de regionalismo, surgiu antes mesmo da concretização das regiões. Neste sentido, pode-se falar em tradição regionalista como uma das dominantes construtivas do romance romântico brasileiro, da mesma forma que se pode relacionar essa tradição às tendências modernas da literatura brasileira e estender a sua presença até a atualidade” (Araújo, 2011, p.02).

O Regionalismo apresentou novidades como a valorização do local e uma nova busca por identidade, e está relacionada à mudança na modernidade, como explana Bauman:

“O “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age- e a determinação de se manter firme a tudo isso- são fatores cruciais para o “pertencimento” quanto para a “identidade”” (Bauman, 2005, p.17).

A identidade do Brasil formada mediante a esse novo estilo literário faz com que o leitor de tais romances, tenha percepções acerca da nova nação que se constrói, não mais baseadas na do bom selvagem, mas de um trabalhador que luta por seu sustento. Essas mudanças fizeram com que, anos à frente, escola literária do romance regionalista cedesse espaços para novos escritores, com ideias e revoluções no campo artístico. Porém, não significa afirmar que é o fim do Regionalismo, como abarca Cândido:

“O regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local. Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido. Mas de um certo, ângulo talvez não se possa dizer que acabou; muitos dos que hoje o atacam, no fundo o praticam. [...] Basta, lembrar que alguns dentre os melhores encontram nela substância; para livros universalmente significativos, como José Maria Arguedas, Gabriel Garcia Márquez, Augusto Roa Bastos, João Guimarães Rosa. Apenas nos países de absoluto predomínio da cultura das grandes cidades, como a Argentina e o Uruguai, a literatura regional se tornou um total anacronismo” (Cândido, 2000, p.159).

O movimento modernista, apesar de valorizar as singularidades de algumas correntes literárias que aceitavam as questões locais, inspirou-se nas vanguardas europeias por compreender que para compor sua cultura precisava adentrar em culturas estrangeiras. Enquanto o movimento romântico indianista tinha como principal elemento nacional o índio, o modernismo por sua vez, o valorizou, porém as inferioridades antes estigmatizadas (mestiçagem, linguagem coloquial, a inclusão do cotidiano, a espontaneidade) são adicionados sem constrangimentos. Conforme Cândido:

“O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem” (Cândido, 2008, p.127).

O Modernismo vem romper as formas como antes era descrito o país e o povo do Brasil, agindo no cenário político, cultural e social. Tendo um papel importante no contexto nacional, projetando a literatura brasileira no âmbito internacional e desenvolvendo assim, uma identidade nacional.

Percebe-se por meio dessas escolas literárias a necessidade de criar uma identidade genuinamente nacional. Essas modificações literárias proporcionaram aos leitores novas perspectivas sobre o que é ser brasileiro, sobre suas origens, estabelecendo padrões diferentes dos originados da Europa e reconhecendo o índio, o negro e o mestiço como elementos culturais do nosso país. Uma vez que, a formação do povo brasileiro baseia-se em um grande caldeirão étnico e cultural como afirma Ribeiro:

“O Brasil e os brasileiros, sua gestação como povo, é o que trataremos de reconstituir e compreender nos capítulos seguintes. Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e camponeses e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (Ribeiro, 1995, p.19).

1.6. COMO VAI A DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL?

Contudo, o mito da democracia racial que se estabeleceu nos anos de 1930 ainda se encontra presente, visto que no que concerne as relações de poderes (poderes esses não somente políticos, mas também sociais e econômicos) vem incorporar um número reduzido de negros nessa camada social. É preciso construir uma nação solidária onde a cidadania, o respeito e o diálogo não se torne um privilégio de uma parte da população, mas sim que abranja todos os segmentos sociais. Nos remetendo ainda as relações de poder Moore:

“Muitos bancos, comércios, linhas aéreas, universidades e estabelecimentos públicos e privados de todo tipo contratam apenas pessoas de raça branca, que por vezes são responsáveis pelas piores prestações de serviços à maioria da população negra” (Moore, 2007, p.23).

Manter este *status quo* de suposta hierarquização do poder pela cor vem reafirmar um quadro espantoso de opressão racial, fazendo com que a manutenção de privilégios sejam desfrutadas por uma pequena parcela da população.

A discriminação se encontra presente nesse suposto ambiente harmônico que é o Brasil, devido a essa supervalorização da cultura branca, considerada como a capaz de atribuir regras e valores, fazendo com que a população negra tivesse menos acesso aos bens públicos instituindo assim, a subalternidade. Dessa forma, Moore:

“O mito da democracia racial, assim como o mito do “desenvolvimento separado” na África do Sul, atuou como mito-ideologia eficaz na manutenção do *status quo* socio racial durante praticamente um século. Essa forma de autoengano tem constituído um obstáculo sério ao avanço da sociedade, tanto na África do Sul quanto no Brasil. Mas, graças aos esforços perseverantes de décadas do movimento social negro brasileiro, uma parte crescente da sociedade tem identificado a “democracia racial” como uma perigosa falsa visão” (Moore, 2007, p.23).

As grandes mudanças sociais vêm ocorrendo, porém de maneira gradativa. Os acirrados embates em busca da inclusão do negro no mercado de trabalho em posições de chefia, negros nas universidades, negros em papéis de atores principais no teatro e novela veem ocorrendo, mas isso não implica dizer que o preconceito e a discriminação foram extintas da sociedade brasileira. O negro vem ganhando espaço, mas esse espaço precisa ser analisado como abarca Moniz:

“Hoje, assistimos aos grupos minoritários que perfazem nossa sociedade, entre eles os diversos movimentos negros, se organizarem e lutarem pelo direito de ser, de existir e a questão da identidade é um ponto primordial da luta desse sujeito que não quer ser apenas identificado pela cor de sua pele, pela sua opção sexual ou pelo fato de ser mulher, mas antes de tudo pelo fato de ser um cidadão com direitos e deveres que devem ser respeitados. A reivindicação da identificação desses sujeitos, ditos pertencentes a minorias, será assim, antes de tudo “institucional”” (Moniz, 2004, p.04).

Essas manifestações retratam a ausência de conflitos e faz com que os sistemas raciais permaneçam incontestados. E que segundo Gomes (2005), o racismo no Brasil ainda é altamente negado nos discursos da população brasileira, porém se mantém vivo nas práticas sociais.

Reconhecendo que há uma democracia racial no Brasil, há também a necessidade de refutá-lo, pois ela alimenta o racismo e perpetua as desigualdades sociais entre brancos e outros grupos étnicos. Dessa forma, Sant’Ana:

“Todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado [...] Mas a impunidade neste país é tão grande que muitas pessoas ainda não perceberam que existe uma lei severa (se cumprida), que protege a todo(a) e qualquer cidadão (ã) vítima da discriminação racial ou étnica ou de qualquer tipo de preconceito” (Sant’Ana, 2005, p.40).

Antes de adentrarmos ao conceito de Identidade é de suma importância ressaltarmos a definição de democracia racial, uma vez que transformada em mito pode possibilitar a criação de ideologias e utopias. Sendo assim, Souza:

“...é a construção de uma ideologia insidiosa, a da “democracia racial”, fabricada pelas elites brancas, já unidas entre si, de modo a evitar o espírito de revolta dos negros que tantas vezes já se havia mostrado no período colonial” (Souza, 2000, p.02).

Segundo Albuquerque e Filho (2006) a ideia de democracia racial deu-se por volta de 1920 e ganhou a aceitação de políticos e intelectuais da época que viam a mestiçagem como

um elemento singular formada por tradições indígenas, africanas e europeias. Dessa forma, existia uma pseudo celebração harmoniosa entre as raças o que constituiu na construção de uma identidade nacional.

Essa concepção acerca de democracia racial vem corroborar com as ideias propostas por Sales Jr. que estabelece o conceito de democracia racial como cordialidade racial, sendo assim o autor afirma:

“No plano das práticas sociais cotidianas, consolidou-se o que denomino “cordialidade racial”. A “cordialidade” das relações raciais brasileiras é expressão da estabilidade da desigualdade e da hierarquia raciais, que diminuem o nível de tensão racial. A cordialidade não é para “negros impertinentes”. As relações cordiais são fruto de regras de sociabilidade que estabelecem uma *reciprocidade assimétrica* que, uma vez rompida, justifica a “suspensão” do trato amistoso e a adoção de práticas violentas” (Sales Jr., 2006, p.230).

Essa cordialidade pode ser referida como a existência de uma desigualdade racial, uma relação hierárquica entre brancos e não brancos, causando assim, uma suposta tolerância. Porém, essa tolerância nem sempre foi harmoniosa como afirma Strieder:

“Mas nem sempre esta relação entre colonizador, indígenas e negros respeitava a fraternidade. Muitos senhores deixaram sinais de práticas sadomasoquistas nas relações com os seus escravos e escravas. A miscigenação, portanto, não foi apenas resultado de uma prazerosa confraternização de raças, mas consequência de uma terrível opressão do homem pelo homem” (Strieder, 2001, p.16).

Porém, a “existência pacífica” entre brancos e negros vem esconder um grande abismo no que se concerne às desigualdades sociais, pois segundo Strieder (2001) a tentativa do governo para diminuir esse abismo social tem sido insuficiente, pois o valor de salário entre brancos e negros são diferentes, a taxa de mortalidade de crianças negras no Brasil é superior aos das crianças brancas e em níveis educacionais mostra uma taxa de baixa escolaridade nos descendentes africanos.

De acordo com Matta, “alguns estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2001), demonstram que a desigualdade social no Brasil atinge mais profundamente a população negra.” (Matta, 2010, p.109).

A citação acima vem corroborar com as ideias propostas por Strieder que afirma:

“A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística concluem que a situação do negro no Brasil, quanta ao plano mundial de desenvolvimento humano, se situa em 108º lugar. Desta forma, a situação do negro no Brasil, quanta a expectativa de vida, renda *per capita*, escolaridade, se encontra em piores condições do que os negros na África do Sul, que esta em 103º lugar, conforme o índice de desenvolvimento humano, elaborado pela ONU” (Strieder, 2001, p.17).

Observamos então um grande abismo entre brancos e negros e que segundo Matta (2010) há uma grande presença de negros em favelas e em piores condições de vida e uma ausência drástica nos bairros mais ricos, universidades e profissões com altas remunerações.

Portanto, é perceptível que o negro tenha que vencer inúmeros estereótipos negativos, (re) produzidos nas relações sociais, entretanto, segundo Ciconello (2008) a situação racial em que o Brasil se encontra vem manter a segregação racial e privilégios para os brancos, produzindo assim, uma sociedade desigual e dividida.

Dessa forma, Ciconello afirma:

“O Brasil é extremamente desigual. Considerado um país de renda média (middle income country), ou de médio desenvolvimento humano (medium human development), possui desigualdades de renda tão elevadas, que setores expressivos da população vivem em condições de pobreza enquanto uma minoria detém grande parte da riqueza nacional” (Ciconello, 2008, p.4).

No que concerne a temática de raças no Brasil, vemos um cenário onde passamos a reconhecer que na nossa sociedade existem divergências e que estas precisam ser resolvidas. A terminologia “democracia” foi utilizada em inúmeros contextos para disfarçar as diferenças e desigualdades, mas buscamos em Miguel uma perspectiva mais disseminada acerca desse conceito:

“A concepção corrente de “democracia”, tanto no senso comum como no ambiente acadêmico, está cindida em dois. De um lado, a ideia de “governo do povo”, que corresponde a seu significado etimológico; é a herança dos gregos, que nos deram a palavra e parte do imaginário associado à democracia” (Miguel, 2002, p. 483).

O Brasil, como o lócus da miscigenação, de manifestações raciais e da aparente democracia racial, vem a camuflar uma grande barreira que existe entre brancos e negros, acerca disso Telles (2003) acredita que a desigualdade não é apenas material, mas algo que remete a sensação de inferioridade e a impossibilidade do sujeito em participar da vida social.

Em relação à educação, é notório que os perfis escolares de negros e brancos encontram-se em um patamar distinto, visto que, o sistema educacional ainda não foi capaz de equiparar as disparidades oriundas de anos de exclusão sofrida por pessoas negras. Assim sendo, no capítulo que se aproxima, propomos refletir sobre as ações afirmativas, bem como o negro no cenário educacional.

CAPÍTULO II.

O NEGRO NO CENÁRIO EDUCACIONAL: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS

2.1. O PERCURSO DO NEGRO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O Brasil é um país mestiço tanto em termos de raças quanto de cultura, e tal fator vem desenvolver o preconceito velado, ou seja, uma pseudo aceitação às mais diversas etnias, a igualdade entre as raças. Segundo Matta (1986) o preconceito nem sempre vem assumir uma postura explícita, mas apresentam-se por ações secretas e veladas geralmente dos brancos e mulatos contra aos negros.

Essa forma de racismo é que vigora no Brasil, o “racismo à brasileira”, que prega de maneira teórica a não hierarquização das raças. E a escola é um ambiente onde negros e brancos povos de diferentes raças, credos, e culturas habitam, sendo assim, se faz necessário relatar como é o contexto social e as relações sociais que os negros estabelecem no espaço escolar. Contexto esse entre alunos negros de rede pública e alunos negros de rede privada, quais as imagens que carregam, as ideologias, o conceito de raça, como são estabelecidas as relações entre aluno/aluno e professor/aluno. Para essa abordagem como suporte teórico Soares (2010), Rosenberg (1987) e Hall (2000).

No que diz respeito à história do Brasil, percebe-se que diversas etnias que constituíram este país receberam tratamentos distintos em seus processos civilizatórios, bem como diferentes projetos educacionais. Desde o período colonial estabeleceu-se propostas educacionais que atendiam as conveniências da alta sociedade que governavam o nosso país, que vetaram por um longo tempo a entrada dos negros e afrodescendentes, como afirmam Silva e Silva:

“Ao referir-nos à educação no Brasil, sob a ótica étnico-racial, somos levados a tratar da desigualdade e da exclusão, no que tange ao acesso aos bancos escolares, vividas pela população não-branca. Por mais de duzentos anos, os africanos escravizados não tiveram nenhum tipo de oportunidade de estudo formal. Inicialmente, o processo de alfabetização dos negros se deu em base de atos de caridade e, quando muito, de filantropia” (Silva & Silva, 2005, p. 195).

Dessa forma, a elite não concebia a alfabetização dos escravos, visto que, para ela os africanos eram seres desprovidos de inteligência, restando apenas para os escravizados atividades braçais. Além do que, a possibilidade da escolarização representaria o despertar da consciência. No entanto, no período da abolição, algumas discussões surgiram acerca do ingresso do negro a educação regular.

“O paradigma educacional do século XIX postulava caminhos que provavelmente (re) conduziram os negros a continuarem sendo produtores de riquezas dos grupos dominantes, sendo “lavradores, mecânicos, servindo a quem lhe convier” e mantendo a ordem social vigente. Certamente, o cumprimento desses postulados permitiria que eles continuassem a compor os estratos sociais mais baixos da sociedade. O seu ingresso na escola se deu graças aos interesses com a produção e não com a sua integração na sociedade” (Silva & Silva, 2005, p. 196).

Tal pensamento corrobora com as ideias proposta por Queiroz (2002, p. 15) segundo essa autora as condições econômicas dos negros na pós-abolição eram difíceis e que não eram diferentes daquelas formadas por estrangeiros brancos advindos de outros países.

A alfabetização da população negra que antes era legado as instituições religiosas, ONGs e movimentos sociais, passam agora ao poder do Estado. Com isso, fez aumentar o número de alunos, misturando povos de diferentes raças e credos.

A cultura branca europeia continuava a ser difundida nas escolas como modelo de perfeição, fazendo com que a população negra exercesse seu caráter marginal. Essas práticas elitistas pertencentes aos grupos sociais de prestígio, fez da escola um espaço propulsor as diferenças e não de respeito à diversidade cultural. A escola não pode segundo Brito (2009) silenciar-se diante de situações que propiciam as desigualdades raciais, bem com estereotipização e a estigmatização dos afrodescendentes e indígenas como se eles fossem subalternos.

Dessa forma, o predomínio da cultura branca oriunda da Europa era hierarquizado dentro da escola. A escola tida como um espaço do saber indissolúvel, transmitia a população negra “noções civilizadas”, o que de certa forma garantia, aos detentores da economia uma pseudo democracia racial.

A cultura negra era motivo de vigilância, seus credos, sua religião eram rotuladas de inferiores, dessa forma, o imaginário que cercava os aspectos culturais de origem negra, difundiram-se até os dias atuais. Corroborando assim, com as ideias de Nogueira (2006) no qual afirma que qualquer cultura que se diferenciava da cultura luso-brasileira, deveria abandonar paulatinamente suas heranças culturais em prol de uma cultura ligada aos aspectos europeus. Segundo Soares:

“É importante ressaltar que os desdobramentos de tais juízos no imaginário dos alunos contribuem para a formação de subjetividades no que concerne ao *ser negro*, pois a escola tem um importante papel a cumprir na desconstrução de estereótipos negativos criados pela nossa sociedade diante dos dilemas étnico-culturais” (Soares, 2010, p.79).

A passagem do século XIX para o XX foi marcada por mudanças nas relações de trabalho e no que se reporta aos afro-descendentes, continuaram a lutar com a finalidade de criar condições que proporcionasse ao estudante negro uma maior permanência na escola.

Nesse sentido, percebe-se o papel da escola em assegurar um ensino baseado no respeito à diversidade e privilegiar uma educação voltada para as relações etnicorraciais.

De acordo com Nunes (2011) a escola formal ainda não é um ambiente propício em reconhecer a diversidade étnica. Sendo assim, é importante que os educadores entendam e combatam qualquer tipo de preconceito e racismo em nossa sociedade.

Nesse contexto, Santos in Cavalleiro (2001) acrescenta que nos PCNs a escola é um espaço para que haja a promoção da igualdade, e assim, eliminar pela raiz qualquer forma de preconceito e discriminação, pois nela habita pessoas de diferentes origens étnicas e manifestações culturais.

Sendo assim, o âmbito escolar deve favorecer além da vivência com as diferenças, uma abordagem crítica-reflexiva ao tratar de temas relacionados à etnia e raça, de modo que, tenha espaço para questionamentos e (re) construção de conceitos. Pois como afirma Santana:

“A Escola aqui, ao afirmar que não há referências negras positivas para que as crianças possam identificar-se, também demonstra que não se sente responsável, como instituição pelas representações e saberes veiculados por meio das práticas pedagógicas que concorrem para manter uma suposta inferiorização dessas crianças” (Santana, 2010, p.202).

Para entender o contexto do negro e suas relações escolares, são pertinentes os argumentos de Brito (2009) que mediante a sua pesquisa observou que os professores reconhecem a existência do preconceito racial dentro da escola, não só entre os alunos mais com outros membros que participam da comunidade escolar.

A educação escolarizada no Brasil ainda está pautada numa tradição europeia que valoriza a erudição, uma cultura livresca pouco condizente com a nossa realidade. O conteúdo programático da educação básica tem mantido uma visão monocultural e eurocêntrica, deixando de fora as muitas culturas existentes na sociedade brasileira, principalmente a cultura de tradição oral.

O ato de educar na escola oficial não tem atingido o objetivo de possibilitar às pessoas uma visão mais abrangente do mundo em que vivem, muito ao contrário, segue o modelo da “educação bancária”, em que são depositados conhecimentos um a um, que pouco contribuem para uma formação cidadã. Nesse modelo de educação, os conhecimentos adquiridos (leitura, cálculos, datas históricas) são considerados sempre como mais importantes que os conhecimentos sentidos (músicas, danças, histórias, contos, lendas e parlendas).

O currículo, como forma de organização do conhecimento escolar, tem em seu conteúdo a intencionalidade e, por isso, deve estar aberto às interações e à criatividade dos agentes e atores internos e externos ao ambiente escolar. Santos afirma:

“Sendo o currículo uma organização/instituição que expressa os interesses do grupo que o escolheu, é preciso compreender, no processo de ensino aprendizagem, assuntos que fomentem diálogos que tenham nexos com a realidade social do sujeito aprendiz. Na elaboração de propostas pedagógicas e currículos escolares, devemos considerar concepções inerentes aos grupos presentes na escola, identificando suas especificidades” (Santos, 2006, p. 03).

Porém, há educadores como afirma Gomes (2005) que ao tratar da temática racial, deturpa e incute práticas racistas. Os professores precisam questionar-se, autoavaliar-se no

que concerne de suas práticas pedagógicas ao tratar de temas como a diversidade ético-cultural vivenciadas no âmbito escolar. Gomes argumenta:

“É preciso que as práticas pedagógicas sejam orientadas por princípios éticos que norteiem as relações estabelecidas entre professores, pais e alunos no interior das escolas brasileiras. E é necessário inserir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no interior desse debate” (Gomes, 2005, p.150).

Essa marginalização vem ocorrer devido a inúmeros fatores, segundo Brito (2009), o sistema educacional brasileiro nega e omite no currículo escolar a contribuições dos negros, reforçando assim, as desigualdades raciais dentro do meio escolar.

Outro ponto abarcado pelo autor op. cit. vem ser o fato de que a discriminação pode ocorrer mediante às relações interpessoais, ou seja, livro didático, jornais e revistas, onde a figura branca é a única com destaque, na qual os negros serão apenas vistos como meras ilustrações. Segundo Brito:

“A utilização de recursos pedagógicos dessa natureza denota um processo de socialização racista, pautado na cultura eurocêntrica e etnocêntrica, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos como referências positivas ao hierarquizar o pertencimento racial dos alunos afrodescendentes, minimizando sua cultura, sua imagem e seus prestígios” (Brito, 2009, p.39).

A desigualdade racial nas escolas pode ser amenizada com a atuação de professores críticos ao abarcarem temas que suscitem as relações étnico-raciais. Pois, conforme Praxedes:

“...é preciso reconhecermos que na escola existem alunos e educadores com origens diversas, do ponto de vista religioso, étnico, de gênero, de orientação sexual e de classe, e que nenhum grupo humano tem o monopólio da beleza, da inteligência, da racionalidade, etc.” (Praxedes, 2008, p.04).

A citação acima faz uma ponte com as ideias difundidas por Brito (2009), visto que, segundo o autor se faz necessário que a escola estabeleça espaços para dialogar acerca das relações étnico-raciais, de modo, que favoreça a diversidade racial e cultural dos indivíduos. Valendo-se de estratégias que enfraqueçam ou reduzam a ideologia de superioridade racial e consequentemente quaisquer formas de preconceito.

Quando há uma ação individualizada e independente desse profissional sem o empenho da instituição escolar de forma integral reportamo-nos a micro-ações afirmativas. De acordo com Jesus:

“As micro-ações afirmativas cotidianas podem ser compreendidas de diferentes maneiras, dependendo da prática pedagógica dos (as) professores (as) narradores (as), pois existem práticas que se dão ocasionalmente, quando o(a) professor(a) considera importante fazer uma interferência no cotidiano; existem práticas que são pontuais, ou seja, o(a) professor(a) trabalha com a temática relações étnico-raciais em determinados momentos do ano, em datas comemorativas ou em eventos promovidos na instituição escolar; há os (as) professores (as) que trabalham sistematicamente, pois a temática em questão perpassa todo o currículo, independentemente da área ou disciplina lecionada” (Jesus, 2009, p. 06).

Dessa maneira, as micro-ações afirmativas no cenário educacional, tornam-se ferramentas que auxiliam na desconstrução do imaginário do negro brasileiro, bem como, ao de elevar o nível de uma formação cidadã democrática, orientando e politizando as instâncias das esferas públicas e privadas. Pois, é necessário que as escolas ponham de lado o mito e a folclorização cristalizada por anos nos nossos sistemas educacionais, aprisionando e essencializando as culturas africanas através de um currículo eurocêntrico. Corroborando assim, com as ideias de Regis e Carvalho:

“As relações étnico-raciais na sociedade brasileira estão inseridas em um contexto no qual as diferenças se configuram em desigualdades, com a marginalização da população negra devido ao seu pertencimento étnico-racial, inscrito na cor da pele e na textura dos cabelos, e pela sua ascendência africana. Essas desigualdades étnico-raciais estão presentes em diferentes aspectos que integram a realidade cotidiana e se manifestam nas instituições educacionais por meio de seus currículos” (Regis & Carvalho, 2013, p.2).

A desconstrução da democracia racial, bem como a ideologia do branqueamento, possibilitou um progresso no âmbito político. As ações afirmativas, debates e problematizações em torno das desigualdades da população negra vêm ganhando força desde então. De outro lado, segundo Lima:

“A problematização sobre as relações raciais tem-se ampliado de forma progressiva na sociedade brasileira nessa última década. Essa problematização envolve tanto as práticas cotidianas dessas relações, os embates e ações políticas, como as construções conceituais a estas relacionadas” (Lima, 2008, p.33).

Durante o desenvolvimento do Brasil, inúmeros discursos históricos foram construídos. Destacamos aqui, a perpetuação do homem cuja cultura branca, colonizadora, culta e polida, se sobressai sob as demais culturas, especificamente a cultura negra, que por inúmeros fatores foi disseminada como inferior, cujo homem negro caracterizava-se por ser escravo, inculto e incivilizado. Por um bom tempo tais concepções foram difundidas pela educação formal. Acerca disso, buscamos em Santos que afirma:

“A educação escolarizada no Brasil ainda está pautada numa tradição europeia que valoriza a erudição, uma cultura livresca pouco condizente com a nossa realidade. O conteúdo programático da educação básica tem mantido uma visão monocultural e eurocêntrica” (Santos, 2006, p.04).

Abordar sobre a África em sala de aula não é uma tarefa simples, visto que, tal assunto pode acarretar em um pensamento errôneo acerca desse continente, podendo distanciar o passado do presente. Deste modo, existe uma resistência à aceitação da negritude, uma tentativa de afastamento, uma vez que as referências encontradas na história em relação aos negros não são vista como elementos propulsores de formação da identidade. Muitos sujeitos não conseguem identificar-se com o negro construído ao longo da história. Segundo Leite (2010) há imagens dos negros que aparecem nos livros didáticos de maneira “deformada” o que

não corresponde ao contexto real, pois desqualifica os negros e negras que possuem a beleza que é natural de sua raça e de seu contexto cultural.

Silva e Silva (2005, p. 200) acreditam que com o novo milênio o cenário educacional para os negros é marcado pela: “busca de ações e políticas públicas para organizações negras e sociais: o acesso do povo negro ao nível superior e, por conseguinte, às instâncias profissionais que exigem esse nível de escolaridade.”.

Por essas razões, no contexto atual, buscamos refletir sobre o negro e sua trajetória no contexto educacional. O rompimento do silêncio e de séculos de desigualdades vão ao encontro das ações afirmativas, assim sendo buscaremos propiciar uma reflexão acerca dessas medidas compensatórias de um passado marcado pela exclusão.

2.2. O NEGRO NO CENÁRIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Apesar da maioria da população brasileira ser representada por negros e mulatos, observa-se um grande problema no que concerne o acesso de negros em universidades, postos de trabalhos, serviços públicos... A segregação racial torna-se um empecilho à classe de cidadãos menos favorecidos, por isso surge a necessidade de desenvolver políticas públicas que diminuam o preconceito e a discriminação.

Segundo Silva entendemos ações afirmativas como:

“...medidas privadas ou de políticas públicas objetivando soerguer determinados seguimentos da sociedade para que possam ter as mesmas oportunidades de competição em virtude de terem sofrido discriminações ou injustiças sociais” (Silva, 2010, p.63).

Devido a essas discriminações sofridas pela minoria, as ações afirmativas são desenvolvidas para favorecer as classes discriminadas, para que de certa maneira haja uma promoção da igualdade e do fortalecimento identitário. Corroborando com as ideias de Silva (2010), Piovesan afirma que ações afirmativas constituem:

“...medidas especiais e temporárias que, buscam remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos. As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve moldar-se no respeito à diferença e à diversidade. Por meio delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva” (Piovesan, 2005, p.49).

Mediante a citação acima podemos constatar que as ações afirmativas constituem ações que objetivam incluir e de certa forma acelerar a participação de um grupo socialmente

discriminado a um processo de igualização. Servindo assim, de medidas reparatórias e compensatórias de um passado marcado pelo preconceito e de desvantagens históricas.

A terminologia “ações afirmativas” conforme Moehlecke (2002) tem origem nos Estados Unidos por volta da década de 60, período no qual os americanos estavam reivindicando os direitos civis e oportunidade de igualdades para todos. O movimento negro americano surge com força nessa época, na tentativa de garantir o fim de leis que garantiam a segregação racial, bem como, a melhoria das condições sociais.

Porém, podemos perceber que as ações afirmativas não cessaram apenas nos Estados Unidos, as lutas dos negros americanos ganharam forças e ultrapassaram fronteiras, o público que antes era representado pela maioria negra, ganhou adeptos considerados estigmatizados, como o pobre, a mulher, os homossexuais, índios, grupos minoritários que até hoje enfrentam desvantagens de oportunidades e obstáculos a acessibilidade de bens e direitos.

Como vimos, as discussões que concernem às ações afirmativas tiveram seu marco na década de 60 nos Estados Unidos e segundo Sousa (2006) sua propagação chegou ao Brasil nos anos 90, tal fato pode ser observado no discurso:

“No Brasil, as discussões sobre ações afirmativas ocorreram a partir dos anos 90, e se intensificaram fortemente com a adoção do sistema de cotas nos exames vestibulares de algumas Universidades Públicas, destinadas para o acesso de aos afrodescendentes e alunos carentes ao nível superior da educação formal” (Sousa, 2006, p.117).

Tal citação comunga das ideias difundidas por Santos (2012) no qual afirma que o contexto das ações afirmativas no Brasil é uma atividade recente, e que funciona como um mecanismo que cria oportunidades para grupos socialmente excluídos, para que assim, os mesmos tenham acesso à educação e ao mercado de trabalho.

No que concerne, ao ingresso no ensino superior segundo os dados divulgados por Piovesan:

“Na esfera universitária, por exemplo, dados do IPEA revelam que menos de 2% dos estudantes afrodescendentes estão em universidades públicas ou privadas. Isto faz com que as universidades sejam territórios brancos. Note-se que a universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É fundamental democratizar o poder e, para isto, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário” (Piovesan, 2005, p.51).

Observamos que com o passar dos tempos uma parcela da população negra no Brasil adentrou nas escolas e universidades, contudo a acessibilidade à área educacional é ainda uma atividade árdua, pois apresenta um quadro dramático de exclusão social e racial. Diante dessa realidade faz-se necessário tomar medidas que sejam de caráter emergenciais e garantam o acesso e continuidade desses grupos “vulneráveis” no âmbito educacional.

2.3. A LEI 10.639/03: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA OS TEMAS AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Quando o negro chegou ao nosso país, sua finalidade era o de apenas o de servir, sem nada a receber. Tal sujeito fora separado de seus familiares, do seu país de origem. No entanto, mesmo diante de tantas dificuldades e da dominação, a resistência por manter os valores que o constituía, a sua cultura e a crença manteve fôlego. Deste modo, conseguiram disseminar tais ideais por todo o Brasil.

O negro foi colaborando para a formação, de forma muito expressiva, para a pluralidade cultural. Diante da importância da cultura afro-brasileira, e sua influência, desde o tempo do Brasil colônia até os dias atuais, viu-se a necessidade de abarcar a temática de cultura brasileira, também pela ótica da Lei 10. 639/03, que se tornou obrigatória no ensino fundamental e médio, tanto da rede pública de ensino quanto na rede particular.

Diante da lei acima citada, que veio a modificar a Lei 9.394/96, houve uma necessidade de abarcar a cultura afro-brasileira para a promoção da redução do racismo, do preconceito, de fatores que ainda colonizam as nossas ideologias, com defende Costa e Dutra:

“Descolonizar o saber é o primeiro passo na luta contra o preconceito racial. A educação tem fundamental importância nesta luta, pois se acredita que o espaço escolar seja responsável por boa parte da formação pessoal dos indivíduos, sendo assim um ambiente fundamental para a superação das desigualdades raciais e superação do racismo” (Costa & Dutra, 2009, p. 01).

A Lei Federal nº 10639/03 nos possibilita refletir acerca das transformações e lutas dos diferentes segmentos da sociedade, principalmente os negros. A referida lei torna-se um instrumento propulsor de uma educação de qualidade e com menos desigualdade. Diante disso, realçamos a relevância das ações afirmativas enquanto prática direcionada ao fomento de diálogos a respeito do ensino da cultura afro-brasileira e africana para além da sala de aula.

A lei 10.639/03 introduz no currículo escolar conhecimentos importantes sobre a história e cultura africana. Segundo a lei acima temos:

"Art.º. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

A herança de uma educação postulada nos moldes europeus, bem como, a deficiência de um ensino público de qualidade pode ajudar na propagação de ideais e conceitos preestabelecidos sobre o continente e a cultura afro-brasileira, nos remetendo apenas aos fatos estereotipados como feijoada, samba, acarajé... Segundo Medeiros e Almeida:

“A Lei causou inquietação no meio acadêmico. Para seu cumprimento era necessária uma alteração efetiva, tanto na grade curricular, quanto na já deficiente formação continuada dos docentes. A busca para suprir essa demanda promoveu o surgimento de livros, publicações, artigos e cursos de história e cultura Afro-brasileira. O reconhecimento da importância da Lei para a conscientização das diferenças e do preconceito evidentes no Brasil motivou simpósios, semanas acadêmicas e discussões em salas de aulas das universidades” (Medeiros & Almeida, 2007, p.03).

As lutas da população negra no que concernem as relações raciais ganharam o âmbito educacional e conseqüentemente vem requerer alterações nos currículos, bem como, práticas que combatam no dia-a-dia de sala de aulas atitudes e pensamentos preconceituosos, de modo que impulse novas práticas pedagógicas para o exercício de uma educação mais significativa.

É preciso fazer todo um arcabouço histórico levando em consideração manifestações culturais oriundas dos povos africanos, uma vez que sofreram grandes impactos com as culturas brasileiras, se mesclando com a indígena e conseqüentemente com as de origem europeia, formando assim, a cultura afro-brasileira. Segundo Felipe e Teruya:

“Ao falar dos aspectos da cultura africana e da história do negro no Brasil, entramos em um campo de tensões e de relações de poder que nos leva a questionar as representações e os estereótipos sobre a África, os africanos, negros brasileiros e sua cultura. A ideia de inferioridade cultural dos negros, construída historicamente e socialmente, justificou os processos de dominação, colonização e escravização. As reivindicações estabelecidas na Lei n. 10.639/2003, lançam novas bases para o ensino de história” (Felipe & Teruya, 2014, p.11).

Abarcar a temática cultural africana e afro-brasileira constitui em pensar em nossas ações e como elas são e foram baseadas. Gomes (2003) afirma que a cultura merece atenção, pois constitui uma inflexão no ato e no pensar pedagógico, bem como as mudanças ocorridas no nosso âmbito social, levando em consideração os movimentos étnicos e grupos sociais. Tal citação corrobora com Rocha:

“A preocupação do movimento social negro com a educação vem de longa data. Os estudos e documentos desse movimento evidenciam o interesse. Seus integrantes têm a convicção de que o sistema escolar reproduz uma série de conceitos, ideias e práticas que corroboram com a construção do mito da inferioridade do negro. A escola reproduz o racismo presente na sociedade brasileira. Aliás, não poderia ser diferente, visto que na escola estão todas as contradições presentes na sociedade” (Rocha, 2006, p.75).

Corroborando com esse pensamento Felipe e Teruya (2014) afirmam que a escola brasileira ainda perpassa o machismo e o regionalismo, tal fato foi herdado dos moldes europeus e fazendo com que o currículo escolar marginalizasse uma outra parte da população,

interrompendo suas vozes e seus direitos, colocando os envolvidos em posição de inferioridade. O professor pode ou não auxiliar na perpetuação de estereótipos arraigados no imaginário do povo brasileiro.

Uma vez que a lei acima pode propiciar uma escola que contemple o legado trazido pelos negros e seus descendentes e ajudar na formação de professores que conheçam a histórias e os dilemas de uma cultura às vezes mal compreendida e estigmatizada. Entretanto, Medeiros e Almeida afirmam que:

“Ao sancionar a Lei, o governo desconsiderou a realidade e apenas procurou preencher uma lacuna incômoda, ou seja, cumprir finalidades políticas. Cabe ao professor lidar com a questão e fazer valer a nova determinação. Os debates sobre conteúdos programáticos tornaram-se cada vez mais acalorados. Os mais tradicionais refutam a ideia de seleção do conteúdo programático tradicional e os mais atentos buscam aplicar a Lei onde existir a oportunidade” (Medeiros & Almeida, 2007, p.03).

Esses novos princípios permitem mudanças de mentalidade e de anos de tradições educacionais baseadas em elementos culturais. O silêncio que muitas vezes se localiza dentro das escolas pode, conforme Oliveira e Júnior (2012), trazer desafios aos professores, pois muitos desses docentes receberam uma educação voltada para silenciar frente aos preconceitos no âmbito escolar, e devido a esse fator não conseguem aproveitar os momentos discriminatórios como elemento para auxiliar na conscientização e na quebra dos preconceitos. Santos:

“Portanto, ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira” (Santos, 2005, p.25).

A luta se intensifica nas esferas educacionais para que haja uma diminuição das desigualdades raciais e valorizando a cultura negra e uma política racial que ofereça melhores condições no que tange o ensino e acessibilidade dos negros ao mundo escolar. Medeiros e Almeida (2007) acreditam que foi por meio dessas lutas e manifestações associadas aos movimentos populares a favor dos negros é que nas escolas observar-se um interesse de combater as práticas racistas e preconceituosas, por isso, foi promulgada a Lei 10.639/03. Os autores acima ainda argumentam:

“A oficialização da temática referente às populações negras na escola através da lei acarreta a discussão de assuntos que foram silenciados durante muito tempo na sociedade brasileira, sempre com o véu de que “aqui não há racismo”, argumento que apenas esconde a real formação do povo brasileiro e a importância de diferentes grupos étnico-raciais para a formação da história e da cultura do Brasil. Então, estudar a história africana e afro-brasileira não possui o intuito de mudar o foco eurocêntrico para o africano, mas de ampliar as discussões para a diversidade cultural, racial, social e econômicas existentes em nosso país” (Medeiros & Almeida, 2007, p.04).

E tal oficialização elaborou um currículo baseado em um ensino voltado para a história e cultura africana, bem como afro-brasileira, favorecendo na sala de aula a troca de culturas e o desenvolvimento crítico-reflexivo. Jesus (2012) ainda argumenta que tal promulgação fez com que todo um laboratório editorial como livros didáticos e para didáticos contribuíssem para valorizar o negro e de modo a não permanecer em conceitos equivocados e repletos de preconceitos, valorizando as manifestações culturais e sociais desse povo.

Debates sobre as representatividades dos negros nos livros didáticos vêm ganhando relevância devido à lei 10.639/03, porém uma grande carga negativa ainda foi mantida, preconceito, racismo, discriminação e etnocentrismo se impregnaram nas páginas dos livros de história, como abarca Oriá:

“Assim, são raros os livros que mostram o negro como sujeito de sua própria história, e que analisam o cotidiano do escravo na fazenda e no meio urbano, bem como suas diversas formas de luta e resistência à escravidão que lhe foi imposta pelo homem branco, desde práticas individuais, tais como, suicídio, aborto, banzo, fuga, assassinatos, passando pela preservação de crenças, hábitos, costumes e tradições africanas até formas de resistências organizadas como, por exemplo, os quilombos (vide Quilombo dos Palmares e tantos outros que nem sequer são mencionados), até formas de rebelião armada (A Revolta dos Males em Salvador, a Cabanagem no Pará, a Revolta da Chibata no Rio de Janeiro, a Conjuração dos Alfaiates na Bahia, a Balaiada no Maranhão...)” (Oriá, 1996, p.05).

A citação acima salienta os processos que envolvem representantes de manifestos negros que são esquecidos de serem retratados nos livros didáticos como: (Zumbi, Ganga Zumba, João Cândido...). Personagens brancos tido como heróis nacionais (Princesa Isabel, Duque de Caxias, D. Pedro I, etc.). O autor critica a visão idílica que representa a Princesa Isabel. Observemos esse fragmento:

“No tocante ao processo da abolição, ela é comumente tratada nos didáticos como uma concessão "humanitária" do Governo Imperial. Portanto, a abolição da escravidão é vista como uma "dádica" da Princesa Isabel, a qual "deu a liberdade" aos negros cativos e que, por este ato magnânimo, recebeu o título de "A Redentora"”.

O que foi abarcado é que nos livros de história local aonde os negros deveriam ter um papel mais ativo e não apenas serem lembrados como marginais, escravos, trabalhadores submissos (algo que eles não foram), mas sim, como agentes de uma nação, responsável pelo desenvolvimento da nação brasileira, bem como, elemento que favorece a pluralidade cultural que se manifesta nos quatro cantos do Brasil.

A figura cativa do negro pode caminhar numa direção positiva e a Lei 10.639/03 pode possibilitar no aprendizado e fortalecer os laços culturais não somente no livro didático, mas no pensamento e ideias do povo brasileiro. Jesus:

“A lei n. 10.639/03 fora a mola propulsora para atender a população afro-brasileira no anseio de ter sua história reconstruída (nos livros didáticos e bancos escolares) e valorizada, destituída dos estereótipos do passado, que causam nefastos efeitos psicológicos a população negra, que incorpora os arquétipos expressos em materiais didáticos e no próprio fazer educativo, o que objetivamente, impede, ainda hoje, a ascensão social do negro. Portanto, a lei foi um avanço nas discussões do movimento negro, constituindo em uma grande vitória” (Jesus, 2012, p.12).

O negro não precisa chegar aos currículos ou aos livros didáticos como desumano, como um simples objeto de trabalho. Os negros tiveram e tem participação na sociedade brasileira, o que vai além da mineração, do plantio de café ou da mineração. Os negros participam de outras relações sociais e os movimentos negros evidenciam preocupações acerca da formação identitária dos negros. Rocha:

“A preocupação do movimento social negro com a educação vem de longa data. Os estudos e documentos desse movimento evidenciam o interesse. Seus integrantes têm a convicção de que o sistema escolar reproduz uma série de conceitos, ideias e práticas que corroboram com a construção do mito da inferioridade do negro. A escola reproduz o racismo presente na sociedade brasileira. Aliás, não poderia ser diferente, visto que na escola estão todas as contradições presentes na sociedade” (Rocha, 2006, p.75).

Essa lei no cenário nacional tornar-se uma ferramenta que auxilia na desconstrução do imaginário do negro brasileiro, bem como, na elevação do nível de formação cidadã democrática, de modo que orienta e politiza as instâncias das esferas públicas e privadas. Pois, é necessário que as escolas ponham de lado o mito e a folclorização cristalizada por anos nos nossos sistemas educacionais, aprisionando e essencializando as culturas africanas através de um currículo eurocêntrico. Corroborando assim, com as ideias de Regis e Carvalho:

“As relações étnico-raciais na sociedade brasileira estão inseridas em um contexto no qual as diferenças se configuram em desigualdades, com a marginalização da população negra devido ao seu pertencimento étnico-racial, inscrito na cor da pele e na textura dos cabelos, e pela sua ascendência africana. Essas desigualdades étnico-raciais estão presentes em diferentes aspectos que integram a realidade cotidiana e se manifestam nas instituições educacionais por meio de seus currículos” (Regis & Carvalho, 2013, p.2).

Os movimentos sociais que giram a favor do negro, bem como sua inclusão na sociedade, evidenciam interesses no que concerne à educação. O suposto currículo europeizado segundo Santos (2006) valoriza o erudito, a cultura letrada e mantém uma visão monocultural e deixando à mercê as tradições orais, não permitindo assim, uma visão mais ampla da sociedade.

Rocha (2006) corrobora com Santos (2006) ao afirmar que a escola por sua vez reproduz o racismo na sociedade brasileira, pois a escola é um local onde as contradições sociais se encontram presentes. Rocha ainda afirma:

“Ao omitir conteúdos em relação à história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para a constituição de uma ideologia de dominação étnico-racial. Segundo os estudiosos da questão, no sistema escolar, o negro chega aos currículos, não como o humano negro, mas sim como o objeto escravo, como se ele não tivesse um passado, ou se tivesse participado de outras relações sociais que não fossem a escravidão” (Rocha, 2006, p.75).

Todos esses pressupostos elencados na citação acima funcionam como alicerce para estigmatizar e perpetuar a ideologia dessa suposta hierarquização social entre negros e brancos. E a escola tem a função de desmitificar que na origem da nação do povo brasileiro os negros só apresentavam papéis importantes e que vão além da escravidão e dos movimentos quilombolas.

Por isso, a necessidade de derrubar as barreiras do preconceito e questões muitas vezes equivocadas que caíram no imaginário do povo brasileiro, questões essas racistas e que segundo Pinho (2007) essas teorias racistas ocorreram devido à ascensão da ração em detrimento aos mestiços. Pois, os negros na visão dos cientistas que pregavam o determinismo biológico chegavam próximos a animais.

A História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo educacional, não limita-se apenas ao cargo de política anti discriminatória, mas também o de retaliar ações que visam aprimorar, respeitar, construir conceitos positivos acerca de raça e cultura, bem como o de proporcionar o relativismo cultural. Pois, segundo Luz:

“A efervescência do debate sobre a Lei n. 10.639/03, que entrou em vigor em 09 de janeiro de 2003 e que inclui, no currículo da Educação Básica, o estudo da História da África e Cultura Afro-Brasileira, e sua implementação no currículo oficial das escolas brasileiras são o foco da nossa análise, principalmente depois de constatarmos muita ansiedade entre os professores (as), sob a pressão de ter que contribuir no processo de implantação do ensino de História da África e História e Cultura Afro-Brasileira nas suas escolas” (Luz, 2006,p.13).

Tal citação, apoia-se também em Medeiros e Almeida (2007) no que concerne que tal Lei causou grandes impactos nas academias, devido a grade curricular, bem como na formação dos docentes. Pois, ao sancionar a Lei 10.639/03 houveram certas deliberações devido ao despreparo dos professores ao tratarem do tema.

A Lei *a priori* reconhece a importância de inserir essas temáticas para a promoção da igualdade racial e que segundo os autores acima citados aprimorar conceitos como: racismo, colonialismo, neocolonialismo, lutas pelas independências entre outros fatores que podem contribuir para a formação de uma nação mais igualitária.

A possibilidade de repensar em um currículo que ofereça mecanismos na luta contra qualquer tipo de discriminação, torna-se aliada para a valorização cultural do negro e ao combate contra ao racismo e preconceito. Pois, conforme Rocha e Silva:

“A aprovação da Lei 10.639, como dito anteriormente, pode ser considerada um avanço no que se refere à luta para combater os imaginários e práticas racistas, uma vez que se trata de uma política pública educacional que procura atingir a população escolar de todas as origens raciais e nos vários níveis e modalidades de ensino. Ademais, propugna a valorização da diversidade cultural na formação do Brasil, a contribuição para a construção e a afirmação de identidade negra” (Rocha & Silva, 2013, p.11).

A discriminação racial e o preconceito se fazem presentes no dia-a-dia do negro, a abolição da escravidão não parece ter terminado, pois segundo Santos (2006) ainda há consequências devastadoras como a exclusão social e a miséria presente constantemente ao povo negro e aos afrodescendentes. E estimar uma educação que ofereça qualidade para a superação de uma sociedade injusta é um fator que segundo Santos (2006) abarca uma integração socioeconómica e conseqüentemente um grande passo, embora não total, para a ascensão social do negro.

CAPÍTULO III.

DESIGN METODOLÓGICO

3.1. APRESENTAÇÃO DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O tema deste trabalho é a relação etnicorracial presente no âmbito escolar, bem como a concepção dos professores acerca de temas como: racismo, discriminação e preconceito.

Para compreender a complexibilidade da temática em ênfase se faz necessário entender a sociedade brasileira em seu contexto sócio histórico. Sabe-se que a sociedade brasileira foi historicamente constituída por três segmentos raciais (o índio, o africano e o europeu). No entanto, ao que se reporta à população negra ao adentrarem em áreas brasileiras receberam o estigma da escravidão que perdurou até 1888, com a promulgação da Lei Áurea.

Mesmo com o fim da escravatura restaram ainda resquícios que persistem até os dias atuais. Na educação tal reminiscência vem refletir na marginalização de indivíduos que carregam o fenótipo e características negras como afirma Louro:

“Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente afrouxando os laços do escravismo, não trouxeram, como consequência direta ou imediata, oportunidades de ensino para os negros. São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas - o que vai ocorrer no final do século” (Louro, 2007, p.445).

O pensamento dessa autora corrobora com as ideias difundidas por Fonseca (2002, p. 142) na qual as práticas educativas não almejavam uma transformação do *status* dos negros, visto que, buscavam manter uma condição constituída por mais de três séculos, permanecendo como sujeitos controlados e influenciados a exercerem papéis nos segmentos mais baixos do processo educativo.

Neste sentido, uma educação voltada nas relações entre as raças tem por finalidade a formação de sujeitos engajados em suscitar condições igualitárias no que concerne no exercício político e em diversas esferas socioeconômicas. Esta educação objetiva de maneira basilar promover um ensino-aprendizagem em que se consolida tal ação nas mais diversas esferas.

Para isso, é importante ter como alicerce os princípios de equidade, baseados no respeito à diversidade e no reconhecimento do outro. Dessa maneira, a equidade aqui defendida parte do conceito entendido por Sposati:

“Como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.” (Sposati, 2002, p.05).

Embora que, no nosso país as relações raciais emergem conflitos étnicos, discriminatórios, preconceituosos, elementos de miscigenação, e políticas públicas. Percebe-se um possível silenciamento na esfera educacional. Nesse sentido, buscamos investigar acerca

de como ocorrem as relações étnicas no âmbito escolar, por meio da Lei 10.639/03, bem como, os discursos proferidos pelos docentes.

Levando em consideração esse panorama, o trabalho foi guiado pelas indagações:

- Quais as concepções que os professores possuem acerca das relações raciais que se estabelecem no âmbito escolar?

3.2. OBJETIVOS

3.2.1. Geral:

Analisar a concepção dos docentes da rede pública e privada ao que concerne ao preconceito e a discriminação racial dentro da sala de aula.

3.2.2. Específicos:

- Investigar a existência de práticas discriminatórias vivenciadas pelos sujeitos que compõem a escola, através dos discursos dos docentes.
- Avaliar as possíveis consequências que a Lei 10.639/03 possibilita no âmbito escolar, vivenciado por alunos e professores das escolas das esferas pública e privada.
- Observar se há atitudes de silenciamento frente às relações raciais presente no cotidiano escolar.
- Identificar no discurso dos professores se há espaço para discutir acerca da formação da identidade étnica dos alunos.

3.3. TIPO DE ESTUDO

A escolha do método torna-se um dos fatores importantes para o desenvolvimento do trabalho. Tal escolha precisa estar em consonância com a realidade, para assim possibilitar ações de mudanças.

Dessa forma, esta pesquisa tem como método escolhido a abordagem qualitativa. A opção por esse método se deu pelo fato da mesma contemplar com uma melhor interatividade acerca da temática de cunhos raciais frente aos sujeitos envolvidos. Segundo Minayo e Sanches:

“A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre o sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (Minayo & Sanches, 1993, p.244).

Neste contexto, a pesquisa torna-se qualitativa na medida em que permite que o conhecimento se torne mais abrangente, envolvendo aspectos sociais, culturais e discursivos.

Lakatos e Marcone (2003) afirmam que o conhecimento científico é transmitido de modo racional mediante os procedimentos científicos e com finalidade de explicar o “por que” desses fenômenos ocorrerem.

Nesta abordagem metodológica faz-se necessário que o pesquisador seja um sujeito preceptor aos problemas e contextos sociais, culturais e políticos, com o intuito de obter respostas e soluções para que as indagações possam ser respondidas ou não no campo científico. Para isso, o pesquisador precisa encontrar um método que o norteie, fazendo que os dados obtidos sejam validados e confiáveis.

A pesquisa qualitativa se posiciona de maneira significativa quando caracteriza de modo detalhado diversos sujeitos, circunstâncias, atitudes que são perceptíveis. De acordo com Minayo (2001) a abordagem qualitativa possibilita responder a indagações peculiares. Envolvendo assim, uma gama de sentidos, crenças, princípios, anseios, condicionamentos, comportamento.

Esse tipo de método permite associar significado e intencionalidade de modo a compreender o fenômeno considerável em sua particularidade.

O produto da pesquisa qualitativa promove uma comunicação, visto que, o sujeito (pesquisador) pode indagar e o sujeito (pesquisado) pode discutir sobre a temática proposta. Para isso, Chizzotti afirma:

“A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da Teoria Crítica e do construtivismo, e adotando múltiplos métodos de investigação para o estudo de um fenômeno no local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles” (Chizzotti, 2003, p.221).

Tal citação vem corroborar com as ideias defendidas por Godoy:

“Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (Godoy, 1995, p.21).

O pesquisador precisa ir ao campo de pesquisa e obter informações que o auxiliem a analisar a (re) construção dos mais variados fenômenos. Colhendo assim, as opiniões mais relevantes a partir de uma visão mais abrangente. Visto que, segundo Freitas (2002) os estudos qualitativos vem valorizar os aspectos descritivos, fazendo com que o pesquisador procure se envolver nos contextos em que se encontram seus pesquisados, realizando uma relação recíproca e obtendo assim, o comportamento dos envolvidos na pesquisa.

A escolha da metodologia qualitativa se deu também por possibilitar um contato direto com o entrevistado, uma vez que a pesquisa de campo vem trazer à tona dados e opiniões empregadas pelo pesquisador, baseando em graus de complexidade e de um olhar investigativo e indutivo no que concerne aos valores e opiniões dos entrevistados. Concordando assim, com os conceitos difundidos por Ribeiro:

“Tende a denominar pesquisa qualitativa como pesquisa de campo, porque o investigador atua no meio onde o objeto de estudo se desenvolve, bem diferente das dimensões e características de um laboratório. [...] A abordagem qualitativa realça os valores, as crenças, as representações, as opiniões, atitudes e, usualmente é empregada para que o pesquisador compreenda os fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna do fenômeno pesquisado” (Ribeiro, 2008, p.133).

Esta estratégia de pesquisa nos permite oferecer explicações no que tange as temáticas de culhos raciais, uma vez que considera o contexto uma marca essencial como fonte de pesquisa. Godoy (1995) relata que nessa abordagem o contato direto com o participante é valorizado e podem ser usados inúmeros instrumentos como gravadores e videotapes, porém, até mesmo um bloco de papel para realizar as anotações pode ser utilizado. Outra característica da metodologia qualitativa é o seu fato descritivo, uma vez que coletados os dados, eles aparecerão na forma de transcrição de entrevistas, anotações...

Buscamos nessa pesquisa um entendimento de como as relações raciais se sucedem dentro do âmbito escolar, mediado pelo discurso dos professores. Nesse sentido, a escolha pela metodologia qualitativa se torna uma ferramenta primordial. Que, segundo Ribeiro:

“O homem não pode ser apenas objeto de uma explicação, produto de uma só ciência, de um só sujeito, mas deve ser também compreendido, processo esse que supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico. Com essas considerações é possível afirmar que a pesquisa qualitativa vai exigir do pesquisador uma postura interrogativa e permanente vigilância de confronto entre os dados recolhidos e a teoria que embasa a sua interpretação. A abordagem qualitativa exige esse diálogo permanente, esse ir e vir a todo tempo” (Ribeiro, 2008, p.135).

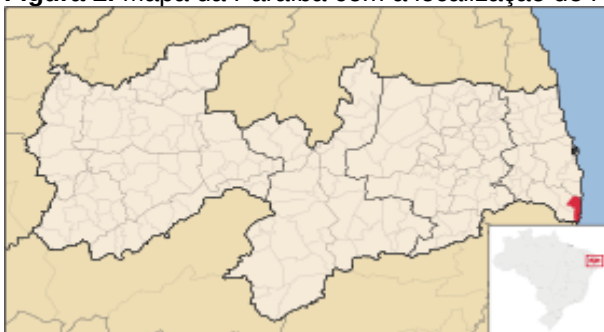
Esse tipo de metodologia permite em função da natureza da pesquisa, objetivos que norteiam a temática abordada, assegurando como afirma a autora acima um contexto mais aberto e flexível, focalizando a realidade de maneira complexa e contextualizada.

3.4. LOCUS DA PESQUISA

Figura 1. Mapa de Pernambuco com a localização de Paudalho



Figura 2. Mapa da Paraíba com a localização de Pitimbu



Fonte: Wikipédia

A pesquisa foi realizada em duas escolas, uma de rede privada e outra de rede pública. A de entidade particular de Ensino fundamental I e II encontra-se no município de Paudalho, cidade localizada no interior do estado de Pernambuco, situada a 37 km do Recife capital do estado, região nordeste do Brasil; Paudalho possui uma área territorial de 277,796 Km², sendo sua população estimada em 54.547 habitantes (Brasil 2014).

Atualmente a escola possui 200 alunos matriculados, oriundos da zona rural e de bairros vizinhos, distribuídos em 12 turmas, 3 de educação infantil, 5 de ensino fundamental I e 4 de ensino fundamental II. Atualmente, possui um total de 15 professores.

No que concerne à estrutura física a escola conta com: salas de aulas, secretaria, biblioteca e sanitários masculinos e femininos. O objetivo geral proposto pela escola escreve-se da seguinte forma: Desenvolver ideais de solidariedade, baseadas no respeito mútuo, reafirmando a importância da educação como ferramenta que possibilita a ascensão social e a ampliação do conhecimento de elementos multiculturais.

A escolha por essa escola deu-se em virtude da mesma ser uma das poucas escolas privadas no município, sendo considerada pelos moradores e alguns profissionais da educação como uma instituição que desenvolve um bom trabalho na área pedagógica e por a mesma apresentar uma boa estrutura física.

Em contrapartida a escola de rede pública de ensino fundamental II e médio, encontra-se situada no estado da Paraíba, localizada a 68 km de João Pessoa capital do Estado. Região

Nordeste do Brasil; Pitimbu possui uma área territorial de 136,045 Km², sendo sua população estimada em 17.492 habitantes (Brasil 2012).

Atualmente a escola possui 400 alunos matriculados, oriundos de cidades vizinhas, áreas rurais, bem como, bairros vizinhos, distribuídos em 15 turmas, 6 de ensino médio e 9 de ensino fundamental II.

No que tange a estrutura física a escola possui: sala de informática, biblioteca, salas de aulas, salas de professores, secretaria e cozinha. Na biblioteca o acervo de livros fica por volta de 3.000 exemplares, bem como apresenta recursos como data-show, retroprojetores e DVDs.

A escolha por essa escola, justifica-se pela mesma ser uma instituição de referência e por desenvolver frente à comunidade projetos ambientais e sociais, objetivando construir um sistema escolar pautado na criticidade, bem como, o desenvolvimento reflexivo dos sujeitos envolvidos.

É nesse contexto que a nossa pesquisa se sucedeu, na esfera do ensino fundamental II, visto que, entendemos que esse nível escolar pode oferecer aos estudantes oportunidades para exercerem a cidadania.

3.5. SUJEITOS DA PESQUISA

Essa investigação busca analisar as relações raciais na escola e os desafios enfrentados pelos alunos e professores. Sendo assim, suscita inicialmente abranger as esferas (docentes e discentes). Nessa perspectiva, essa pesquisa será fundamentada em 10 professores que atuam no ensino fundamental II. A escola pública

Nesta seção, aplicamos o instrumento de investigação (entrevista) no qual contém indagações subjetivas que foram respondidas pelos docentes que trabalham no ensino fundamental II da escola pública e privada.

A princípio o nosso objetivo era aplicá-lo a todos os docentes que atuam nas escolas, porém devido ao avanço das observações, decidi limitar a aplicação das entrevistas aos docentes. Haja vista que, saber o que pensam os professores acerca das relações étnica racial por si só, consiste em uma relevante pesquisa.

Dessa forma, fizeram parte desta pesquisa 5 (cinco) professores da rede privada e 5 (cinco) da rede pública de ensino. Um dos critérios utilizados para a escolha desses profissionais é que além deles atuarem no ensino fundamental II se dispusessem a participar da entrevista. Não exigida uma disciplina específica, uma vez que a Lei 10.639/03 torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares o ensino sobre a história e cultura Afro-Brasileira.

3.6. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A coleta dos dados para a realização da pesquisa foi mediada por dois instrumentos de pesquisa: a observação e a entrevista.

3.6.1. Observação

Este instrumento vem se realizar por meio do contato direto com os alunos e situações que acontecem na rotina da sala de aula, cujo objetivo é realizar uma observação científica que segundo Gil:

“A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva” (Gil, 2008, p.119).

Essa relação direta com o observado possibilita ao investigador participar do meio cultural e colher os dados científicos. Se tornando uma ferramenta importante para a realização da pesquisa.

A observação também pode permitir segundo o autor acima que os fatos são percebidos de modo direto, sem o uso de intermédio. Contudo, os comportamentos dos pesquisados podem sofrer mudanças, diminuindo assim, a espontaneidade.

Segundo Ponce De León Armenta:

“Es la observación de uno de los elementos característicos e integradores Del método científico La que nos permite recoger información, formular hipótesis y someter a comprobación los datos. La ciencia comienza con la observación y finalmente, tiene que volver a ella para encontrar su convalidación final, es la observación “a la vez, la más antigua y la más moderna de las técnicas para la investigación” que estudiamos ampliamente en el contexto de las técnicas de investigación directa” (Armenta, 2005, p.75).

Contudo, Serva e Júnior afirmam:

A observação participante refere-se, portanto, a uma situação de pesquisa onde observador e observados encontram-se numa relação face a face, e onde o processo da coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudo” (Serva & Júnior, 1995, p.69).

Oliveira (2010) afirma que a observação é o instrumento que fornece com mais precisão ao pesquisador, detalhes, pois possibilita o uso dos cinco sentidos. Sendo a

⁴ É a observação um dos elementos característicos e integradores do método científico que nos permite reunir informações, formular hipóteses e verificar a pessoa em causa. A ciência começa com a observação e, eventualmente, tem de se voltar a ela para encontrar a sua validação final, é “ao mesmo tempo a mais antiga e a mais moderna das técnicas para a investigação” que estudamos amplamente no contexto da investigação técnica direta

observação junto com a entrevista os instrumentos mais utilizados nas pesquisas. Corroborando assim, com as ideias de Marconi, Marconi e Lakatos:

“A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social” (Marconi, Marconi & Lakatos, 2003, p.190 – 191).

Porém, é preciso que saibamos que o método de observação requer certos dilemas como afirma Tjora:

“No entanto, a despeito da preocupação com aspectos técnicos em muitos livros, alguns autores lidam com o problema de observar e relatar em relação a interpretação. Vários autores discutem este problema como respostas a duas questões intimamente relacionadas: O que observar? E como fazer anotações de campo?” (Tjora, 2006, p.431).

Esses dilemas vêm requerer planejamento e registro das informações, levando em consideração diversos elementos como: o campo de observação, ao observador, aos instrumentos que são utilizados na observação, bem como aos objetivos difundidos ao propósito da pesquisa.

3.6.2. Entrevista

Esse instrumento é composto por questões subjetivas que segundo Gil:

“A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados, mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação” (Gil, 2008, p. 109).

Tal ação é destinada a fornecer conceitos objetivos sobre pesquisa e traz perguntas pertinentes para traçar o perfil dos entrevistados que segundo Nogueira-Martins e Bogus:

“A entrevista permite o acesso a dados de difícil obtenção por meio da observação direta, tais como sentimentos, pensamentos e intenções. [...] A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de entrevistado e sobre os mais variados tópicos. A entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficaz na obtenção das informações desejadas” (Nogueira-Martins & Bogus, 2004, p. 49).

A entrevista possibilita expor questões sobre valores e aspectos específicos sobre questões subjetivas no qual envolve diferentes aspectos como: histórico, cultural, econômico, permitindo assim, apreender questões relevantes e subjetivas sobre a proposta de pesquisa.

A entrevista também proporciona uma proximidade entre o entrevistado e o entrevistador, as informações obtidas originam-se a partir das (razões, crenças, ideologias...) dos sujeitos envolvidos; de forma que Gil (2008, p.110) argumenta: “que a entrevista é muito eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano”.

Partindo desse pressuposto, Júnior e Júnior:

“A versatilidade e o valor da aplicação desta técnica tornam-se evidentes por ser aplicada em muitas disciplinas sociais científicas e também na pesquisa social comercial. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos utilizam desta técnica não só para coletar dados, mas também para diagnósticos e orientação” (Júnior & Júnior, 2011, p.241).

Devido a essa versatilidade a entrevista pode desempenhar um papel muito importante para um trabalho de ordem científica, podendo ser utilizada em muitas áreas do conhecimento e consequentemente ser aplicada a outros métodos, para assim melhorar a qualidade da pesquisa.

Dessa forma, optamos pela entrevista semiestruturada que segundo Triviños:

“Queremos ressaltar, reiteradamente, que a entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa reúne condições que a individualizam em relação à entrevista não-diretiva e à entrevista padronizada ou estruturada. Ainda podemos dizer que a entrevista não-diretiva pode ter escasso emprego no tipo de estudo qualitativo. Como todos sabemos, a pesquisa não-diretiva, de origem rogeriana, é centrada no sujeito fundamentalmente para compreendê-lo através — de maneira especial — de um processo de empatia, isto é, do esforço que realiza o entrevistador para colocar-se na situação experimentada, vivida pelo sujeito” (Triviños, 1987, p.152).

A entrevista semiestruturada desse presente trabalho foi elaborada mediante a questionamentos previamente estabelecidos, contudo possibilitou ao entrevistador flexibilidade, pois o permitia expressar seu pensamento, bem como, oferecer ao entrevistado comodidade em relação às questões que constituem a pesquisa.

As indagações adotadas na entrevista semiestruturada foram referentes à identificação do professor; as concepções do educar acerca do racismo e preconceito; o cotidiano da escola; o dia-a-dia de sala de aula; e atividades realizadas. Foi elaborado um guião de entrevista durante o prosseguimento da coleta dos discursos proferidos educadores

Quadro 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores

Q1	Identificação do professor (gênero, formação, disciplinas lecionadas, etnia.
Q2	As concepções do educar acerca do racismo, preconceito e discriminação
Q3	O cotidiano da escola frente à lei 10639/03
Q4	O dia-a-dia de sala de aula
Q5	Atividades realizadas

Fonte: Entrevista realizada (2014)

A priori foi realizada a apresentação do entrevistador, em sequência o entrevistado se apresentava, focando no aspeto profissional. Uma vez realizadas as apresentações, era solicitada a gravação da entrevista.

3.7. PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Com relação aos procedimentos da pesquisa, *a priori* entrou-se em contatos com os gestores das escolas. Buscando assim, obter alguma autorização para a realização da referida pesquisa. Para isso, foi realizado um ofício contendo um convite com os objetivos da pesquisa, bem como, uma solicitação para o agendamento de dia e hora para a realização das observações.

Em sequência, depois de obter tais autorizações, o pesquisador fez explanações aos docentes sobre o objetivo da pesquisa, bem como, o agendamento do dia e do horário para a realização da entrevista.

Após as observações, os resultados obtidos foram destinados e transcritos para essa pesquisa para assim serem realizadas as análises.

3.8. INSTRUMENTOS DE ANÁLISES DOS DADOS.

Diante dos dados obtidos mediante as entrevistas, foi utilizada a Análise do Discurso (AD) com o intuito de analisar como foram feitas as construções discursivas dos professores do ensino fundamental II, tanto das esferas pública e privada. A escolha por este campo da linguística especializada na comunicação baseia-se nas ideias proferidas por Maingueneau:

“...análise do discurso” praticamente pode designar qualquer coisa (toda produção de linguagem pode ser considerada “discurso”), isto provém da própria organização do campo da linguística. Este último, muito esquematicamente, opõe de forma constante um núcleo que alguns consideram “rígido” a uma periferia cujos contornos instáveis estão em contato com as disciplinas vizinhas (sociologia, psicologia, história, filosofia, etc.)” (Maingueneau, 1997, p.11).

Ao optar por essa técnica realçamos a capacidade de discussão, levando em considerações situações reais de comunicação, e assim, sendo os pesquisados fornecem ao pesquisador dados que o guiarão a realizar a pesquisa. Para entender a AD nos baseamos também em Orlandi:

“A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2001, p.15).

A análise do discurso vai servir como um elo entre o pesquisador e o pesquisado, pois o discurso em movimento vem mostrar o homem como elemento social, cercados por regras de comunicação que permitirão uma abordagem comunicativa mais efetiva.

Segundo Melo (2009) a análise do discurso vem ser uma corrente desenvolvida na França e que vem tratar da língua abordando diferentes aspectos como: histórico e não formal da linguagem, privilegiando os contextos de produção e recepção, bem como os efeitos de sentidos.

Contudo, baseando-se nas ideias difundidas por Foucault acerca do discurso temos:

“O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de consequências de si” (Foucault, 1996, p.49).

O poder criativo e indutivo do discurso vem possibilitar que elementos ideológicos se cristalizem tornando elementos de poder e ferramentas de segregação, segregação essa generalista, podendo ser (social, política, de gênero, cultural...).

Orlandi (2001) ainda suscita que a AD procura compreender a língua enquanto trabalho simbólico, como base da formação e da existência humana. Tornando o homem um ser único por ter capacidade de dar significados aos contextos discursivos, bem como o de significar-se.

A análise do discurso leva em consideração o homem e seus contextos, enquanto membro de uma comunidade, considerando os processos de produção na qual a linguagem é produzida.

Segundo Milanez e Santos:

“A Análise do Discurso é um canteiro de diálogos e confrontos teóricos no qual pesquisadores podem falar de lugares múltiplos sobre sujeitos discursivos que acabam inquietando a todos nós, estudiosos do discurso. Parece-nos que essa inquietação é a movência para a busca de campos discursivos e a compreensão da existência histórica das pesquisas científicas, que coloca o sujeito no centro das atenções. Sabemos que esse sujeito é a elaboração ao mesmo tempo de uma força de controle e uma força criativa, mostrando que o homem não é livre para fazer o que quiser, que não pode livrar-se do outro para ser ele mesmo, mas que pode, ao mesmo tempo, reinventar essa alteridade: uma fonte para acontecimentos que nunca se repetem” (Milanez & Santos, 2009, p.04).

Neste sentido, a análise concatena-se com o outro, com o sujeito discursivo. O discurso é visto como um ambiente onde os sentidos são elaborados e onde as práticas ditas sociais podem ser compreendida como a relação íntima do ser humano com a realidade.

Colaborando com as propostas por Orlandi (2001) na qual afirma que o discurso é o local onde os conceitos ideológicos e a língua podem ser perceptíveis, e percebendo a produção de sentidos e significados produzidos para e pelos sujeitos.

Conforme Mainguenu:

“A AD, tal como a entende a Escola Francesa, não é apenas uma disciplina fugaz, nascida da convergência do marxismo, da psicanálise e da linguística, sob a égide do estruturalismo, devendo desaparecer com essa conjuntura; ela destina-se a filtrar e integrar os movimentos das disciplinas sobre as quais se apoia e, em primeiro lugar, os da linguística” (Mainguenu, 1997, p.188).

A análise do discurso vem relacionar a língua e discurso e que segundo Orlandi (2001) o discurso é visto como elemento libertário, do qual a língua possibilita condições para as práticas discursivas, e consequentemente a continuidade do homem enquanto agente transformador social.

CAPÍTULO IV.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE QUALITATIVA

Esta parte se constitui das entrevistas e observações realizadas. As entrevistas foram feitas nos dias preestabelecidos através do agendamento e utilizamos o gravador como instrumento. Gil (2007) Acredita entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Em seguida as entrevistas foram transcritas para serem analisadas. (Apêndice)

As observações foram realizadas em dias previamente marcadas e de acordo com Triviños:

“Esta é uma categoria típica, poderíamos dizer, de pesquisa qualitativa. A técnica de coleta de informações mais importante dela é a *observação participante*, que, lembramos, às vezes, aparece como sinônima de enfoque qualitativo. O foco de exame pode ser uma escola, um clube, uma Associação de Vizinhos, uma Cooperativa de Produção e Consumo etc.” (Triviños, 1987, p.135).

Diante dos instrumentos utilizados formamos o nosso universo de pesquisa, onde foi possível traçar nossos objetivos, bem como, o perfil dos entrevistados.

As formações discursivas (FD) que constituem esse trabalho é resultado dos discursos de 10 (dez) docentes entrevistados. As produções discursivas foram agrupadas em 7 (sete) categorias; Perfil pessoal e profissional dos docentes, Definição acerca do preconceito, Conceção a respeito da discriminação, Ponto de vista sobre racismo, O cotidiano escolar frente à Lei 10.639/03, A prática pedagógica, Atividades realizadas para a minimização do preconceito.

4.2. PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL DOS DOCENTES.

Por meio da entrevista realizada com os dez docentes do ensino fundamental II que fizeram parte dessa pesquisa, foi realizado um sucinto perfil, contendo questões relativas acerca idade, etnia, gênero, nível acadêmico, tempo de exercício profissional e disciplinas lecionadas.

Os docentes serão representados pela letra D juntamente com uma numeração, com a finalidade de favorecer uma melhor estruturação e compreensão dos resultados, bem como, o de garantir o anonimato desses docentes. Dessa forma, para melhor compreensão e apresentação dos resultados de D1 a D5 (docentes que atuam nas escolas públicas) de D6 a D10 (docentes que lecionam na esfera privada).

Quadro 2. Distribuição tabular da identificação pessoal e profissional dos docentes envolvidos na pesquisa.

Docente	Idade	Etnia	Gênero	Nível acadêmico	Disciplinas lecionadas	Tempo de exercício profissional
D1	37 anos	Pardo	Masculino	Graduação	Língua Portuguesa	15 anos
D2	37 anos	Parda	Feminino	Graduação	Língua Portuguesa	03 anos
D3	35 anos	Negra	Feminino	Especialista	História, Geografia	13 anos
D4	44 anos	Negra	Feminino	Especialista	História	21 anos
D5	45 anos	Negra	Feminino	Especialista	Ciências	22 anos
D6	26 anos	Pardo	Masculino	Graduação	Espanhol	03 anos
D7	42 anos	Branca	Feminino	Especialista	Educação física	20 anos
D8	38 anos	Negra	Masculino	Especialista	Religião	23 anos
D9	28 anos	Negra	Masculino	Graduação	Matemática, Ciências Religião	03 anos
D10	26 anos	Parda	Masculino	Graduação	Educação física	03 anos

No que concerne a faixa etária e o tempo de serviço nos apoiamos no critério de Huberman (2000) na qual se destacam as diferentes fases do docente em consonância com a sua carreira, no qual o referido autor nomeia ciclo de vida profissional do docente.

Conforme observamos a tabela acima, podemos perceber que houve equidade numérica no concerne à questão do gênero, uma vez que 50% dos entrevistados são do sexo masculino e 50% são do sexo feminino. Procuramos com esta escolha teórica entender as distintas práticas docentes, visto que, as competências e aptidões são adquiridas ao longo do percurso como professor.

4.3. FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) - DEFINIÇÃO ACERCA DO PRECONCEITO, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO.

O discurso que compõe esta formação volta-se para entender as concepções dos professores acerca do preconceito, racismo e discriminação. Ao ensinar a reflexão sobre esse eixo temático buscamos revelar a importância de abarcar de tais temáticas por meio de um viés multicultural.

As ideias que são concebidas previamente vêm apresentar uma relação intrínseca com o homem e o mundo como abarca Nunes (2010) tal fato implica, que o conhecimento só será possível mediante a um conhecimento prévio, é preciso de um ponto inicial para se conhecer o objeto de estudo. Corroborando assim com as ideias de Munanga:

“Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional” (Munanga, 2005, p.15).

A falta de preparo ou a falta de conhecimento como aborda autor acima implica no preconceito e conseqüentemente no processo de aprendizagem, uma vez que é preciso reconhecer a história e o papel da comunidade negra divergente de uma ótica racista e preconceituosa.

O primeiro questionamento feito aos docentes foi acerca do que eles compreendiam acerca do preconceito. Os Excertos de Depoimentos (ED) de D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9 e D10 podem ser identificados no Quadro 4. A sigla que utilizamos (ED), vem abarcar os depoimentos proferidos que são avaliados mediante aos contextos de produção.

Quadro 3. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Preconceito, discriminação e racismo”

FD: Conhecimento acerca do preconceito.	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	É um conceito prévio, antes de você conhecer a pessoa você dá um significado à pessoa.
D2	É uma ideia preconcebida em que a pessoa já cria, às vezes, negativamente com a imagem de outra pessoa ou de algum assunto e a pessoa se posiciona assim.
D3	Não conhecer um determinado assunto.
D4	Preconceito são conclusões que você tira antes de conhecer a pessoa.
D5	Eu considero o preconceito como uma agressão
D6	Seria, no entanto, uma espécie de aversão a um certo grupo ou a uma certa classe.
D7	É um ato de desigualdade social que precisa ser discutido e lançado no conhecimento para um país mais desenvolvido.
D8	Exclusão... que seria plural, seria global...Seria em todas as formas sociais, econômico, religioso, de todas as formas que se possa imaginar.
D9	“Uma ignorância cultural. [...] é um pré-conceito estabelecido de uma coisa que você não conhece, de uma coisa que você não tem uma vinculação específica. [...]”
D10	“Preconceito a própria palavra já diz, é um pré-conceito. É um conceito que a gente formula de alguém antes de qualquer coisa.

Para entendermos nessa formação discursiva consideramos relevante abarcarmos o conceito de preconceito, que segundo Jaccoud e Beghin que para eles seriam: “à construção de uma ideia negativa sobre alguém produzida a partir de uma comparação realizada com o padrão que é próprio àquele que julga”. (2002, p.38).

Observemos **D8** quando diz: “Preconceito a própria palavra já diz, é um pré conceito. É um conceito que você formula de alguém antes de qualquer coisa”. Quando esse docente utiliza tal conceção, o mesmo vem a compreender o sentido amplo da palavra, isto é, o preconceito não se ancora apenas no sujeito ou grupos, mas também nos elementos que os circundam. Elementos esses denominados por Nogueira (1998) como preconceito de marca, que se estendem a fatores sociais, econômicos, cor da pele, traços físicos, religiosos...

Na fala de **D1** temos: “É um conceito prévio, antes de você conhecer a pessoa você dá um significado a pessoa”. Tal conceito corrobora com **D4**: “Preconceito são conclusões que você tira antes de conhecer a pessoa”. O conceito de preconceito na visão dos docentes acima

é construído de maneira geral, não há um aprofundamento da temática, o conhecimento apresentado pelos docentes acima embora não esteja errada se posiciona de maneira sucinta.

Os docentes apresentados (D1, D4, D8) observam o preconceito como uma ideia pré-concebida, desvinculada da construção negativa sobre algo ou alguém, mediante a comparação. Estabelecer apenas ideias prévias não implica um preconceito, pois segundo Bandeira e Batista:

“Partimos da convicção de que o preconceito pode ser uma “máquina de guerra” presente nas relações sociais cotidianas. O preconceito, usualmente incorporado e acreditado, É a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e de exclusão, portanto da violência. Embora seja uma categoria de difícil definição, “noção ainda obscura”, remetemo-nos a sua definição semântica e socio-antropológica. Preconceito de qualquer coisa ou preconceito de alguma coisa significa “fazer um julgamento prematuro, inadequado sobre a coisa em questão” (Bandeira & Batista, 2002, p.126).

Percebemos que a maioria dos entrevistados apresentaram um conhecimento básico acerca da temática, outros, como **D2**, **D5** e **D6** compreendem o preconceito por meio de um viés negativo, no entanto não apresentam um conceito amplo acerca da temática, palavras como: negativamente, aversão e agressão foram utilizadas para a construção de sentido de tal fenômeno.

Já **D3** embora leccione as disciplinas de história e de geografia apresenta um discurso ambíguo, confuso. Isso vem desmitificar que mesmo o profissional que trabalhe com conceitos como raça, etnia, evolução humana, fatos históricos, conhece o preconceito e suas *nuances*.

O preconceito reflete uma valoração repulsiva, implicando consequentemente na negação do outro como agente social, político e cultural e a conceituação de tal fenômeno vem interferir no espaço educativo e consequentemente no processo de ensino-aprendizagem, autoestima e no processo de construção do conhecimento dos sujeitos envolvidos.

Agrupamos nessa FD também as concepções de discriminação proferidas pelos docentes entrevistados. Diante disso, tais discursos serviram para demonstrar os vieses sobre os quais se dinamizam o conceito da discriminação de uma forma geral.

Nesta seção de análise pudemos perceber que tantos os professores da rede pública quanto privada abarcaram a discriminação através de ideias estabelecidas, reafirmando alguns conceitos, negando outros, e demonstrando por vezes algumas facetas desse fenômeno. As explanações proferidas pelos educadores são de grande relevância, uma vez, que tal conceito possibilita construir um olhar atento sobre a pluralidade e a relação pluriétnica existentes na sociedade brasileira.

Vejam agora quais os discursos proferidos pelos docentes entrevistados. Os Excertos de Depoimentos (ED) de D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9 e D10 podem ser identificados no Quadro 5.

Quadro 4. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Concepções do educar acerca do preconceito, discriminação e racismo

FD: Conceção acerca da discriminação.	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	“Discriminação que dizer excluir a pessoa, que dizer menosprezar”
D2	[...] É mais do que o preconceito, que a discriminação é uma ação prejudicial, por uma postura sua você prejudica o outro e não aceitar a pessoa ou a posição da pessoa, e aí o outro prejudica o outro com ações ou palavras.
D3	“Discriminar é julgar o outro considerando sua cultura superior”
D4	“Eu acho que é uma coisa que não deveria existir em especialmente em uma sociedade feita a nossa que veio da mistura de vários povos”
D5	“A minha concepção é que as pessoas que discriminam é porque se consideram discriminadas”
D6	“A tentativa de impedir um grupo ou alguém de uma participação ou até mesmo interação no grupo que você se encontra”
D7	“É um ato também de um preconceito, você discriminar uma cor, um sexo, você está discriminando a você mesmo, por que como é que a gente pode evoluir se a gente tem que saber aceitar um ao outro”
D8	“A percepção que eu tenho não existe outra forma de dizer a não ser realmente discriminação, você se sentir inútil, mísero de tudo e de não ter acesso a nada, nada que permita a pessoa se desenvolver”
D9	“Sinceramente, uma idiotice.”
D10	“A discriminação seria esse preconceito explícito digamos assim, quando você exterioriza esse preconceito, quando você começa a discriminar você começa a subjugar o outro.”

A discriminação como prática da distinção, da diferenciação de sujeitos e grupos, torna-se um fenômeno concreto que está intrinsecamente ligado ao preconceito. De acordo com Mendes:

“A discriminação é utilizada para se referir aos comportamentos ou orientações comportamentais. O termo discriminação é utilizado para referir as percepções, avaliações ou comportamentos que resultam da desvantagem para o grupo-alvo, isto é, expressões que prejudicam o outro” (Mendes, 2013, p. 39).

Tal afirmação pode ser percebida na fala de **D10**: “A discriminação seria esse preconceito explícito digamos assim, quando você exterioriza esse preconceito, quando você começa a discriminar você começa a subjugar o outro”.

Em contrapartida, percebermos no discurso de **D9** uma concepção de discriminação relacionada ao preconceito, não estabelecendo a divergência entre ambos os fenômenos. A discriminação não é compreendida a partir de uma ótica atitudinal, mas sim, voltada ao plano das ideias.

A discriminação também parece se configurar nos planos das ideias no excerto de **D3**: “Discriminar é julgar o outro considerando sua cultura superior”. Além de que, **D4** e **D5** não apresentam um conceito consistente acerca da temática.

Logo, percebemos que os discursos da definição sobre discriminação apresentam uma maior consistência aos educadores da rede privada como é o caso de D6 e D10 que constataam a discriminação como uma ação do preconceito, baseadas em atitudes e práticas excludentes.

Porém, isso não significa dizer que os docentes da rede pública não compreendam mesmo que de maneira sucinta a concepção da discriminação.

Apesar disso, observamos que a minoria dos entrevistados compreende o sentido da palavra discriminar, e outros tendem a confundir tal terminologia com o preconceito. Dessa forma, se faz necessário que o docente amplie suas concepções acerca da temática abordada, pois tal conceito vem influenciar no processo educativo.

Discutir acerca das relações raciais na sociedade brasileira é uma tarefa transpassada por inúmeras denominações e definições. A utilização dessas, por sua vez, pode ocasionar divergências, ou até mesmo, podem ser tratadas como palavras de sentidos semelhantes. Dessa maneira, essa FD também pretendeu investigar a concepção de racismo sob a ótica dos professores.

Quadro 5. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Concepções do educar acerca do racismo

FD: Concepção acerca do racismo	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	“Racismo é você classificar as pessoas como raça, embora todo mundo seja da mesma raça, o ser humano, a raça humana”.
D2	O racismo é uma grande injustiça e um grande equívoco porque na nossa sociedade brasileira nós temos uma grande miscigenação das raças e nenhuma raça é melhor do que a outra [...]
D3	“Racismo para mim se refere a cor da pele e algo assim antissocial”.
D4	Também é uma espécie de preconceito que as pessoas...é uma coisa muito interessante essas perguntas sobre o racismo, porque a gente pensa logo no racismo na questão do negro, na minha família tinha um racismo assim ao contrário, minha vó era negra, meu pai é negro e minha mãe é branca dos olhos azuis. Minha vó nunca gostou da minha mãe porque ela era branca, então ela dizia que mulher branca não devia se casar com homem negro, às vezes ela fica puxando o cabelo da minha irmã porque a gente tem uma mistura, os que nasceram negros da família, o cabelo puxou ao lado da minha mãe e os que nasceram brancos o cabelo puxou do lado do meu pai, aí ela esticava o cabelo da minha irmã até ela chorar. Quando ela chorava ela dizia: Culpe a sua mãe que se casou com um negro.
D5	“Assim como o preconceito e a discriminação também considero uma discriminação”.
D6	“O racismo está relacionado, com o preconceito, e é uma forma de aversão.”
D7	“Acho que racismo é uma manifestação do preconceito na sociedade. Uma atitude que não pode mais ser aceita em lugar nenhum.”
D8	“São sentimentos que a sociedade econômica coloca para que a gente acredite que essa prática tem que ser mantida até hoje, negros inferiores e brancos superiores”.
D9	“Parece até uma utopia a gente falar sobre racismo no Brasil e até mesmo no mundo, em pleno século XXI. [...] como eu já tinha-te dito eu acho que o racismo é uma das se não a pior forma de preconceito que existe na face da terra, por que ela não só lhe mata espiritualmente, ela lhe afeta fisicamente.”
D10	“O racismo a gente lembra logo da questão de cor, mas o racismo vai mais além da questão da cor da pele, é você achar que você é melhor que o outro, que o outro por algum motivo é inferior a você, seja por uma questão de cor de pele, de religião, de gosto musical, de questão geográfica”

Da leitura que fizemos do quadro acima, pudemos perceber que a maioria dos docentes revela uma compreensão acerca do que significa racismo.

De acordo com Jaccoud e Beghin (2002, p.38) o racismo é “uma ideologia que preconiza a hierarquização dos grupos humanos com base na etnicidade”. As falas dos docentes **D2** e **D8** reforçam a ideias das autoras mencionadas anteriormente.

No caso de **D4** o discurso proferido apresenta-se de modo equivocado, pois a mesma utiliza o conceito de preconceito e racismo como sinônimos. Foi relevante a exemplificação por meio de um relato de vida. Contudo, ao exteriorizar uma ação concreta, observamos que não se tratou de apenas de preconceito ou racismo, mas fundamentalmente de uma manifestação do racista, isto é, da própria discriminação racial.

A externalização fica bem evidente, quando o docente diz: “[...] Minha vó nunca gostou da minha mãe porque ela era branca, então ela dizia que mulher branca não devia se casar com homem negro, às vezes ela fica puxando o cabelo da minha irmã porque a gente tem uma mistura, os que nasceram negros da família, o cabelo puxou ao lado da minha mãe e os que nasceram brancos o cabelo puxou do lado do meu pai, aí ela esticava o cabelo da minha irmã até ela chorar. Quando ela chorava ela dizia: Culpe a sua mãe que se casou com um negro.”

Percebemos uma a transmissão e exteriorização das ideias negativas, que conseqüentemente foram construídas ao longo de toda uma vida e perpassadas sem nenhuma comprovação científica para a nossa sociedade.

4.4. FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) - O COTIDIANO ESCOLAR FRENTE À LEI 10.639/03.

No interesse de investigar a efetivação da lei no cotidiano escolar. Obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 6. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “A escola frente à Lei 10.639/03

FD: A escola frente à Lei 10.639/03.	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	Não, pelo menos nunca foi praticada na escola não.
D2	Existe, porque os próprios livros didáticos pra poderem ser aprovados pelo MEC já vem com isso inserido, inclusive na minha disciplina todas as séries, os anos que ensino tem textos trabalhados sobre o preconceito, sobre racismo, sobre o Dia da Consciência Negra. Então, está sendo sim trabalhado na escola.
D3	Já houve acerca de dois anos, hoje não existe mais a não ser nas referências que são feitas nas horas das aulas.
D4	Não.
D5	Numa minoria porque a maioria desconhece.
D6	Na verdade a gente desempenha um trabalho voltado a essa Lei possa não ser literalmente específica, mas na prática realmente a gente aborda, aborda sempre a diversidade cultural, então assim, a gente acaba enfatizando as culturas no geral, sem fazer analogias, no entanto, sem fazer distinções e muito menos promover elogios a determinadas culturas, então assim, a forma como a gente encontra de trabalhar são os textos abordado que nos remetem a diversidade cultural.
D7	Sim, sempre a gente está discutindo porque sempre está crescendo esse número de discriminação então a gente sempre está em discurso, debate em projetos com os alunos para que eles possam vivenciar e saber como lidar com a discriminação e o preconceito.
D8	Não. A instituição ainda por se tratar de uma instituição de ordem privada ainda não atinou para a importância dessa legislação.
D9	Depende de como você avaliar. Nós temos um problema cultural muito grande no Brasil de que tudo em nosso país se resolve a partir de um dispositivo legal, de uma lei, só que a lei por si ela não garante nada. E essa é uma das leis que é apenas um papel pintado, não existe de fato uma aplicação efetiva dessa lei [...] Diretamente não, existe as construções, os valores das culturas negras, mas não porque foi instituído por lei, mas por que a escola já trabalhava isso anteriormente.
D10	Não, não tem. Até porque a gente não tem essa formação tão maciça para poder se trabalhar em sala de aula. Aí, isso acaba virando uma cadeia.
D1	Bom, nós aqui fazemos o Dia da Consciência Negra, Dia do índio e assim os dias comemorativos sobre o povo brasileiro.
D2	Através, até o momento tem sido através do livro didático, cada professor com sua disciplina têm trabalhado porque não tivemos um projeto específico para isso
D3	Nas aulas, durante as aulas. Ultimamente nós já fizemos trabalhos e projetos relacionados a essa questão racial, mas ultimamente só durante as aulas.
D4	Eu não vejo isso sendo abordado.
D5	Geralmente é abordado em sala de aula pelos professores.
D6	Na verdade, temas de caráter raciais a gente tenta abordar de uma maneira elucidativa fazer justamente a desconstrução dessa ideia do racismo, do preconceito e da discriminação.
D7	Na forma de seminários, de estudos, de pesquisas. Enfim, vários.
D8	Geralmente em datas de comemorações folclóricas feito o dia da Consciência Negra ou casos assim, que chamam a atenção da sociedade sobre racismo, fatos comoventes, de fato e de concreto, então são coisas que são abordadas e comentadas.
D9	A escola geralmente trabalha o Dia da Consciência Negra.
D10	A gente tenta pegar meios alternativos, questões que vão acontecendo na sociedade, a gente vai tentando “linkar” com o conteúdo que a gente está trabalhando, entrando justamente nessa área de preconceito, de discriminação e racismo.

Identificamos nos discursos que tanto os professores da rede pública quanto privada apresentam em seu discurso uma não efetivação da lei em foco. É perceptível a omissão das responsabilidades desses docentes, pois os mesmos transferem essas atribuições aos demais colegas de profissão, a gestão desvinculando assim, de qualquer exercício proposto pela lei.

Como vimos nos excertos: **D1**: “Não, pelo menos nunca foi praticada na escola não” e **D5**: “Numa minoria porque a maioria desconhece”

Outros por sua vez afirmam vivenciar uma efetivação da lei no âmbito escolar, embora seja de caráter generalista e desconexa, uma vez que não são explanados os projetos e as atividades interdisciplinares. A lei 10.639/03 é voltada para os conteúdos sobre a história da África e do povo africano e não elementos culturais diversos, como vêm ser abordado pelo **D6**: “Na verdade a gente desempenha um trabalho voltado a essa Lei possa não ser literalmente específica, mas na prática realmente a gente aborda, aborda sempre a diversidade cultural, então assim, a gente acaba enfatizando as culturas no geral, sem fazer analogias”

Observamos que o docente acima abarca as questões culturais, contudo isso é realizado de maneira global, com o enfoque voltado para as inúmeras culturas existentes em nossa sociedade, não se detendo de modo específico a História e Cultura Afro-brasileira.

Outro ponto a ser abarcado é de que maneira a escola aborda temas de caráter raciais. Seguindo esse pressuposto, D1 e D8 baseiam-se em discursos folclóricos, na qual a cultura afro é apenas observada no Dia da Consciência Negra, com enfoque na dança e culinária. Observa-se que não há menções de outros projetos vinculados a lei, o que vem a fomentar a falta de conhecimento acerca do conteúdo proposto por lei ou a falta de comprometimento dos professores e da gestão para articulá-los com as realidades vivenciadas pelos alunos.

4.5. FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) - AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS NA SALA DE AULA.

Nessa FD agrupamos os discursos proferidos pelos docentes acerca das práticas discriminatórias vivenciadas no dia-a-dia da sala de aula. Acreditamos que o reconhecimento e o posicionamento do docente podem amenizar ou intensificar tais práticas, isso dependerá de sua opção teórica, bem como, a aplicação dessa teorização frente às diversas situações vivenciadas pelos sujeitos. Os excertos de depoimentos (ED) de D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9 e D10, podem ser identificados no quadro abaixo.

Quadro 7. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “ações discriminatórias na sala de aula”.

FD: Ações discriminatórias na sala de aula	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	Bom, geralmente são piadinhas com relação a cor dos outros.
D2	Por ironia falando sobre o racismo, a aluna loura disse que se ela é chamada de loura não é preconceito criticando quando se chama alguém de negro ou “nêgo” como se fosse um preconceito a se falar, mas aí eu expliquei claramente que seria e como é historicamente prejuízo que o negro tem sofrido em nosso país.
D3	São várias, em relação as crianças negras, eles chamam uns aos outros de macacos, de rosca queimada e outras. São várias que agora para enumerar... fora os palavrões, negrinho.
D4	Com o negro e o homossexual.
D5	Geralmente é de cor, cor peso, essa questão de muito gordo, muito magro, muito preto, muito branco.
D6	Particularmente seria mais relativo ao conhecimento e não necessariamente relacionado a alguma opção que seja, mesmo porque na sala não tem de forma enfática ninguém que de tenha demonstrado homo afetivo enfim, com qualquer outra característica, então realmente a discriminação ou preconceito que tem entre eles é mais essa questão de conhecimento um querer saber mais que o outro um acaba “tachando” o outro por saber menos.
D7	Apelidos, não aceitar o outro como ele é, se ele é preto, se ele é branco, se ele tem uma referência do sexo e palavrões.
D8	É notável essa formação de grupos, de meninas com meninas e de meninos com meninos. E o que predomina aqui é a da classe de formação social e econômica.
D9	Muitas brincadeiras. Começa sempre com aquelas brincadeirinhas que vão fomentando outros tipos de preconceito [...]
D10	Com a questão da cor, da raça, do branco contra o negro e a questão sexual.

Vemos pelas falas dos docentes que são comuns as práticas discriminatórias na sala de aula. A constatação corrente evidencia que ações discriminatórias, em sua maioria, acontecem mediante os xingamentos, os apelidos, as piadinhas... O problema é quando os estudantes são inferiorizados por outros estudantes devido à cor de sua pele, sendo vítimas de uma sociedade excludente e marginalizadora.

Tal perspectiva pode ser observada na fala de D3 que exemplifica utilizando termos como “macaco” e “rosca queimada”. Embora, outros docentes externam as diferentes formas de discriminação que corroboram com o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, no art.º. 1º, inciso I, afirma que a discriminação racial é:

“...toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada” (Lei nº 12.288/2010, no art.º. 1º, inciso I).

Nesse sentido, as falas de D5, D6 e D7 corroboram com tal pensamento, pois esses docentes, embora de forma sucinta, expuseram a prática de discriminação como um ato vivenciado não só por pessoas negras ou brancas, por questões relativas a raça, a cor, mas também por fatores econômicos, de gêneros, intelectuais, e biótipos.

Quadro 8. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Ações discriminatórias na sala de aula”

FD: Ações discriminatórias na sala de aula	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	Geralmente é o negro.
D2	São os negros, são os morenos.
D3	As crianças negras, os homossexuais, os homossexuais masculinos e femininos e crianças gordas.
D4	O homossexual.
D5	Eu acho que aqueles que se sentem discriminados.
D6	É aquele que não consegue alcançar o ritmo da turma, eu falo no sentido no ritmo de aprendizagem realmente, desse desempenho.
D7	Todos. O professor sofre discriminação dos alunos porque às vezes até na fonação da voz quando vai pronunciar certas palavras sente dificuldades que não foi trabalhada na sua infância. O aluno sente um pouco discriminado quando às vezes vai falar, redigir ou vai perguntar a forma e a turma começa logo a discriminação e a gozação, começa logo com o bullying mesmo.
D8	Eu tenho notado que em algumas salas o comportamento do que é mais tímido o que aparenta ser muito calmo, fica na dele é alvo da zombaria, da zorra é motivo de ser o zuê da galera.
D9	Infelizmente o negro e o pobre.
D10	Os menos favorecidos, porque na nossa sociedade é mais o negro.

Da interpretação que fazemos do quadro acima, dos dez (10) docentes que constituem o nosso universo de amostras, apenas 4/10, acreditam que os estudantes negros são vítimas de atitudes discriminatórias, permeada por princípios hierárquicos construídos historicamente. Enquanto que a grande maioria, 6/10, apresentaram outros sujeitos são prejudicados em razão de sua opção sexual, seu comportamento e seu ritmo de aprendizagem.

O docente D7 nos fornece de forma generalista, que “todos” os sujeitos presentes na sala de aula, independente da cor, são vítimas de práticas discriminatórias.

Em suma 3/5 afirmam que os negros da escola pública são os que mais são vítimas de discriminação, fazendo uma contra- partida aos docentes da esfera privada 2/5. No desdobramento verificamos outros sujeitos que sofrem a discriminação como é o caso do pobre, do homossexual e dos alunos introspectivos.

4.6. FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) - ATIVIDADES REALIZADAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO PRECONCEITO.

Por meio da Lei 10.639/03 o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana tornaram-se conteúdos obrigatórios no currículo escolar. Sob esse viés, inquirimos aos entrevistados se os mesmos promoviam atividades que abordassem as influências africanas de modo que, desenvolvessem o respeito e o pensamento crítico.

Quadro 9. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Atividades realizadas para a minimização do preconceito.

FD: Atividades realizadas para a minimização do preconceito.	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	Sim, eu trabalhei com contos africanos e também pesquisas sobre palavras de origem africana.
D2	Sim, tenho realizado em todas as turmas.
D3	Como eu já disse anteriormente eu sempre procuro realizar atividades voltadas a essa temática, porém eu acredito que os livros didáticos ainda trazem poucos temas que abordem essa questão, tanto nas disciplinas de história quanto nas de geografia, eles socializam pouco essa informação.
D4	Quando eu disse, eu trago assim, especialmente falando sobre a África, eu procuro fazer isso, não dá forma como é necessária, o que eu posso fazer, sim.
D5	Sim.
D6	Não. [...] Na verdade é um não parcial, eu não desempenho atividades específicas nesse sentido, mas não significa dizer que outras atividades não sejam correlatas com esse tema.
D7	Sim, a dança afro.
D8	Eu incluo, porém é difícil executar por questão de ser uma instituição que proíbe.
D9	Já, em especial com relação com que a gente sempre brinca, que é o dia do negro, dia da consciência negra. Parece que é o único dia do ano em que a escola inteira se senta para discutir essa temática e é nesse meio que a gente sempre trabalha essa lei em especificidade.
D10	Não. A gente não tem material estruturado, nem fornecido pela própria secretaria pra poder trabalhar, mas a gente tenta.

Diante do quadro acima, pudemos obter as seguintes constatações: a maioria dos entrevistados afirmaram que executam atividades que tratam das questões sobre África e sua contribuição para o crescimento do Brasil. No entanto, esses docentes reconhecem que a execução dessa lei ainda é falha, pois culpabilizam o material didático e a falta de interesse da instituição de ensino em abarcar tais temáticas.

Os trabalhos desenvolvidos se realizam de forma individual, isto é, não existe integração com as outras disciplinas. Os saberes tendem a ser fragmentados, comprometendo as construções identitárias dos estudantes.

Sob essa perspectiva, indagamos aos docentes quais as atividades e materiais utilizados para a minimização do preconceito. Chegamos aos seguintes resultados:

Das atividades realizadas em sala de aula para a minimização do preconceito existe uma maior efetivação no que concerne aos professores de rede pública 5/5 realizam ou realizaram atividades em torno da Cultura Afro-Brasileira ou temas de cunhos raciais que visam um ensino voltado para a aceitação da diversidade. Em contrapartida 3/5 dos docentes da esfera privada afirmaram desenvolver atividades que tenham o intuito de promover a redução problemática das relações raciais que acontecem dentro das escolas.

Quadro 10. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Atividades realizadas para a minimização do preconceito

FD: Atividades realizadas para a minimização do preconceito	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	Bom, eu trabalho através de textos que valorizem e que falem sobre o racismo e vídeos sobre essa temática que mostrem a discriminação.
D2	É atividades de socialização com participação e muita reflexão, discussão oral e refletindo sobre a aceitação das diferenças e da valorização de todas as pessoas
D3	Trabalhando com vídeos, filmes, textos e reflexões acerca da temática.
D4	A reportagem, as reportagens atuais, revistas, jornais.
D5	Eu procuro assim de forma bem dinâmica onde todos interagem com trabalhos em grupos com temas que abordem realmente essa temática, a questão da igualdade em especial da igualdade racial.
D6	[...] É como, por exemplo, como eu já citei outrora no caso das atividades em grupo, eu costumo fazer de uma forma aleatória para que eles não busquem somente os colegas afins, ou seja, que eles tenham uma afinidade ou outra. No que tange na questão da comunidade eu volto a essa participação efetiva dos pais nas reuniões, eles colaboram de certa forma por que eles fazem essa ligação, esse processo interativo com a gente [...]
D7	A música, os movimentos do corpo a forma de dançar, geralmente a turma sempre levanta no momento que agente começa a trabalhar essa temática, dizendo que não irá fazer isso, aí a gente para. [...]
D8	Eu uso recursos visuais, vídeos, alguns trechos de jornais, a charge hoje que é muito utilizada e alguns filmes que falam sobre a questão racial.
D9	Sempre através de um diálogo franco, olho no olho com cada um dos meus alunos, pois eu acredito que o diálogo ele é fundamental para que haja respeito enquanto ser humano.
D10	Eu trabalho com a potencialidade e explico que os alunos têm aptidões diferentes. Cada um realiza a atividade física com suas limitações, mostrando assim, suas particularidades, sua identidade.

Pudemos observar nos discursos que as atividades e materiais baseiam-se em textos, recursos visuais, diálogos, debates, atividades em grupo... como ferramentas que auxiliam a minimização do preconceito.

Percebemos nesses excertos discursos contraditórios de alguns docentes da rede privada, uma vez que foi perguntada se os mesmos realizaram alguma atividade associada a Lei 10.639/03 e apenas 3/5 disseram que efetuam ou efetuaram tais ações, porém quando questionados acerca de que atividades e materiais os docentes costumam utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito observamos que 5/5 afirmaram utilizar recursos midiáticos, textos, músicas...ou seja, os professores realizam o que está sendo proposto pela Lei só que de maneira superficial e com pouco conhecimento acerca da temática.

Contudo, o docente precisa estar atento ao material que utilizará em sala de aula, pois caso o contrário, esse material didático poderá fomentar atitudes discriminatórias e preconceituosas. No entanto, isso não é apenas um papel específico do professor, mas também da equipe escolar. Segundo o MEC:

“A escola que deseja pautar sua prática escolar no reconhecimento, aceitação e respeito à diversidade racial articula estratégias para o fortalecimento da autoestima e do orgulho ao pertencimento racial de seus alunos e alunas. Banir de seu ambiente qualquer texto, referência, descrição, decoração, desenho de negros e negras, ou de qualquer outro segmento étnico-racial diferenciado. É imprescindível” (MEC, 2006, p.71).

Diante desse contexto, pode-se apontar que a escola brasileira que almeja derrubar as raízes do preconceito e da discriminação racial encontra-se diante de um grande desafio que é o de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros, considerando obrigatoriamente, dentre os quesitos de qualidade a educação das relações étnico-raciais e os conteúdos de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Isto significa, na educação de base, criar condições para crianças e jovens sejam respeitadas em suas singularidades e histórias de vida, de modo a obter êxito no seu percurso escolar.

Com relação às atividades realizadas, indagamos aos docentes quais as consequências delas para os alunos e a comunidade escolar, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 11. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Atividades realizadas para a minimização do preconceito”

FD: Atividades realizadas para a minimização do preconceito	
Identificação do docente Excerto de Depoimentos (ED)	
D1	Bom, as consequências não são vistas de imediato, serão vistas futuramente, ou melhor, aceitação das diferenças.
D2	Os alunos pelo menos nas minhas aulas não tem muita postura preconceituosa não tem agressões, não tenho percebido por questões raciais da cor negra, então acho que já está bem aceito em nosso município [...]
D3	Eu acho que as atividades que eu realizo tem consequências imediatas, outras, acho que demoraram mais para gerarem as consequências. Acredito também que as atividades realizadas nas salas refletem também na comunidade, isso atravessa o muro da escola.
D4	Acho sim, esse trabalho deveria ser feito com os pais também, eu não acho que isso faz muito efeito não porque não é assim sempre, não acontece sempre.
D5	As consequências, assim eu considero como consequências positivas “né”? Porque houve um impedimento e hoje a escola onde eu trabalho eu vejo o preconceito numa minoria “né”?
D6	[...] diante das atividades apresentadas os alunos vão se abrindo para uma concepção maior, para um entendimento neutralizado. Digo, eles conseguem fazer observações que são neutras no sentido de reter pouca interferência, então assim, eles conseguem amadurecer com essas atividades [...]
D7	Eu acredito que seja a dança, a dança está abrangendo tanto os alunos como a família dos alunos dentro do <i>projeto mãe na escola</i> , então a gente já está atingindo essa parte vital e a gente ainda pode fazer projetos e crescer dentro da divulgação da parte da ética e moral.
D8	A gente vê que a autoestima do contingente negro está melhorando, gente que está se achando mais importante, aceitando, se achando tanto quanto ao branco na igualdade e numa capacidade intelectual, a gente nota isso.
D9	Hoje eu vejo com muita alegria meus alunos chegarem perto de mim para discutir ou para trazer alguma coisa que está acontecendo em sua comunidade com relação a questão de preconceito, a questão de desrespeito a dignidade humana. Me procurando para saber quais os caminhos e quais os canais que eles devem seguir para conseguir respaldo legal e jurídico em relação a isso.
D10	É um trabalho bom. Eu considero bom porque a partir do momento que eles podem se conhecer melhor o preconceito é quebrado, porque o preconceito, como a gente já tinha discutido, pelo menos na minha visão, é um conceito pré-concebido a respeito do que você não conhece, é apenas uma primeira visão [...] Não tem como dizer que não vai mudar e a própria comunidade percebe porque o grupo fica mais coeso, tende a andar melhor, a produzir mais do que com esses pequenos atritos, que não são pequenos.

Nesses discursos pudemos perceber que a implementação da Lei 10.639/03 constitui um fato relevante na legislação educacional do Brasil. Toda a aplicabilidade dessa lei não significa que os educadores possam desconstruir ideologias e mentalidades discriminatórias.

Pois, conforme afirma Chaves (2010):

“Não há espaços para o imprevisto, é necessária a edificação de uma base sólida para ultrapassar as barreiras do etnocentrismo europeu, arraigado na cultura brasileira, criar uma grade pedagógica curricular crítica e consciente, e começar a percorrer o caminho para reorganizar as relações étnicas e sociais no Brasil” (Chaves, 2010, p.57).

Assim sendo, a referida lei poderá contribuir, de forma que os estudantes e toda a comunidade fortaleçam a autoestima, bem como a valorização da identidade e da cultura afro.

As consequências obtidas das atividades realizadas pelos professores ainda é insuficiente, pois muitos desses docentes, como vimos anteriormente, encontram desafios no que concerne a escassez dos materiais didáticos, a falta de incentivo da escola e da secretaria de educação, dificuldades teórico- metodológicas, falta de subsídio teórico na academia...

Nessa configuração, a realidade encontrada hoje, tanto nas escolas privadas quanto nas escolas públicas, está distante da ideal. Mas, apesar de todos os impasses alguns docentes trabalham os temas em sua sala de aula na busca de valorizar a cultura afro rompendo os estereótipos frente aos estudantes negros para além dos muros da escola, traçando assim, a valorização dos grupos étnicos silenciados.

4.7. OBSERVAÇÕES

Sabe-se da obrigatoriedade da inclusão da lei 10.639/03, em especial nas disciplinas de história, de educação artística e de literatura, no currículo escolar. Embora temáticas como cultura negra, formação da sociedade brasileira, contribuição do negro nas áreas econômica, social e política, entre outros assuntos, sejam impostos por lei, se faz necessário abordá-los em outras disciplinas.

Desse modo, pudemos constatar de um modo geral que a maior parte das aulas, das disciplinas observadas, se detiveram a ensinar os conteúdos programáticos de suas respectivas áreas. Em alguns casos os professores apenas mencionavam, mas não aprofundavam o assunto. Em outros casos, os professores trabalhavam os temas propostos pela lei, houve um esforço por parte de alguns desses docentes em proporcionar uma educação libertária, que de forma efetiva ou não, elucidavam sobre o negro e suas contribuições para a nação.

Contudo, como foi abarcado por Chaves (2010) é preciso aplicar a Lei de maneira correta, para que assim as barreiras do preconceito possam ceder espaços para uma educação transformadora. Acreditamos que a observação segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder:

“A partir da observação de um certo número de fatos, podemos extrair diversas leis e teorias científicas compatíveis com os dados recolhidos. Isto quer dizer que a indução, por si só, não é suficiente para descobrirmos qual das generalizações é a que melhor explica os dados” (Alves-Mazzotti & Gewandszajder, 1999, p. 14).

Mediante a esse comentário mencionarei apenas alguns fatos que se destacaram por apresentar temáticas de culhos raciais e incluíam conteúdos que contribuíram para o aprimoramento do processo crítico cultural.

Referem-se a algumas observações feitas em salas de aulas, situações essas presenciadas pelo pesquisador em diferentes contextos (recreio, momentos que antecederam as aulas e as aulas de diferentes disciplinas). Foram observados, em alguns momentos, no âmbito privado certo constrangimento quando os alunos foram expostos ao vocábulo “negro(a)”. Tal ação demonstrou um espanto e inquietação por parte dos discentes. Talvez, porque tal palavra remete a um grupo estigmatizado, relacionando o negro à condição de escravo.

No decorrer dessa observação, pudemos perceber os olhares, as expressões faciais e contradições na fala dos sujeitos envolvidos. É perceptível que dentro da escola ocorra caso de discriminação e pudemos perceber tal fato em uma aula na disciplina de história. A professora explicou que os escravos (negros) trabalhavam forçadamente, sem nenhuma remuneração financeira.

A partir desse contexto, a mesma criou uma ponte entre os séculos XVII e XXI ao afirmar que até os dias atuais os negros, por causa dessa estigmatização, exercem, em muitos casos, funções subalternas e quando não, recebem salários inferiores as de um branco para exercer a mesma função.

Diante dessa explicação, um aluno de interface branca interferiu e disse ao colega: “mesmo você sendo um médico, não receberá o mesmo que eu só porque você é negro. Se eu fosse você seria político”. Tal interferência foi motivo de risos, contudo a professora tentou camuflar a situação dizendo que é preciso respeitar os colegas, pois todos somos iguais.

Esse discurso mostra uma problematização na fala da docente, visto que, embora a professora mostre as diferenças entre brancos e negros no campo profissional, ela vem a utilizar uma afirmação contraditória a sua ação. Seu discurso apresenta a existência de uma democracia racial, mas sua ação resulta em uma abordagem onde o mito se faz presente.

Com relação às observações das aulas de língua portuguesa, pude constatar que por meio da literatura a professora da rede pública pôde trabalhar de forma multidisciplinar. A mesma utilizou um poema intitulado “Navio negreiro”, cuja autoria é de Castro Alves. Esse foi um momento propício para discutir acerca de uma viagem marítima no qual os negros eram transportados como escravos e privados de sua liberdade.

Além da disciplina de língua portuguesa, a docente pode enriquecer a aula relacionando a temática com assuntos de história e geografia. Por meio da literatura os alunos tiveram a oportunidade de perceber a escravidão através de outra perspectiva.

A professora de artes da rede pública de ensino, dando sequência ao seu plano de curso, revisou a temática abordada na aula anterior, em seguida os alunos trouxeram suas produções de máscaras africanas que representavam além do lado artístico, um sentimento religioso, uma vez que, as máscaras eram representadas como elementos para afastar os maus espíritos. Tal ação nos reporta as ideias difundidas por Dossin:

“As máscaras são as expressões mais conhecidas da África e quase sempre logram grande envolvimento dos alunos quando trabalhadas em sala de aula. Entretanto, esse pode ser um bom elemento para começarmos um trabalho que favoreça realmente um conhecimento da África, no momento em que essa produção pode demonstrar a riqueza estética que pulula no continente. Através dessa riqueza, por exemplo, se podem demonstrar diferenças na produção artística, na organização sociopolítica e nas filosofias dos diversos povos, pois cada um deles desenvolveu formas bastante específicas” (Dossin, 2008, p.118).

Promover diferentes encontros estéticos torna-se uma ferramenta valiosa, uma vez que os alunos afrodescendentes têm a *chance* de observar e refletir sobre as matrizes africanas, de modo que se favoreça uma educação racial com mais equidade.

Quando aplicadas em sala as atividades didáticas direcionadas para os temas preconizados pelos PCNs e pela referida lei, alguns professores demonstraram ter objetivos em desenvolverem uma aula direcionada para a questão da diversidade, para o respeito, para a promoção de um espaço reflexivo. Já outros professores, só ampliavam o repertório cultural do aluno, quando lhe era conveniente ou quando na sala de aula emergiam situações em que o mesmo tivesse que se posicionar.

Diante dessas situações pudemos constatar que existem professores que não proporcionaram uma educação cultural, não tiveram sensibilidade de valorizar as contribuições da raça negra para o cenário nacional, e assim desconstruir conceitos equivocados e ideologias racistas. Por outro lado, existem os profissionais que se limitaram a conceitos estereotipados, utilizavam jargões e exemplos do próprio livro.

Embora, em sua minoria, existissem professores compromissados com o seu papel, eles se propuseram a eliminar uma visão negativa sobre a cultura africana e dos afrodescendentes. É evidente que existem materiais específicos e destinados para determinadas disciplinas e que tais materiais se tornaram ferramentas que contribuam para tratar de maneira crítica e reflexiva as questões étnico-raciais.

Mas, não é pelo fato das outras disciplinas não terem um suporte específico para tratarem essas questões que os professores precisem tornar sujeitos estáticos. Tal situação não

é justificativa para que um trabalho comprometido seja feito. É preciso que os assuntos relacionados à cultura e pluralidade sejam intrínsecos as disciplinas, como afirmam os PCNs:

“Embora mais evidentemente ligados a História e Geografia, esses conteúdos referem-se também a Ciências Naturais (etnoconhecimentos), Língua Portuguesa (expressões regionais), Arte e Educação Física (expressões culturais). Trata-se de conteúdos que possibilitam o enriquecimento da percepção do mundo, bem como aprimoramento do espírito crítico perante situações vividas e informações recebidas, no que se refere à temática” (PCNs, 1997, p.95).

Sendo assim, é necessário trabalhos com projetos relacionados às questões particulares de cada disciplina e práticas pedagógicas que superem as discriminações e os preconceitos presentes na sala de aula, uma vez que assumir uma postura ética e cidadã é independente da disciplina que é lecionada.

Segundo Triviños (1987, p. 153), “o ato de observar não significa apenas olhar, significa prestar atenção em características específicas”. Dessa forma, elencamos a falta de preparação dos professores em explorar esses temas. Os docentes precisam conhecer bem a temática de cunhos raciais, pois a sua compreensão vai oferecer aos discentes um novo olhar. Dado que, o impacto do racismo e do preconceito precisa de um estudo dinâmico da escola, dos professores, dos alunos, dos pais dos discentes e da direção, para que as relações sociais dentro da escola ocorram de forma mais coerente e harmoniosa entre as mais diferentes etnias (brancos, negros, índios e mestiços).

As salas de aulas são o ambiente que esses estudantes passam a boa parte do tempo, nessa perspectiva, esse espaço estabelece um posto de grande relevância e a sua observação pôde expor importantes aspetos da dinâmica escolar.

Outro fator observado concerne nas relações de formações de grupo, tais formações são condicionadas por afinidades, idade, gênero... No âmbito privado a formação de grupo é estabelecida praticamente de forma igualitária na perspectiva de raça, o que não é o caso na perspectiva de gênero, havendo assim, grupos de meninas e grupos de meninos.

Na esfera pública a perspectiva é semelhante, pois ao levarmos em consideração os estilos, os gestos e afinidades para a formação dos grupos. Nas escolas observadas outro fator de relevância, no que concernem as relações sociais, é a popularidade. Uma vez que, tal indicador interfere nas relações e na dinâmica e a partir desse pressuposto podemos perceber as preferências e graus de afinidades.

Para Gottman, Gonso, Rasmussen (1975, p. 02) a popularidade interfere nas relações sociais e na aceitação de um grupo. Segundo esses autores: “It is therefore important to study

which social skills relate to peer friendship ratings. Identification of critical skills could be a first step in interventions aimed at facilitating peer relations in children.”⁵

Nas escolas percebemos que as relações sociais mantêm elos com as habilidades. Dessa forma, é importante trabalhar todas as habilidades nas crianças, para que assim, os relacionamentos interpessoais não os isolem impossibilitando ou diminuindo suas aceitações no âmbito escolar. Em outras palavras quando o aluno apresenta um alto grau de popularidade é notório que os outros discentes queiram fazer parte do grupo de pertença desse aluno popular e isso interfere nas formações dos grupos, neste caso, nas escolas observadas não houve uma segregação de raças. Os alunos populares se destacavam no grau acadêmico, no grau esportivo ou no dinamismo (espontaneidade e comunicatividade).

Reforçamos aqui que não é nossa pretensão citar erros e acertos, mas o de enfatizar a importância dessa temática como ação necessária para a formação de um cidadão crítico. De acordo com Ladson-Billings:

“This race-neutral perspective purports to see deficiency as an individual phenomenon. Thus, instruction is conceived as a generic set of teaching skills that should work for all students. When these strategies or skills fail to achieve desired results, the students, not the techniques, are found to be lacking. Fortunately, new research efforts are rejecting deficit models and investigating and affirming the integrity of effective teachers of African American students. This scholarship underscores the teachers’ understanding of the saliency of race in education and the society, and it underscores the need to make racism explicit so that students can recognize and struggle against this particular form of oppression”⁶ (Ladson–Billings, 2004, p.61).

Dessa maneira, é de suma importância como afirmam os autores, não silenciar a existência do racismo na sociedade, para que assim, alunos e professores possam desenvolver estratégias que minimizem os impactos causados aos grupos étnicos considerados inferiores, de modo que haja esforços para mudar tal realidade. Lembramos também aqui o excelente trabalho de Cavalleiro (2001) acerca do silenciamento da escola frente ao racismo.

⁵ Por isso, é importante estudar quais as habilidades sociais se relacionam com as crianças nas classificações de amizade. Identificação de habilidades críticas poderia ser um primeiro passo para intervenções destinadas a facilitar as relações entre pares em crianças

⁶ Esta perspectiva raça neutra pretende ver a deficiência como um fenômeno individual. Assim, a instrução é concebida como um conjunto genérico de competências pedagógicas que devem funcionar para todos os alunos. Quando essas estratégias ou habilidades não conseguem alcançar os resultados desejados, os alunos, e não as técnicas, são encontrados a faltar. Felizmente, novos esforços de pesquisa estão rejeitando modelos e investigando e afirmando a integridade dos professores efetivos de estudantes afro-americanos. Esta bolsa ressalta o entendimento dos docentes da proeminência da raça na educação e na sociedade, e destaca a necessidade de tornar o racismo explícito para que os alunos possam reconhecer e lutar contra esta forma particular de opressão

4.8. TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS.

Podemos observar, em análise aos dados qualitativos que a maioria dos docentes oriundos, tanto das escolas públicas quanto das escolas privadas, têm um conhecimento acerca do racismo, do preconceito e da discriminação.

Percebe-se ainda, que os mesmos reconhecem a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 e sabem de sua importância e de suas responsabilidades frente à cultura afro-brasileira e africana. Corroborando assim, com Rocha e Silva:

“A aprovação da Lei 10.639, [...] pode ser considerada um avanço no que se refere à luta para combater os imaginários e práticas racistas, uma vez que se trata de uma política pública educacional que procura atingir a população escolar de todas as origens raciais e nos vários níveis e modalidades de ensino. Ademais, propugna a valorização da diversidade cultural na formação do Brasil, a contribuição para a construção e a afirmação de identidade negra” (Rocha & Silva, 2013,p.65).

É importante que os educadores percebam a importância da Lei acima citada como mecanismo de luta contra a discriminação e o racismo. Para que assim, problemas relacionados às questões raciais possam ser minimizados e uma educação pautada no respeito e na aceitação das diferenças surja, oportunizando assim, a igualdade racial.

Contudo, é perceptível que os professores encontram dificuldades ao colocar em prática essas mudanças que aconteceram no currículo escolar. De uma forma geral, alguns desses professores em sua prática docente desenvolvem trabalhos em um estágio ainda embrionário, outros, por sua vez, faziam atividades que estavam em consonância com a lei acima referida..., e há aqueles que em seus discursos expressaram que faziam trabalhos direcionados as tais temáticas, mas que na prática isso não ocorria.

Ser apolítico nestas situações implica em colaborar para a perpetuação da desigualdade e da iniquidade no ambiente escolar. Diante disso, o professor passa a favorecer na interiorização de hábitos e atitudes discriminatórias, que passam a fazer parte da rotina, que preserva e difunde o preconceito e as desigualdades. De acordo com Cavalleiro a falta de iniciativas, frente aos conflitos entre alunos, tende manter esse panorama de discriminação. Diante dessa situação, “desses conflitos, o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos.” (2001, p. 153)

O silenciamento utilizado por alguns desses professores correspondem a uma omissão do seu trabalho como educador. Existe uma falha na sua prática pedagógica, pois se eles não se sentem confortáveis em enfrentar essas questões, então é aconselhável que os mesmos busquem auxílio, subsídio para ajudá-los a sair dessa zona de conforto.

As injúrias e insultos são utilizados como artifícios cuja finalidade é a de constranger, humilhar, determinado grupo ou indivíduo, normalmente, costumam-se fazer menções não só a raça, a cor da pele, mas também ao estado social, econômico, das condições higiênicas...

Embora, que nas entrevistas e nas observações subentende-se que tais insultos foram utilizados com a intenção de humilhar, estigmatizar o “outro”. Os professores, mesmo que de forma sucinta, utilizaram um discurso pacificador para a existência da boa convivência.

O nosso sistema educacional, no que concerne a aplicabilidade da lei, ainda está em fase prematura, mas quando indagados sobre as atividades relacionadas a essas temáticas e suas consequências, a maioria deles confirma resultados positivos na sala de aula e que se estende aos outros sujeitos que constituem a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da literatura coletada e das ideologias expostas nesta pesquisa, observamos uma preocupação de abarcar cada vez mais acerca das relações etnicorraciais que permeiam o cenário escolar.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º diz que: “Todos são iguais perante a Lei”, tal sentença vem garantir a todos os cidadãos que residem nesse país a igualdade e o respeito sem fazer distinção de gênero, raça e credo.

Dessa forma, a Lei 10.639/03 vem reafirmar essa igualdade tornando-se mais uma ferramenta para a diminuição do preconceito, do racismo e da discriminação.

Embora, levando em consideração que a lei acima tenha sido sancionada a sua efetivação não ocorre em todo âmbito escolar, medidas estão sendo tomadas e diante dessa perspectiva esse trabalho teve como finalidade de fomentar reflexões por meio da entrevista realizada com os docentes, bem como momentos de observação que ocorreram na sala de aula.

A pesquisa revelou que muitos desses docentes conhecem os conceitos de preconceito, racismo e discriminação, no entanto, a minoria representa uma classe de profissionais que desconhecem esses determinados conceitos e que por vezes refutam a obrigatoriedade do ensino da cultura africana.

Percebemos também, nos discursos proferidos pelos educadores o silenciamento em meio às manifestações de práticas discriminatórias. Os dados ainda revelam que alguns desses entrevistados atuam de forma isolada, isto é, trabalham as temáticas em foco sem o apoio ou orientação dos órgãos educacionais, especificamente a secretaria de educação e a própria instituição escolar.

No que concerne a formação dos educadores entrevistados pudemos constatar uma lacuna nas grades curriculares, isto é, disciplinas que poderiam auxiliar na desconstrução de estereótipos e ideologias preconceituosas ficam a margem diante das demais cadeiras.

Quando questionamos acerca das práticas racistas em sala de aula, a problemática emerge com veemência, pois tal temática oportuniza uma visão interiorizada de si, de sua prática pedagógica, de seus posicionamentos, e até mesmo de admitir a sua inabilidade e seus obstáculos diante das relações raciais.

Através deste trabalho, constatamos que ao abarcarem as diferenças os docentes enfrentam desafios que requerem muito mais do que a apropriação de uma bagagem teórica, requer colocar em posto as concepções e práticas que incitem a aproximação e o respeito entre todos os sujeitos.

É notório o sentimento de angústia dos professores, e isso se dá, possivelmente, pelo fato de terem uma responsabilidade com a profissão, ou por lutarem contra as práticas pedagógicas que se convergem a um sistema educacional baseado na segregação racial.

Em relação às observações, ressaltamos que além da dificuldade de executar a lei, o preconceito apresenta-se por meio das piadinhas intencionadas, dos apelidos, das brincadeiras. No entanto, tais atitudes não se limitam aos negros, mas também aos sujeitos que possuem uma religião diferente do Cristianismo, uma opção sexual fora dos padrões heterossexuais, pelas condições econômicas, entre outros fatores.

Percebe-se que as instituições, pública e privada, embora tenham passado por situações complexas e por desafios que foram explicitados ao longo das entrevistas e observações, não se divergem quanto a aplicabilidade da lei, isto é, de acordo com os dados da pesquisa ficou evidente que na escola privada nem mesmo o poder econômico pôde dar suporte para a execução da referida lei; e na escola pública, por ser um espaço social, em que a democracia deveria se fazer mais atuante, pouco corroborou para a mediação das novas exigências.

Averiguamos que os docentes cujas formações são em história, artes e literatura, as quais deveriam ter um conhecimento aprofundado, bem como ministrarem com ênfase os conteúdos à História e cultura Afro-brasileira, apresentaram um conhecimento e atitudes similares aos dos professores de exatas, de educação física, por exemplo.

Diante do que foi exposto, é perceptível que a democracia racial ainda é um mito. E, apesar da realização de atividades para a minimização do preconceito e para o respeito às diferenças, ainda nota-se uma perspectiva negativa e até mesmo limitada em relação aos negros e aos seus legados.

Existem ainda muitos obstáculos a serem superados (preconceito, racismo e discriminação), obstáculos esses relacionados com as questões raciais vivenciadas no âmbito escolar.

Contudo, possíveis medidas podem ser adotadas para que tais práticas sejam amenizadas. Uma delas seria uma maior compreensão da Lei 10.639/03, uma vez que implementada poderá trazer resultados benéficos no que concerne a modificações de práticas pedagógicas, levando alunos e professores a refletirem sobre a inclusão dos negros e seus legados históricos para a sociedade brasileira.

Outro ponto é tratar com mais afinco e atenção as possíveis práticas discriminatórias que vão ao encontro as questões raciais na sala de aula, pois são preocupantes os discursos preconceituosos proferidos pelos alunos e que muitas vezes são silenciados pelos educadores.

Dessa forma, rever o PPP (Projeto Político Pedagógico) com os professores poderia ser mais uma alternativa que ressignificasse as ideologias racistas.

Assim sendo, compreendemos que há inúmeros afazeres a serem realizados e neles (professores, alunos e comunidade) precisam estar inclusos para tratarem a temática das relações raciais. Cabendo assim, a todos que compõem a escola cultivar o espírito de respeito e orgulho a sua identidade racial.

Como foi dito pelos educadores entrevistados é preciso adotar medidas de prevenção e a instituição escolar, enquanto ambiente constituído pela heterogeneidade de sujeitos tenderá a se manter contra a todo tipo de injúria, preconceito e atitudes racistas.

Por fim, enfatizamos a necessidade da rutura do silenciamento que abrange as escolas, de modo que, as discussões raciais criem espaços para o enfrentamento contra o preconceito que assola as escolas brasileiras, a fim de promover um ensino mais crítico e significativo, com foco na inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahão, B. O. de L. (2006). *Uma leitura do 'racismo à brasileira' a partir do futebol*. (Dissertação de Mestrado em Educação Física, 108 f.). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.
- Aguiar, M. M. (2008). "Raça" e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça. *Tempo da Ciência* (15) 29 : 115-133.
- Albuquerque, W. R. de, & Filho, W. F. (2006). *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- Alves, R. de S. (2007). *Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano*.
- Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandsnajder, F. (1999). *O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa* (2. ed.). São Paulo: Pioneira.
- Amaral, L. A. (1994). Mercado de trabalho e deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, v. 1, n. 2, p.127-140.
- Araújo, H. H. de. (2011). Regionalismo, Modernização e Crítica Social: representações literárias do Nordeste na primeira metade do século XX. *Imburana – revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN*. n. 3, fev./jun. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufrn.br/imburana/article/view/906/832>>. Acessado em: 25 de ago. de 2014.
- Azevedo, C. M. M. de. (2005). A recusa da raça: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. In: *Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 24, jul./dez.*, p. 297-320.
- Baldo, L. M. L. (2006). A identidade nacional: matizes românticos no projeto modernista. *Boitatá Revista do Gt de Literatura Oral e Popular da Anpoll, Londrina: UEL*, v. 01, n. 01, p. 01-12. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/boitata/volume-1-2006/Artigo%20Luiza%20Baldo.pdf> >. Acesso em: 25 fev. 2014.
- Bandeira, L., & Batista, A. S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões da violência. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), p. 119-141.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade – entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone I., Bento, M. A. S. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (p. 25-58). Rio de Janeiro: Vozes.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Trad. Miriam Ávila et al . Belo Horizonte: Ed.UFMG.
- Brasil. (1997). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF.
- Brasil. (2003). *Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

Brasil. (2006). Ministério da Educação. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília : SECAD.

Brasil. (2010). *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em 20 de agos. 2013.

Brito, Q. M. de O. (2009). *Diversidade étnico-racial no Ensino Fundamental: um estudo de caso no Colégio Municipal Honorino Coutinho*. (Dissertação de Mestrado em educação, 135f.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cacciamali, M. C., & Hirata, G. I. (2005). A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda – Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. *Estudos Econômicos, São Paulo*, v.35, n.4, p.767- 795, out-dez..

Cândido, A. (2000). Literatura e subdesenvolvimento. In: Cândido, A. *A educação pela noite e outros ensaios* (3. ed.). São Paulo: Ática.

Cândido, A. (2008). *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

Cardoso, L., & Gomes, L. (2011). Movimento social negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução. In: *Anais do XI Colóquio Brasileiro de Ciências Sociais*. P. 7-10, ago., UFBA: Salvador.

Caria, T. H. (2008). O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões. Análise Social. Carvalho, M. P., & Regis, K. *Projeto de extensão Relações étnico-raciais nos currículos escolares: repensando os currículos das instituições educacionais* (v. XLIII, 2008, p. 749-773). São Paulo: XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo.

Castells, M. (1999). *O poder da identidade* (Trad. Klaus Brandini Gerhardt, 2. ed.). São Paulo: Paz e Terra.

Castilho, S. D. de. (2004). A representação do negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. In: *Olhar de professor* (p. 103-113). Ponta Grossa.

Cavalleiro, E. (2001). Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. In: Cavalleiro, E. (org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola*. São Paulo: Selo Negro.

Chauí, M. (1995). Cultura política e política cultural. *São Paulo: Estudos Avançados* 9(23),p.71-84.

Chaves, J. A. X. (2010). *A implementação da lei 10639/03 na educação: a desconstrução do preconceito e da discriminação contra a população Negra brasileira*. (Dissertação em Educação em Ciências, 96 f.). Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Chiaretto, M. (2000). Fluxo e influxo: o sonho nacional brasileiro em vista do pensamento europeu. *Boletim do CESP*, v. 20, n.26, jan. /jun. Disponível em: <http://periodicos>.

letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/viewFile/6779/5774. Acessado em: 13 de maio de 2014.

- Chizzotti, A. (2003). A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, vol.16 Número 002, pp.221-226. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de: <http://www.sousafrancohomeip.net>.
- Ciconello, A. (2008). O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. In: *From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*. USA: Oxfam International.
- Costa, R. L. S. da, & Dutra, D. F. (2003). *A lei 10639/2003 e o ensino de Geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos*. 10º encontro nacional de prática de ensino de geografia. Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(12\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(12).pdf)>. Acesso em: 03 maio de 2014.
- Cuche, D. (2005). *A noção de cultura nas ciências sociais* (2.ed., 256p.). Bauru: EDUSC.
- Dias, C. M. M. (2003). *Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia*. NPUH – XXII simpósio nacional de história – João Pessoa.
- Domigues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v.12, n.23, p.100-122.
- Domingues, P. (2002). *Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915 – 1930*. Editora Estudos Afro- asiáticos.
- Dossin, F. R. (2011). *Apontamentos acerca do Ensino de Arte Africana e Afro-Brasileira*. Florianópolis: Con{fluências}.
- Duarte, E. de A. (2009). Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade. *Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*, v. 17-A, p. 6-18, Dez.
- Eagleton, T. (2005). *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp.
- Felipe, A. D., & Teruya, T. K. (2014). Cultura Afro-Brasileira E Africana Nos Currículos Da Educação Básica. *Revista Educação E Linguagens*, Campo Mourão, V. 3, N. 4, Jan./Jun.
- Fonseca, M. V. (2002). *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: ESUSF.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- Freire, P. (1994). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, M. T. de A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, julho.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4 ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). Entrevista. In: *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6. ed.) São Paulo: Atlas.

- Glass, R. D. (2012). Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, D.F., v. 93, n. 235, p. 883-913, set./dez.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63.
- Guadagnin, M. F. (2007). *O regionalismo na literatura brasileira: O diagnóstico de Antônio Cândido*. (Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, 127f.). Porto Alegre: Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10794/000601404.pdf?sequence=1>> Acessado em: 16 de out. 2014.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Gomes, M. S. (2009). La Construcción del Brasil como un Paraíso de Mulatas: del Imaginario Colonial al Marketing Turístico. *Sociedad Hoy*, n.17, p. 75-87.
- Gomes, N. L. (2005). Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: *Educação Anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*, p.39 – 62. Brasília.
- Gomes, N. L. (2012). Relações étnico raciais, Educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr.
- Gomes, N. L. (2005). Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Munanga, K. (org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC.
- Gomes, N. L. (2003). Cultura Negra e Educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago. n. 23.
- Gomes, N. L. (2003). Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun.
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Gottman, J., Gonzo, J., & Rasmussen, B. (1975). *Social Interaction, social Competence, and Friendship in Children*. *Child Development* (p. 709-718). Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1128569?sid=21105154000291&uid=4&uid=2>>. Acessado em 10 de nov. 2014.
- Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7ª ed.) Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade?. In: Silva, T. T. (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Heilborn, M. L. (2006, jan/abr.). Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.14, n.1, p. 43 -59.
- Heringer, R. (2002). Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65.

- Hofbauer, A. (2003, jan/jul.). Conceito de "Raça" e o ideário do "Branqueamento" no século XIX - Bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e Pesquisa*, n. 41- 42. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos.
- Hofbauer, A. (2000). Ideologia do branqueamento - racismo à brasileira?. In: *VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Porto. Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Porto, 2000. v. II. p. 7-12.* Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7079.pdf>>Acessado em: 14 nov: 2014.
- Huberman, M. (2000). O ciclo de vida profissional dos professores. In: Nóvoa, A. (Org.). *Vidas de professores* (2. ed., p.31-61) Porto: Porto.
- Jaccoud, L. B., & Beghin, N. (2002). *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea.
- Jesus, F. S. de. (2012, jan/jun). O "Negro" No Livro Didático De História Do Ensino Médio E A Lei 10.639/03. *História & Ensino, Londrina*, v. 18, n. 1, p. 141-171.
- Jesus, R. de F. de. (2009). *Práticas pedagógicas evidenciam micro-ações afirmativas cotidianas* (p. 01-17). Anais da 32ª Reunião Anual da Anped. Constituição Sociedade, cultura e educação: novas regulações, Caxambu – MG.
- Júnior, Á. F. de B., & Júnior, N. F. (2011). A utilização da técnica de entrevista em trabalhos científicos. *Evidência, Araxá*, v. 7, n. 7, p. 237-250.
- Junior, H. A. C., & Oliveira, L. B. de S. (2012, fev./mai). A Importância da lei federal nº 10639/03. *Revista África e Africanidades. Ano 4, n. 16 e 17.* Disponível em: www.africaeaficanidades.com.
- Ladson-Billings, G. (2004). Just what is critical race theory and what's it doing in a nice field like education? In Parker, L., Deyhle, D., Villenas, S. (Org.). *Race is...race isn't: Critical race theory and qualitative studies in education* (p. 7-30). Boulder, CO: Westview Press.
- Laraia, R. de B. (2001). *Cultura um conceito antropológico* (14.ed.). Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed. Disponível em: <<http://navi.paginas.ufsc.br/files/2010/11/ROQUE-Cultura.pdf>>. Acesso em: 17 fev.2013.
- Leite, M. J. dos S. (2010). Imagens e representações dos negros nos livros didáticos e no cinema brasileiros. *Revista Ameríndia*, v.8, n. 1. Disponível em: < <http://www.amerindia.ufc.br/articulos/pdf8/MariaJorge.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2014.
- Lima, M. B. (2008, jan./jun.). Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. *Revista Fórum identidades, Ano 2, V. 3*, p. 33-46.
- Lima, M. B., & Trindade, A. L. da. (2009). Africanidades, currículo e formação docente: desafios e possibilidades. In: Melo, M. R. de, Lima, M. B., & Lopes, E. T. (Orgs.). *Identidades e alteridades: debates e práticas a partir do cotidiano escolar*. São Cristóvão: Editora UFS.
- Lobo, B. N. L. (2008). A Discriminação Racial no Brasil: verdades e mitos. In: *V Seminário Sociedade Inclusiva*, v. 5. Anais do V Seminário Sociedade Inclusiva: Diversidade e Sustentabilidade: do Local ao Global. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2008. Disponível em: <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais_V_Seminario/>

direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20%20VERDADES%20E%20MITOS.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

- Lopes, O. B. (2010, out./dez). Minorias, discriminação no trabalho e ação afirmativa judicial. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília*, v. 76, n. 4, p. 149-158.
- Lopes, V. N. (2005). Racismo, Preconceito e Discriminação. In: Munanga, K.(org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Lourenço, C. (2006). *Racismo: a verdade dói, encare*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome.
- Louro, G. L (2007). Mulheres em sala de aula In: Del Priori, M.(org.). *História das mulheres no Brasil* (2ed.) São Paulo: Contexto.
- Luz, N. C. do P. (2006). África Viva e Transcendente!. *Salto para o Futuro*, v. 17, p. 13/20-21.
- Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso* (3ª ed.). Campinas, São Paulo; Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5. ed.) São Paulo: Atlas.
- Martinez, L. (2012). *Gender at its limits: the erotic and the political in fictional mexican and brazilian 20th century texts* (Tese de Doutorado em Filosofia, 196f.). University of Illinois at Urbana-Champaign. Disponível em:< https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/42392/Lily_Martinez.pdf?sequence=1>. Acessado em: 12 de jun. 2014.
- Martins, M. C. F. N., & Bógus, C. M. (2004, set-dez). Consideração sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. In: *Saúde e Sociedade* v.13, n.3, p.44-57.
- Matta, R. da. (1986). *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Matta, L. G. da. (2010, set./dez). Sistema de cotas: uma perspectiva de análise a partir do caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. *Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ*, v. 12, n. 3, p. 107-124.
- Medeiros, Â. C., & Almeida, E. R. de. . *História E Cultura AfroBrasileira: Possibilidades E Impossibilidades Na Aplicação Da Lei 10.639/2003*. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-12.
- Melo, I. F. de. (2009). Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Letra Magna Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Ano 05* n.11.
- Mendes, A. A. E. (2013). *Desigualdades raciais e de gênero e a inclusão das mulheres negras na educação e no mercado de trabalho: 30 anos de história brasileira* (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional, 224f.). Universidade do Contestado – UnC, Canoinhas.
- Miguel, L. F. (2002). *A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo*. *Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, n.3*, p. 483 a 511.

- Milanez, N., & Santos, J. de J. (2009). *Análise do Discurso: Sujeitos, olhares e lugares*. Claraluz: São Paulo.
- Minayo, M. C. S. (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (p.09-29). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S., Sanches, O. (1993, jul/set). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro*, vol. 9, n. 3, p. 239-262.
- Moehlecke, S. (2002, nov). Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217.
- Moniz, K. (2004). O negro no Brasil: Passado, presente, humor e mídia. In: *VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no novo milênio*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/KassandraMuniz.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2015.
- Moore, C. (2007). *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza.
- Munanga, K., & Gomes, N. L. (2006). *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global.
- Munanga, K. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* (p.17-34). Cadernos PENESB. Niterói: EdUFF.
- Munanga, K. (org). (2005). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Myers. A. (2003). O valor de diversidade racial nas empresas. *Estudos afro asiáticos*, ano 25, n. 3, p. 483-515.
- Nogueira- Martins, M. C. F., & Bógus, C. M. (2004, set-dez). Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e Sociedade* v.13, n.3, p.44-57.
- Nogueira, O. (2006). *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. Tempo Social, revista de sociologia da USP.
- Nogueira, O. (1998). *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: EdUSP.
- Nunes, C. (2011, jun). A cultura de base africana e sua relação com a educação escolar. *Revista Metáfora Educacional*: n. 10.
- Nunes, S. da S. (2010). *Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil* (Dissertação em Psicologia e desenvolvimento humano, 227f.). São Paulo: USP- Instituto de Psicologia.
- Oliveira, A. A. (2010). Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. *UFAL; FACEVV*, n.4.
- Oliveira, F. (2004, jan/abr.). Ser negro no Brasil: alcances e limites. *Estudos Avançados*, vol.18. São Paulo.

- Oliveira, V. R. E. M. de. (2002). *Currículos e a Questão Racial nas Práticas Escolares*.
- Oriá, R. (1996). O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. *Textos de História, Brasília, DF, v. 4, n. 2*.
- Orlandi, E. P. (2001). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Pereira, C. K. da S. (2010, jun). Negritude brasileira: construção social e suas metamorfoses. *Revista eletrônica Correlatio, n. 17*.
- Pereira, E. M. (2010, fev). Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA. *Revista África e Africanidades, Ano 2, n. 8*.
- Pinho, V. A. (2007). *Relações raciais no cotidiano escolar: percepções de professores de educação física sobre alunos negros*. Cuiabá: EdUFMT.
- Piovesan, F. (2005, jan/abr). Ações afirmativas da Perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55*.
- Armenta, L P. de O. (2005). *Metodología del Derecho*. Porrúa, México.
- Praxedes, W. (2008, out). A questão racial e a superação do eurocentrismo na educação escolar. *Revista Espaço Acadêmico, n. 89*. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 12 de junho de 2013.
- Queiroz, D. M. (2002). Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil: um estudo comparativo. In: Queiroz, D. M. (coord.) *O negro na universidade*. Salvador: Novos Toques.
- Renk, V. E. (2011). *As políticas de branqueamento da população e escola nas primeiras décadas do século xx, no Paraná*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, E. A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência, Araxá, n.4*.
- Rocha, L. C. P. da. (2006). *Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo* (Dissertação, Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná.
- Rocha, S., & Silva, J. A. N. da. (2013, jul/out). À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. *Revista da ABPN . v. 5, n. 11*. Disponível em< [file:///C:/Users/mariana%20carolina/Downloads/399-1483-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/mariana%20carolina/Downloads/399-1483-1-PB%20(2).pdf) >. Acessado em 28 de dez de 2014.
- Rodrigues, C. S., & Prado, M. A. M. (2010, set/dez). Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade, V.22, n. 3. Florianópolis*, p.445-456.
- Rosemberg, F., Silva, P. V. B. da, & Bazilli, C. (2003). *Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura*. São Paulo.
- Rosemberg, F. (1987). *Relações sociais e rendimento escolar*. São Paulo.

- Sales Jr., R. (2006). Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 2, p. 229-258.
- Sampaio, E. de O. (2003). Racismo Institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*.
- Sant'ana, A. O. de. (2005). Histórias e Conceitos Básicos sobre Racismo e seus Derivados. In: Munanga, K. (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Santana, J. (2010). *A lei 10.639/03 e o ensino de artes nas séries iniciais: políticas afirmativas e folclorização racista*. (Tese, Doutorado em educação, 250f.). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Santos, Â. M. dos. (2005). *Vozes e silêncio do cotidiano escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não-negros em duas escolas públicas no município de Cáceres-MT* (Tese, Mestrado em Educação, 146f.). Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso.
- Santos, I. A. dos. (2001). Responsabilidade da Escola na Eliminação do Preconceito Racial: Alguns Caminhos. In: Cavalleiro, E. (Org.). *Racismo e Anti-Racismo na Educação: Repensando Nossa Escola* (3. ed., p. 97-113). São Paulo: Selo Negro.
- Santos, J. T. dos. (2012, mai/ago). Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. *R. bras. Est. pedag., Brasília*, v. 93, n. 234, p. 401-422.
- Santos, J. L. dos. (2006). *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Santos, J. L. R. dos. (2011). *Ser negro no brasil: um defeito de cor? Episódios de discriminação racial na sociedade brasileira no ano internacional dos afrodescendentes*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências sociais - Diversidades e (Des)Igualdades. UFBA. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307409038_ARQUIVO_SernegronoBrasil_Umdefeitodecor_VersaoFinal.pdf. Acessado em: 02 out. 2014
- Santos, S. A. dos. (2007). *Movimentos negros, Educação e ações afirmativas* (Tese, Doutorado em Sociologia, 554f.). Brasília: Universidade de Brasília.
- Santos, S. A. dos. (2006). A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Santos, S. (2006, out). Proposta pedagógica. In: *Currículo, Relações raciais e Cultura Afro-brasileira. Salto para o Futuro: Boletim 20*.
- Santos, S. (2006, out). *Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o Futuro, Tv Escola. Boletim 20, p. 1-7.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia política*, 19(10), p.41-55.
- Serra, T. R. C. (1996). Utopia e hegemonia no indianismo. *Cerrados: revista do curso de pós-graduação em literatura, Brasília*, n. 5, p. 113-118.

- Serva, M., & Júnior, P. J. (1995, mai/jun). Observação Participante e Pesquisa em Administração: uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.35, n.1, p.64-79.
- Silva, C. F. S. da, & Canto, V., S. do. (2011, fev/mar). Mulheres negras brasileiras construindo identidades negras positivas: um caminho para a consolidação da cidadania?. *Boletim Gênero, Raça e Etnia*. Ed. 17 e 18.
- Silva, J. da S. e. (2011). Sex Trafficking in Brazil: *Formal and Informal Institutions in the Fight Against Crime* (Tese, Mestrado em ciências sociais, 48f.). Lund University. Disponível em: < <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=2342310&fileId=2342316>>. Acessado em: 02 de dez. 2014.
- Silva Jr., H. (2002). *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO.
- Silva, N. D. V., & Kassouf, A. L. (2002, jul/dez). A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de população*, v. 19, n. 2.
- Silva, S. G. L. da. (2010). *Ações afirmativas: um instrumento para a promoção da igualdade efetiva* (Dissertação, Mestrado em Direito, 157f.). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Góias.
- Silva, A. R. S. da., & Silva, R. S. da. (2005, jul/dez). A história do negro na educação: entre fatos, ações e desafios. In: *Revista da FAEEBA –Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v.14, n. 24. p. 193-204.
- Sposati, A. (2002, out). Mapa da exclusão/inclusão social. *Comciência*, n. 36. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp11.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- Skidmore, T. (2012). *O preto no Branco- Raça e Nacionalidade no pensamento Brasileiro* (1ª ed.) São Paulo: Companhia da Letras.
- Soares, N. J. B. (2010). *Relações sociais na escola: representações de alunos negros sobre as relações que estabelecem no espaço escolar* (Dissertação Mestrado, 181f.). Belém: Universidade Federal do Pará.
- Souza, J. (2000, dez). Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 135-155. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2000000200007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em 27 de julho de 2014.
- Sousa, O. F. de. (2006). *As ações afirmativas como instrumento de concretização da igualdade material* (Dissertação, Mestrado em Direito, 169f.). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas e Sociais.
- Strieder, I. (2001, jan/jun). Democracia Racial – A partir de Gilberto Freyre. *Perspectiva Filosófica*, Volume VIII, n. 15. Disponível em: https://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf15_artigo10001.pdf . Acesso em: 12 set. 2014.
- Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Ford.

- Telles, E. E. (2004). *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*. Princeton e Oxford: Princeton University Press. Disponível em <<https://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>>. Acesso em 20/05/2015.
- Theodoro, H. (2005). Buscando Caminhos nas Tradições. In Munanga, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação.
- Theophilo, G. (2010). *Notas sobre as funções da categoria liberdade no romantismo literário brasileiro das décadas de 1840, 1850 e 1860 e no modernismo literário da década de 1920*. In: XX Encontro regional de história: história e liberdade. Franca: ANPUH/SP – UNESP.
- Tilio, R. C. (2006). *O Livro didático de Inglês em uma abordagem sócio-discursiva: Culturas, identidades e pós-modernidade* (Tese, Doutorado em Letras) Rio de Janeiro, Pontifícia: Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Tjora, A. H. (2006). Writing small discoveries: an exploration of fresh observers' observations. *Qualitative Research, London*, v. 6, n. 4, p. 429-451.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Valerius, D. M. (2010, jan/jun). Regionalismo e crítica: uma relação conturbada. *Antares: Letras e Humanidades. Universidade de Caxias do Sul*, n. 03, p. 63-80.
- Valenzuela, M. E. (1999). Igualdade de oportunidades e discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil. In Posthuma, A. C. (org). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil - políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade* (34 ed., pp149-178). São Paulo: OIT.
- Wieviorka, M. (2007). *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva.
- Williams, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (Trad. Vasconcelos, S. G.). São Paulo: Boitempo.
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

APÊNDICES

APÊNDICE I. CARTA DE ANUÊNCIA



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Recife, 10 de março de 2015

CARTA DE ANUÊNCIA

A Escola Municipal _____
Ao Gestor (a) Escolar

Assunto: Solicitação de Autorização

Solicitamos autorização para que o mestrando a Sílvia César Ferreira Feliciano, do Curso de Mestrado Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sob a orientação da Professora Dr.^a, realize uma coleta de dados por meio da observação e da entrevista com os docentes desta instituição para a elaboração da Dissertação de Mestrado intitulada “ ” com os professores de língua Inglesa desta Instituição de ensino.

Atenciosamente,

Prof. Dr.^a.

Professora Orientadora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias –
ULHT de Portugal

Mestrando Sílvia César Ferreira Feliciano

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

De acordo com a Carta de Anuência acima autorizamos o feito solicitado a partir de ____ de ____ de ____.

Gestor(a) da Escola _____

APÊNDICE II. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES



Prezado (a) participante,

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa acerca do preconceito e discriminação étnico-racial no âmbito escolar. Pedimos por obséquio que responda as questões com veracidade, visto que, tais informações são de grande importância para a realização deste trabalho.

Agradecemos a sua participação.

Q1) Identificação do professor

- Nome da Escola:
- Género:
- Qual a sua formação?
- Que disciplina(s) você leciona?
- Como você se designa: branco(a), negro (a), pardo(a) ou outros? Se houver outros, explique.

Q 2) Concepções do educar acerca do racismo, preconceito e discriminação

Para você qual o significado de preconceito?

E qual a sua concepção acerca da discriminação?

Qual a sua definição acerca do racismo?

Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas?

Quais as dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula?

Q3) A escola frente à lei 10639/03

- Qual etnia/cor se sobressai em sua escola?
- Existe uma efetiva execução da referida lei 10639/03 em sua escola?
- De que maneira a sua escola aborda temas de carácter raciais?

- Quais os investimentos a secretaria de educação ou a escola tem oferecido para a sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/repercutiram sobre a sua prática?

Q4)O dia-a- dia da sala de aula

- De que maneira você como professor(a) enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula?
- Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula?
- Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos? E qual a sua função frente a uma situação de discriminação?
- Em meio as suas observações cotidianas em sala de aula, quem mais sofre discriminações?
- Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina?

Q5) Atividades realizadas

- Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira?
- De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças?
- A lei 10639/03 determina o ensino da História e cultura Afro-brasileira em todas as disciplinas. Em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática?
- Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito?
- Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar?

APÊNDICE III. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES - D1



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínome do participante: D1

Nome da escola em que atua: Escola Dr. João Gonçalves

Gênero: Masculino

Formação: Licenciatura em Letras

Disciplina que leciona: Língua Portuguesa

Identificação quanto a cor: Pardo

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? É um conceito prévio antes de você conhecer a pessoa você dá um significado a pessoa.

Q2 - E qual a sua concepção acerca da discriminação? Discriminação que dizer excluir a pessoa, que dizer menosprezar.

Q3- E qual a sua concepção acerca do racismo? Racismo é você classificar as pessoas como raças, embora todo mundo seja da mesma raça, o ser humano, a raça humana.

Q4- Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Sim, na própria literatura, você tem a literatura afro-brasileira.

Q5- E quais as dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? O racismo já está enraizado na cultura brasileira, o preconceito vai desde do começo do Brasil (da colonização brasileira)

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? Bom, a maioria aqui é variada, brancos e negros e descendentes indígenas também.

Q7 - Existe uma efetiva execução da Lei 10.639/03 em sua escola? Não, pelo menos nunca foi praticada na escola não.

Q8 - De que maneira sua escola abarca temas de caráter racial? Bom, nós aqui fazemos o Dia da Consciência Negra, Dia do Índio e assim os dias comemorativos sobre o povo brasileiro.

Q9- Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem /repercutiram sobre sua prática? Não no momento assim, não tivemos uma formação desse caráter sobre discriminação de raças.

Q10 - De que maneira você como professor enfrenta o preconceito, discriminação na sala de aula? Nas minhas aulas nunca houve assim tanto preconceito diante dos alunos.

Q11 - Como são as formas de Discriminação mais frequentes na sala de aula? Bom, geralmente são piadinhas com relação a cor dos outros.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos? E qual sua função frente a uma situação de discriminação? Geralmente é chamar o outro de macaco e tem que explicar que não existe raça melhor ou pior todo mundo é/ somos seres humanos.

Q13 - Em meio as suas observações cotidianas quem mais sofre discriminação? Geralmente é o negro.

Q14 - Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina? Bom, na parte que eu leciono aqui no ensino fundamental não trato muito a parte afro-brasileira, seria mais na parte de literatura, eu só trabalho mais a parte de língua portuguesa mesmo, linguagem. Acrescentar também que podemos trabalhar também as palavras de origem africana e os contos africanos.

Q15 - No seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico - racial? De que maneira? Sim, eu costumo trabalhar as datas comemorativas como o dia da Consciência Negra, o Dia dos Índios e Folclore.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Bom, eu trabalho com a desconstrução do preconceito de raças através de temas que valorizem o legado trazido pelos negros e índios.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas. Em relação a essa obrigatoriedade você realiza/ realizou alguma atividade associada a essa temática? Sim, eu trabalhei com contos africanos e também pesquisas sobre palavras de origem africana.

Q18 - Das atividades realizadas por você, quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? Bom, as consequências não são vistas de imediato, serão vistas futuramente, ou melhor, aceitação das diferenças.

Q19 - Que atividades ou materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? Bom, eu trabalho através de textos que valorizem e que falem sobre o racismo e vídeos sobre essa temática que mostrem a discriminação.

APÊNDICE IV. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES - D2



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínome do participante: D2

Nome da escola em que atua: Escola Dr. João Gonçalves

Gênero: Feminino

Formação: Licenciatura em Letras

Disciplina que leciona: Língua Portuguesa

Identificação quanto a cor: Parda

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? É uma ideia pré-concebida em que a pessoa já cria às vezes negativamente com a imagem de outra pessoa ou de algum assunto e a pessoa se posiciona assim.

Q2 - E qual a sua concepção acerca da discriminação? Discriminação é quando a pessoa. É mais do que o preconceito, que a discriminação é uma ação prejudicial, por uma postura sua você prejudica o outro e não aceitar a pessoa ou a posição da pessoa, e aí o outro prejudica o outro com ações ou palavras.

Q3 - E qual a sua definição acerca do racismo? O racismo é uma grande injustiça e um grande equívoco porque na nossa sociedade brasileira nós temos uma grande miscigenação das raças e nenhuma raça é melhor do que outra, então o que fizemos com o negro é um grande preconceito, por isso foi classificado como crime e é um crime inafiançável, muito justo essa classificação.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Houve, nós tivemos momentos que falamos sobre preconceito, discriminação e sobre a aceitação das pessoas com os diferentes.

Q5 - E quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? Eu esclareço mostrando que todos nós somos iguais temos os nossos valores. Inclusive, a valorização da cor negra que é uma cor belíssima e

é uma cor resistente não sofre tanto com problemas de pele. Então, eu enfatizo muito as coisas positivas do negro, inclusive sou casada com um negro.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? É a cor parda.

Q7 - Existe uma efetiva execução da Lei 10.639/03 em sua escola? Existe, porque os próprios livros didáticos pra poderem ser aprovados pelo MEC já vem com isso inserido, inclusive na minha disciplina todas as séries, os anos que ensino tem textos trabalhados sobre o preconceito, sobre racismo, sobre o Dia da Consciência Negra. Então, está sendo sim trabalhado na escola.

Q8 - De que maneira sua escola aborda temas de caráter racial? Através, até o momento tem sido através do livro didático, cada professor com sua disciplina têm trabalhado porque não tivemos um projeto específico para isso.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/repercutiram sobre sua prática? Não, a secretária de educação não está diretamente vinculando nada para nossa formação, eles tem curso de especialização lá nós estamos fazendo uma formação através do MEC, que é o SISMÉDIO que tem contribuído um pouco para nossa reflexão, mas não diretamente no ensino da nossa cadeira, porque não está o assunto ainda sendo específico para a disciplina de cada professor.

Q10 - De que maneira você como professora enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Eu esclareço que não pode existir o preconceito, falo da lei, falo que isso é inaceitável que todos são iguais, inclusive não tenho muito esse problema, porque não, há uma certa aceitação nas minhas salas, nas aulas que eu ministro nunca tive problemas quanto ao racismo.

Q11 - Como são as formas de Discriminação mais frequentes na sala de aula? Por ironia falando sobre o racismo, a aluna loura disse que se ela é chamada de loura não é preconceito criticando quando se chama alguém de negro ou “nêgo” como se fosse um preconceito a se falar, mas aí eu expliquei claramente que seria e como é historicamente prejuízo que o negro tem sofrido em nosso país.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos? E qual sua função frente a uma situação de discriminação? Eu imediatamente aconselho, explico falo até das leis, que é um crime inafiançável o racismo e que se a pessoa não responder diretamente responderia pelo pai sendo menor e que é uma postura incorreta, inclusive que eu não aceito alguém chamar um filho meu de negro de forma discriminatória, desfazendo que eu buscava meus direitos, então com uma postura dessa esclarecedora ninguém gosta de fazer essa prática não.

Q13 - Em meio as suas observações cotidianas quem mais sofre discriminação? são os negros, são os morenos.

Q14 - Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina? Eu trabalho o livro que nós estamos trabalhando é muito rico e bom e eu sigo todo, pego muito dos textos que são dos gêneros discursivos e faço, explico o conteúdo e valorizo, falo da valorização da raça negra, dos negros, da importância deles na nossa sociedade e mesmo porque não existe como se fosse dito até preconceituosamente uma raça pura nenhum branco puro porque nós a verdadeira miscigenação da nossa nação.

Q15 - No seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? Com os textos, trabalhando os artigos de opiniões, às vezes fazendo debates.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Com leitura de textos, debates, reflexões sobre artigos de opiniões de pessoas ou textos e outros artigos científicos.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas. Em relação a essa obrigatoriedade você realiza/ realizou alguma atividade associada a essa temática? Sim, tenho realizado em todas as turmas.

Q18 - Que atividades ou materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? É atividades de socialização com participação e muita reflexão, discussão oral e refletindo sobre a aceitação das diferenças e da valorização de todas as pessoas.

Q19 - Das atividades realizadas por você, quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? : Os alunos pelo menos nas minhas aulas não tem muita postura preconceituosa não tem agressões, não tenho percebido por questões raciais da cor negra,

então acho que já está bem aceite em nosso município, sendo por que temos um predomínio de pessoas morenas e negras aqui no nosso município.

APÊNDICE V. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D3



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínomo do participante: D3

Nome da escola em que atua: Escola Dr. João Gonçalves

Gênero: Feminino

Formação: Licenciatura em História

Disciplinas que leciona: História e Geografia

Identificação quanto a cor: Negra

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? Não conhecer determinado assunto.

Q2 - Qual sua concepção acerca da discriminação? Discriminar é julgar o outro considerando a sua cultura superior.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? Racismo para mim se refere a cor da pele e algo assim antissocial.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Poucas vezes se falou sobre isso.

Q5 - Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? Muito difícil porque o professor trabalha praticamente só na sala de aula, como a sociedade já discrimina essas crianças o que nós podemos fazer é dialogar mesmo.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? A cor negra.

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola?: Já houve acerca de dois não existe mais a não ser nas referências que são feitas nas horas das aulas.

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais? Nas aulas, durante as

aulas ultimamente nós já fizemos trabalhos e projetos relacionados a essa questão racial, mas ultimamente só durante as aulas.

Q9- Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/ repercutiram sobre sua prática? Não, a secretaria de Educação não tem investido a respeito disso as únicas informações que tenho a respeito disso são minhas de, minha própria iniciativa.

Q10 - De que maneira você como professora enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Procuro conversar com meus alunos fazendo sempre uma reflexão quando surgem essas práticas na hora da aula, da importância de se respeitar o outro como ser humano de tratar o outro como ser humano procurando sempre ser ... formar uma diálogo a respeito disso.

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? São várias, em relação as crianças negras eles chamam uns aos outros de macacos de rosca queimada e outras. São várias que agora para enumerar fora os palavrões, negrinho.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação? Bem, os insultos que eu disse são esses que eu já relatei na pergunta anterior, que eles sempre se agredem como: macaco preto, macaco, de negro, rosca queimada, suco de pneu e a forma que eu ajo é sempre conversando, refletindo, manda chamar o pai, leva para a direção, procurando sempre conversar para ver se nós tentamos mudar e conquistar até uma nova postura desse aluno, e fazê-lo ter uma reflexão acerca de sua atitude.

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação? As crianças negras, os homossexuais , os homossexuais masculinos e femininos e crianças gordas.

Q14 - Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina? Muito importante a cultura afro-brasileira, tendo em vista que nós somos herança. Temos nossa cultura africana então deve ser valorizada, então na minha disciplina procuro sempre resgatar essa valorização, discutindo trazendo sempre as coisas boas pra tentar desmistificar a situação de coisa ruim que às vezes muita gente tem em relação ao africano ao negro em geral.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? Sim, sempre que possível vou fazendo, incluindo em meu planejamento temas relacionados à cultura afro ao preconceito hoje em dia ou então quando surge algum problema em relação na mídia por exemplo, procuro sempre trazer essa temática para discutir com os alunos, se é certo se é errado, como é, qual é a visão deles, procurando sempre melhorar essa questão do preconceito.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Mais através de textos, fazendo também pesquisas, pedindo para eles apresentarem os trabalhos, buscando sempre essa valorização da cultura afro.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? Como eu já disse anteriormente eu sempre procuro realizar atividades voltadas a essa temática, porém eu acredito que os livros didáticos ainda trazem poucos temas que abordem essa questão, tanto nas disciplinas de história quanto nas de geografia, eles socializam pouco essa informação.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? Trabalhando com vídeos, filmes, textos e reflexões acerca da temática.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? Eu acho que as atividades que eu realizo tem consequências imediatas, outras acho que demoraram mais para gerarem as consequências. Acredito também que as atividades realizadas nas sala refletem também na comunidade, isso atravessa o muro da escola.

APÊNDICE VI. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D4



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínomo do participante: D4

Nome da escola em que atua: Escola Dr. João Gonçalves

Gênero: Feminino

Formação: Licenciatura em História

Disciplinas que leciona: História

Identificação quanto a cor: Negra

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? Preconceitos são conclusões que você tira antes de conhecer a pessoa.

Q2 - Qual a sua concepção acerca da discriminação? Eu acho que é uma coisa que não deveria existir em especialmente numa sociedade feita a nossa que veio da mistura de vários povos.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? Também é uma espécie de preconceito que as pessoas...é uma coisa muito interessante essas perguntas sobre o racismo, porque a gente pensa logo no racismo na questão do negro, na minha família tinha um racismo assim ao contrário, minha vó era negra, meu pai é negro e minha mãe é branca dos olhos azuis. Minha vó nunca gostou da minha mãe porque ela era branca, então ela dizia que mulher branca não devia se casar com homem negro, às vezes ela fica puxando o cabelo da minha irmã porque a gente tem uma mistura, os que nasceram negros da família, o cabelo puxou ao lado da minha mãe e os que nasceram brancos o cabelo puxou do lado do meu pai, aí ela esticava o cabelo da minha irmã até ela chorar. Quando ela chorava ela dizia: Culpe a sua mãe que se casou com um negro.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Não

Q5- Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? É complicado porque assim, a gente pensa

que pra acabar com o preconceito basta a gente dizer que uma pessoa não é igual à outra, mas aí não, a gente tem que começar isso aí falando sobre a África, dizendo a eles que a gente tem cultura do negro.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? A negra.

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola? Não.

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais?: Eu não vejo isso sendo abordado.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/repercutiram sobre sua prática? A gente não tem nenhum tipo de formação, a gente é que tem que procurar.

Q10 - De que maneira você como professora enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Como eu disse, mostrando a eles a cultura da gente, que a gente tem herança negra.

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? Com o negro e o homossexual.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação? Contra o negro é ser chamado de macaco.

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação: O homossexual.

Q14 - Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina? Como eu dou aula de história, aí eu procuro muito falar sobre a África mostrando a nossa herança.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? Eu sempre trago reportagem especialmente por conta do preconceito.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Isso, como eu disse. A gente tem que respeitar. Eu tenho uma frase que sempre gosto de dizer. Eu fiz um trabalho sobre inclusão na escola, aí tem uma frase que é assim: Somos diferentes quando as diferenças...as desigualdades nos inferioriza...e quando os iguais... e somos diferente quando a igualdade nos descaracteriza.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? Quando eu disse, eu trago assim, especialmente falando sobre a África, eu procuro fazer isso, não dá forma como é necessária, o que eu posso fazer, sim.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? A reportagem, as reportagens atuais, revistas, jornais.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? Acho sim, esse trabalho deveria ser feito com os pais também, eu não acho que isso faz muito efeito não porque não é assim sempre, não acontece sempre.

APÊNDICE VII. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D5



Perfil identitário, académico e profissional

Codínome do participante: D5

Nome da escola em que atua: Escola Dr. João Gonçalves

Gênero: Feminino

Formação: Licenciatura em Ciências biológicas

Disciplinas que leciona: Ciências e Biologia

Identificação quanto a cor: Negra

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? Eu considero o preconceito como uma agressão.

Q2 - Qual a sua concepção acerca da discriminação? A minha concepção é que as pessoas que discriminam é porque se consideram discriminadas.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? Assim como o preconceito e a discriminação também considero uma discriminação.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Houve.

Q5 - Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? Eu procurei viver a igualdade.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? O negro.

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola? Numa minoria porque a maioria desconhece

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais? Geralmente é abordado em sala de aula pelos professores.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/repercutiram sobre sua prática? Repercutiram e essas práticas foram, essas motivações foram a base de formações, sala de informática, palestras e algumas coisas do tipo que nos ajudam na formação.

Q10 - De que maneira você como professora enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Olha, eu tento apaziguar e levar o aluno a entender que o preconceito como já falei é uma agressão e procuro assim motivá-lo a viver a igualdade entendendo que todos nós somos iguais.

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? Geralmente é de cor, cor peso, essa questão de muito gordo, muito magro, muito preto, muito branco.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação? Olha, geralmente os mais utilizados é questão de cor e o que a gente utiliza muito é frisar, entendeu? que cor é apenas um detalhe.

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação? Eu acho que aqueles que se sentem discriminados.

Q14 - Como você observa a cultura Afro-brasileira em específico em sua disciplina? Eu considero com fundamental importância, porque nós estamos, nós somos descendentes dessa cultura, é uma necessidade vivenciá-la e praticá-la também.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? sim, é como professora de ciências eu tento envolver a história e a biologia e envolvendo essas disciplinas a gente não pode deixar de ver a questão do racismo, do preconceito dentro da ciências.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? É muito com pesquisa, a questão da igualdade e da aceitação de sua identidade, da sua etnia.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? Sim.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? Eu procuro assim de forma bem dinâmica onde todos interagem com trabalhos em grupos com temas que abordem realmente essa temática, a questão da igualdade em especial da igualdade racial.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? As consequências, assim eu considero como consequências positivas “né”? Porque houve um impedimento e hoje a escola onde eu trabalho eu vejo o preconceito numa minoria “né”? Não deixando de haver, mas que numa minoria e por conta de todas as atividades que nós desenvolvemos para que a igualdade prevaleça.

APÊNDICE VIII. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D6



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínomo do participante: D6

Nome da escola em que atua: Centro Educativo Princesa Isabel

Gênero: Masculino

Formação: Licenciatura em Letras

Disciplina que leciona: Espanhol

Identificação quanto a cor: Pardo

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? Seria, no entanto, uma espécie de aversão a um certo grupo a uma certa classe.

Q2 - Qual a sua concepção acerca da discriminação? A tentativa de impedir um grupo ou alguém de uma participação ou até mesmo interação no grupo que você se encontra.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? O racismo está relacionado, com o preconceito, e é uma forma de aversão.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Não necessariamente numa disciplina específica, mas algumas disciplinas sempre abordavam esse contexto. A disciplina de educação especial e outras disciplinas que, no entanto se voltam para interação do aluno para aprender a trabalhar realmente a diversidade em sala de aula trazendo os temas transversais da forma mais corrente e coerente possível para a sala.

Q5 - Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? A maior dificuldade que particularmente eu encontro nesse sentido é a educação doméstica que acaba se refletindo no ambiente escolar numa forma muito significativa e muitas vezes por mais que a gente tente introduzir uma desconstrução desses valores arraigadas no caso de forma equivocada nem sempre a gente consegue por que esse preconceito, essa visão do aluno se estabelece dentro de casa.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola?Parda.

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola?Na verdade a gente desempenha um trabalho voltado a essa Lei possa não ser literalmente específica, mas na prática realmente a gente aborda, aborda sempre a diversidade cultural, então assim, a gente acaba enfatizando as culturas no geral, sem fazer analogias, no entanto, sem fazer distinções e muito menos promover elogios a determinadas culturas, então assim, a forma como a gente encontra de trabalhar são os textos abordados que nos remetem a diversidade cultural.

Essa abordagem se dá de maneira individual, ou seja, cada professor faz o seu ou isso é realizado de maneira conjunta já planejada no começo do semestre ou no meio do semestre? De fato nós não temos um planejamento efetivo e cada atividade fica a critério de cada professor de forma subjetiva, mas que realmente acontece.

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais? Na verdade, temas de caráter raciais a gente tenta abordar de uma maneira elucidativa fazer justamente a desconstrução dessa ideia do racismo, do preconceito e da discriminação.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/repercutiram sobre sua prática?: A escola contribui dentro da perspectiva didática e para o crescimento do próprio professor oferecendo materias de suporte como: livros de apoios pedagógicos, alguns materiais de mídia, aparelhos de som, data show e televisão.

Q10 - De que maneira você como professora enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Como eu já havia falado anteriormente a gente vive em uma sociedade capitalista e isso acaba se refletindo no comportamento do ser humano no dia a dia. E, no entanto, isso acaba nos chamando muita atenção porque a gente dentro dessa sociedade capitalista a gente acaba fazendo uma inversão de valores e é justamente essa inversão de valores que acaba maltratando o outro, então a forma que eu encontro de enfrentar não só esse preconceito como essa inversão de valores é justamente fazendo essa desconstrução e mostrando que nós enquanto seres humanos temos a mesma essência e somos iguais independente da cor, do gênero e qualquer opção que seja.

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? Particularmente seria mais relativo ao conhecimento e não necessariamente relacionado a

alguma opção que seja, mesmo porque na sala não tem de forma enfática ninguém que tenha se demonstrado homo afetivo enfim, com qualquer outra característica, então realmente a discriminação ou preconceito que tem entre eles é mais essa questão de conhecimento um querer saber mais que o outro um acaba “tachando” o outro por saber menos.

Então com problemas relacionados a cor você não encontrou na escola em que trabalha? De fato não.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação?

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação? É aquele que não consegue alcançar o ritmo da turma, eu falo no sentido no ritmo de aprendizagem realmente, desse desempenho.

Q14 - Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina? Eu consigo observar de uma forma linear, como uma cultura qualquer o entrave muitas vezes é tentar fazer com que essa ideia seja transmitida com certa neutralidade.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? Consigo sim, por meio de datas comemorativas a gente começa a ver essa diversidade cultural e a presença das pessoas sem buscar sua cor, etnia ou alguma coisa assim.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? É uma questão bastante delicada por que a gente sabe que é curto o período que os alunos passam na escola e necessariamente essa formação de identidade ela parte da educação doméstica então, no âmbito escolar como professor eu particularmente tento fazer com que eles reflitam acerca do que realmente produzir no sentido de crescimento pessoal e no sentido de uma construção cidadã.

Então você acha que muitas vezes o que é construído dentro da sala de aula é desconstruído quando eles chegam em casa? Não necessariamente quando eles chegam em casa, mas de certa forma sim, a escola que na verdade teria que ser vista como um espaço de aprendizagem científica e em contra partida numa parcela que eu diria que significativa também mas que não fosse o ponto crucial do âmbito escolar seria a educação enquanto cidadão, então os pais nos dias de hoje acabam transferindo toda essa responsabilidade para escola do conteúdo enquanto bagagem científica e também da própria formação enquanto cidadão. Essa

responsabilidade quando ela é transferida se perde necessariamente a essência da educação doméstica. Na verdade, aquilo que a gente trabalha em sala de aula como temas transversais e a gente que tem um curto período de tempo para trabalhar esses temas transversais deveria ser solidificado em casa numa construção permanente e diária.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? Não.

Porque? Na verdade é um não parcial, eu não desempenho atividades específicas nesse sentido, mas não significa dizer que outras atividades não sejam correlatas com esse tema.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? As atividades em grupo até mesmo para construir um perfil de cidadania e poder no caso promover uma interação a partir de qualquer ambiente visando que para qualquer ambiente que você se encontre você não vai poder escolher as pessoas que vai se relacionar e no entanto, é preciso ver o outro como espelho de si no que tange a nossa essência.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? Diante das atividades propostas agente como educador nem sempre a gente consegue obter êxito como se espera, mas diante das atividades apresentadas os alunos vão se abrindo para uma concepção maior, para um entendimento neutralizado. Digo, eles conseguem fazer observações que são neutras no sentido de reter pouca interferência, então assim, eles conseguem amadurecer com essas atividades. É como, por exemplo, como eu já citei outrora no caso das atividades em grupo, eu costumo fazer de uma forma aleatória para que eles não busquem somente os colegas afins, ou seja, que eles tenham uma afinidade ou outra. No que tange na questão da comunidade eu volto a essa participação efetiva dos pais nas reuniões, eles colaboram de certa forma por que eles fazem esse ligação, esse processo interativo com a gente, no sentido de realmente poder sanar mas a gente sabe que algumas questões são difíceis a principio estão sendo mediatizadas, ou seja, eles escutam o professor eles também fazem suas intervenções e que agente com toda essa perspectiva, com toda essa abordagem, esse enfoque, essa interação promovida entre aluno e professor, pais e todos os sujeitos envolvidos na educação a gente espera que flua de alguma de alguma maneira um bom resultado.

APÊNDICE IX. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D7



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínome do participante: D7

Nome da escola em que atua: Centro Educativo Princesa Isabel

Gênero: Feminino

Formação: Educação Física

Disciplina que leciona: Educação Física

Identificação quanto a cor: Branca

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? É um ato de desigualdade social que precisa ser discutido e lançado no conhecimento para um país mais desenvolvido.

Q2 - Qual a sua concepção acerca da discriminação? É um ato também de um preconceito, de você discriminar uma cor, um sexo. Você está discriminando a você mesmo, por que como é que a gente pode evoluir se a gente tem que saber aceitar um ao outro.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? Acho que racismo é uma manifestação do preconceito na sociedade. Uma atitude que não pode mais ser aceita em lugar nenhum.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Sim

Q5 - Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? É o bullying saber o respeitar o outro e aceitar como o outro é.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? Negra

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola? Sim, sempre a gente está discutindo porque sempre está crescendo esse número de discriminação então a gente sempre está em discurso, debate em projetos com os alunos para que eles possam vivenciar e saber como lidar com a discriminação e o preconceito.

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais? Na forma de seminários, de estudos, de pesquisas. Enfim, vários.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador?

Sim, repercutem porque sempre a gente tem uma formação continuada para a gente saber lidar com os alunos e certas situações.

Q10 - De que maneira você como professora enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Na verdade com um pé na frente e o outro atrás, porque se não vira uma bola de neve, confusões, atritos e outras coisas a mais.

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? Apelidos, não aceitar o outro como ele é, se ele é preto, se ele é branco, se ele tem uma referência do sexo e palavrões.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação? Pedir calma para que possa ser esclarecido o que está acontecendo no momento, conversar e dizer até que ponto tal situação deve-se parar e esclarecer as situações que acontecem no momento.

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação? Todos. O professor sofre discriminação dos alunos porque às vezes até na fonação da voz quando vai pronunciar certas palavras sente dificuldades que não foi trabalhada na sua infância. O aluno sente um pouco discriminado quando às vezes vai falar, redigir ou vai perguntar a forma e a turma começa logo a discriminação e a gozação, começa logo com o bullying mesmo.

Q14 - Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina? Uma cultura, uma informação, algo que seja mais abrangente pela situação de discriminação que a gente passa.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? Em forma de seminários, pesquisa e depois a prática até mesmo por conta da educação física às danças que são populares e às vezes são muito discriminadas, não aceitam suas crenças.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Com textos, fazemos leitura e depois fazemos uma pequena discussão para mostrar quais são as diferenças entre tal situação, tal acontecimento que sucedem nas nossas vidas e nas vidas de nossos alunos.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? Sim, a dança afro.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito?: A música, os movimentos do corpo a forma de dançar, geralmente a turma sempre levanta no momento que agente começa a trabalhar essa temática, dizendo que não irá fazer isso, aí a gente para. E afirmo que isso é uma cultura a gente tem que ter essa informação, a gente tem que respeitar, a gente tem que associar para a gente saber se valorizar.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar?: Eu acredito que seja a dança, a dança está abrangendo tanto os alunos como a família dos alunos dentro do *projeto mãe na escola*, então a gente já está atingindo essa parte vital e a gente ainda pode fazer projetos e crescer dentro da divulgação da parte da ética e moral.

APÊNDICE X. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D8



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínomo do participante: D8

Nome da escola em que atua: Centro Educativo Princesa Isabel

Gênero: Masculino

Formação: Ensino Religioso

Disciplina que leciona: Religião

Identificação quanto a cor: Negro

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? Exclusão.

E essa exclusão seria no plano físico, no plano mental, no plano intelectual? Seria plural, seria global, Seria em todas as formas social, econômico, religioso, de todas as formas que se possa imaginar.

Q2 - Qual a sua concepção acerca da discriminação? A percepção que eu tenho não existe outra forma de dizer a não ser realmente discriminação, você se sentir um inútil, mísero de tudo e de não ter acesso a nada, nada que permita a pessoa se desenvolver.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? São sentimentos que a sociedade econômica que coloca para que a gente acredite de que essa prática tem que ser mantida até hoje, negros inferiores e brancos superiores.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Sim
Qual seria essa disciplina? Eu paguei uma cadeira sobre religiões africanas.

Q5 - Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? Arranjar uma política de desfazer toda a crença que é colocada desde a formação doméstica e da sociedade, de desfazer todas crenças que foram impostas pelo povo e pela sociedade, a dificuldade é essa de você fazer uma política de deformar para formar. Essa é a dificuldade.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? Pardos

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola? Não, a instituição ainda por se tratar de uma instituição de ordem privada ainda não atinou para a importância dessa legislação.

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais? Geralmente em datas de comemorações folclóricas feito o dia da Consciência Negra ou casos assim, que chamam a atenção da sociedade sobre racismo, fatos comoventes, de fato e de concreto, então são coisas que são abordadas e comentadas.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/repercutiram sobre sua prática? Como professor de instituição privada não tem participação e nem estímulo tanto da Secretária quanto da instituição, mas eu como professor sempre toco no assunto, já prevendo uma possível convocação da instituição da importância em patrocinar palestras, cursos, coisas desse tipo, para o aperfeiçoamento e aprimoramento da situação, da consciência.

Q10 - De que maneira você como professora enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Não tem nada melhor e mais eficaz que o diálogo, a conversa, a formação, a palavra, o poder da palavra.

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? É notável essa formação de grupos, de meninas com meninas e de meninos com meninos. E o que predomina aqui é a da classe de formação social e econômica.

Então a discriminação entre os que tem poder aquisitivo e os que não têm tanto poder aquisitivo? Exato.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação? São exatamente hoje com o nome avançado e moderno o *bullying*, o popular apelido, que o povo deixa de chamar o companheiro pelo próprio nome, insinua outro nome e agrega outras coisas que deforma o caráter físico e até moral do colega. *E qual sua função frente a uma situação de discriminação?* Conversar, chamar ambas as partes e dependendo da situação se teve/ houve a parte de agressão física, uma das partes tem que ser isenta do local e uma tem que conversar e envolver pais, mãe, diretor porque é coisa séria.

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação? Eu tenho notado que em algumas salas o comportamento do que é mais tímido o que aparenta ser muito calmo, fica na dele é alvo da zombaria, da zorra é motivo de ser o zuê da galera.

Q14 - Como você observa a cultura afro-brasileira em específico em sua disciplina? Com a questão religiosa dos orixás, do candomblé, dos afoxés de rua, da capoeira, a dança, a culinária também, coisas desse tipo, dessa natureza.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? Sim, é planejado, eu crio, só que na verdade não é executado por questão da política da instituição ser privada há vedações, há coisas que eles vedam, então não posso me aprofundar em tudo que fui planejado.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Eu uso recursos visuais, vídeos, alguns trechos de jornais, a charge hoje que é muito utilizada e alguns filmes que falam sobre a questão racial.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? Eu incluo, porém é difícil executar por questão de ser uma instituição que proíbe.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? Ilustrações teatrais às vezes, a própria música, a questão da raça negra a capoeira, colar e alguns acessórios que identifiquem coisas vindas dos negros, da raça negra, criada por negros.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? A gente vê que a autoestima do contingente negro está melhorando, gente que está se achando mais importante, aceitando, se achando tanto quanto ao branco na igualdade e numa capacidade intelectual, a gente nota isso.

Isso em relação aos alunos? Isso.

E como a comunidade ela observa isso? A gente vê relatos de pais dizendo que o filho mudou, mudou para uma mudança de melhor, um filho que hoje aceita a questão cultural, que antes não usava e hoje já agrega valores da sua descendência afro com maior naturalidade.

APÊNDICE XI. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D9



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínome do participante: D9

Nome da escola em que atua: Centro Educativo Princesa Isabel

Gênero: Masculino

Formação: Matemática

Disciplina que leciona: Matemática, ciências e religião

Identificação quanto a cor: Negra

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? Uma ignorância cultural. Eu não vejo... como o próprio nome diz é um pré-conceito estabelecido de uma coisa que você não conhece, de uma coisa que você não tem uma vinculação específica. É um processo de culturação do qual as pessoas tiram seus valores sem ter uma relação prática e específica daquilo que está avaliando. É uma ignorância.

Q2 - Qual a sua concepção acerca da discriminação? Sinceramente, uma idiotice. Eu não consigo entender como o ser humano consegue avaliar o outro a partir de atributos físicos, simplesmente pela cor da pele e simplesmente pela opção sexual que escolhe. Eu acho que o ser humano é, além de tudo, ser vivo, ser que merece respeito enquanto pessoa, um ser que merece ser tratado com dignidade. Não porque nós queremos fazer isso, mas é que a qualidade dele, de dignidade atribuída ao ser como o ser humano merece.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? Parece até uma utopia a gente falar sobre racismo no Brasil e até mesmo no mundo, em pleno século XXI. Porque é uma coisa que a gente diz que combate, diz que não existe, no nosso país, mas o negro não pode, por exemplo, chegar numa loja de grande porte e adentra-lá sem ser observado de longe *em suma, o que seria realmente o racismo?* Como eu já tinha te dito eu acho que o racismo é uma das, se não a pior forma de preconceito que existe na face da terra, porque ela não só lhe mata espiritualmente, ela lhe afeta fisicamente. Você não tem noção do que é você está em local sendo observado e rotulado simplesmente pela cor de sua pele. Observas o seguinte aspecto: chegas em qualquer local tido pela sociedade como importante e contas quantos negros tem.

Faz o teste do pescoço, colocas o pescoço nessas lojas chiques e vê quantos negros tem em um shopping, em um cargo de destaque, raríssimos. Então isso é uma cultura impregnada sobre o quê? O que é preto não presta. Estamos arrastando isso há mais de cinco séculos nesse país, não é isso?

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas?

Durante a graduação não. Para que eu pude chegar nesse nível de discussão foi necessário a gente caminhar sobre outros cursos, em especial os direitos humanos. Hoje a gente tem uma forte discussão em relação a isso, mas não dentro de uma graduação, não dentro de uma formação na educação básica. Isso eu acho que ainda não está sendo fortemente discutido, em especial na educação na infantil I, acho que isso já deveria ter sido iniciado há muito tempo.

Q5 - Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? Muitas. A começar pela falta de esclarecimento dentro da própria família, porque como o senhor sabe, a família é a base da sociedade. A família não está pautada nessa conservação, nessa desconstrução, a escola por si só vai ter que trabalhar muito. Então, tem que haver, de fato, uma interligação entre escola e família para que possa ser desconstruído esse preconceito.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? Por ser uma escola particular, certo? E como a gente sabe que no nosso país a maioria que possui um poder aquisitivo mais elevado são os brancos, na nossa escola predomina em sua grande maioria o público branco, infelizmente.

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola? Depende de como você avaliar. Nós temos um problema cultural muito grande no Brasil de que tudo em nosso país se resolve a partir de um dispositivo legal, de uma lei, só que a lei por si ela não garante nada. E essa é uma das leis que é apenas um papel pintado, não existe de fato uma aplicação efetiva dessa lei. *Então na sua escola não existe nenhum embasamento, nenhuma atitude feita em relação a essa lei?* Diretamente não, existe as construções, os valores das culturas negras, mas não porque foi instituído por lei, mas porque a escola já trabalhava isso anteriormente.

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais? A escola geralmente trabalha o Dia da Consciência Negra.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/repercutiram sobre sua prática? Infelizmente não. Não só a nossa escola, mas a maioria dos professores do país, em especial aqueles que atuam na educação básica, eles não têm momentos de pesquisa. O professor já passou tempo de ter esse momento para pesquisar, o seu tempo ocioso para refletir sobre a sua prática, para construir suas ideias e desenvolver seus valores e atividades. E infelizmente, nós não temos esse tempo, muitas vezes somos forçados a ter dois ou três vínculos para poder ganhar um pouquinho mais pra termos um conforto, do qual deveríamos ter tendo apenas um vínculo, e se assim tivéssemos deveríamos ter uma pesquisa melhor para se desenvolver em sala de aula, infelizmente nós não temos isso.

Q10 - De que maneira você como professor enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? A gente tenta dialogar muito com os nossos alunos sobre essa desconstrução do preconceito, só que infelizmente isso não é um trabalho fácil, porque por mais que você passe quatro horas do seu dia com o aluno, ele vai passar, muitas vezes, vinte horas fora daquele ambiente. E você desconstrói uma coisa hoje e quando chega em casa ele é reconstruído, e muitas vezes muito mais fomentado do que aquele que você tinha discutido em sala de aula. *Então, você enfrenta esse preconceito e essa discriminação através do diálogo mesmo?* Não só através do diálogo, mas muitas vezes eu trago pra eles em sala de aula alguns vídeos, algumas temáticas que favorece esse nível de fomento, entendeu?

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? Muitas brincadeiras. Começa sempre com aquelas brincadeirinhas que vão fomentando outros tipos de preconceito, se a pessoa não estiver atento para coibir e a partir daí dar um contra exemplo, de forma que venha a fomentar a valorização da pessoa enquanto ser humano, isso vai aumentando, aumentando, aumentando, pode desencadear um bullying e outras formas de preconceito que a gente não percebe.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação? Geralmente eles começam, em especial, com os alunos negros, a chamá-los de macaco, a chamá-los de negro, abre aspas: preto, começam a chamá-los de burros, secretários, outros tipos de apelidos que você pegando ponto a ponto e dando um contraexemplo para que aquilo não se torne hábito dentro da sala de aula.

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação? Infelizmente, o negro e o pobre. Muitos dos negros que por sua maioria são pobres são

obrigados a vir para a escola muitas vezes sem ter feito suas higiênes pessoais, e por si só já vai provocando um certo desconforto entre os coleguinhas e já vai desencadeando uma espécie de preconceito.

Q14 - Como você observa a cultura Afro-brasileira em específico em sua disciplina? Eu tento observar mais essa relação, no entanto, como a minha disciplina específica é matemática, é uma disciplina que um pouco mais puxada para outros vieses. Mas, ainda sim eu sempre tento trazer algo que esteja sendo discutido na mídia atual para que a gente possa fomentar com a matemática essa discussão.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? Planejadamente não. Nas aulas de matemática a minha preocupação maior não é essa discussão. Eu geralmente pego uns pontos que diariamente surgem. Mas não é uma coisa planejada, tecnicamente para isso.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Sempre através de um diálogo franco, olho no olho com cada um dos meus alunos, pois eu acredito que o diálogo ele é fundamental para que haja respeito enquanto ser humano.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? Já, em especial com relação com que a gente sempre brinca, que é o dia do negro, dia da consciência negra. Parece que é o único dia do ano em que a escola inteira se senta para discutir essa temática e é nesse meio que a gente sempre trabalha essa lei em especificidade. *Mas esse dia do negro foi realizado de maneira conjunta ou individual? Como foi realizado esse momento?* De maneira conjunta, com todas as demais disciplinas que embarcam o conselho escolar.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? Eu gosto muito de trabalhar vídeo porque eu acho que a imagem e o som provocam uma reflexão mais contida, mais reflexiva sobre aquilo que está sendo observado. Então, tento sempre caminhar por esse caminho.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? Hoje eu vejo com muita alegria meus alunos chegarem perto de mim para discutir ou para trazer alguma coisa que está acontecendo em sua comunidade com relação a questão de preconceito, a questão de desrespeito a dignidade humana. Me procurando para saber quais os caminhos e quais os canais que eles devem seguir para conseguir respaldo legal e jurídico em relação a isso.

APÊNDICE XII. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES – D10



Perfil identitário, acadêmico e profissional

Codínomo do participante: D10

Nome da escola em que atua: Centro Educativo Princesa Isabel

Gênero: Masculino

Formação: Educação Física

Disciplina que leciona: Educação física

Identificação quanto a cor: Parda

Q1 - Para você qual o significado de preconceito? Preconceito a própria palavra já diz, é um pré-conceito. É um conceito que a gente formula de alguém antes de qualquer coisa.

Q2 - Qual a sua concepção acerca da discriminação? A discriminação seria esse preconceito explícito digamos assim, quando você exterioriza esse preconceito, quando você começa a discriminar você começa a subjugar o outro.

Q3 - Qual a sua definição acerca do racismo? O racismo a gente lembra logo da questão de cor, mas o racismo vai mais além da questão da cor da pele, é você achar que você é melhor que o outro, que o outro por algum motivo é inferior a você, seja por uma questão de cor de pele, de religião, de gosto musical, de questão geográfica. *Então o racismo está intrinsecamente ligado ao fato do preconceito?* Sim.

Q4 - Na sua formação houve um espaço (disciplina) que abarcasse tais temáticas? Não, não tem.

Q5 - Quais dificuldades enfrentadas por você para a desconstrução do preconceito, da discriminação e do racismo em sala de aula? A falta de apoio tanto dos gestores atuais e até mesmo de material didático. A gente tem que buscar outras alternativas para poder tratar esses assuntos. *E que alternativas são essas?* Você ter filmes, livros que não são feitos, a princípio para se trabalhar em sala de aula, mas a gente acaba tendo que usar para poder trabalhar esse assunto, já que não tem um método, não tem um suporte teórico.

Q6 - Qual etnia (cor) se sobressai em sua escola? Visivelmente a negra, mas se você for perguntar a maioria vai dizer que é branco ou pardo. Não se reconhece. *E esse tal fato de não se reconhecer refere-se a quê?* Ao próprio preconceito, vergonha da sua cor, porque associa a cor negra a algo negativo. Aí você nunca não vai querer participar de um grupo que remete a algo ruim. Você vai querer sempre ser... Aquela questão da ideologia do vencedor.

Q7 - Existe uma efetiva execução da referida lei 10.639/03 em sua escola?

Não, não tem. Até porque a gente não tem essa formação tão maciça para poder se trabalhar em sala de aula. Aí, isso acaba virando uma cadeia.

Q8 - De que maneira a sua escola aborda temas de caráter raciais? Então a gente tenta...

Como eu disse pegar meios alternativos, questões que vão acontecendo na sociedade a gente vai tentando “linkar” com o conteúdo que a gente está trabalhando, entrando justamente nessa área de preconceito, de discriminação, de racismo.

Q9 - Quais os investimentos a Secretária de Educação, a escola tem oferecido para sua formação enquanto profissional pesquisador? Se sim, tais formações repercutem/ repercutiram sobre sua prática? Não, não tem. Ainda não tem uma formação estruturada.

Investimento da própria escola ainda não tem? Parte da gente mesmo ir atrás, de estudar e de se informar, mas que vem de cima para baixo não. *Então, já que você diz que corre atrás dessas formações, essas formações repercutem ou repercutiram sobre a sua prática docente?* Sim. *De que forma?* A partir do momento que a gente mostra aos alunos que eles são diferentes entre si, mas o fato deles serem diferentes não quer dizer que um é melhor que o outro. Aí estimular a questão do trabalho em equipe, não mais trabalho em grupo, mas um trabalho em equipe onde todos participam, e um reconhecer a importância do outro e isso ajuda a todo mundo a crescer junto.

Q10 - De que maneira você como professor enfrenta o preconceito e a discriminação em sala de aula? Já começa na questão de educação física,, porque o pessoal só associa a disciplina de educação física a você fazer a atividade, a você correr, você jogar bola, que no Brasil é o futebol, e não as outras coisas mais ligadas a saúde e a questão mesmo de conhecimento do esporte, da ginástica, dos jogos. Aí já começa daí, é quando você vai tratar de certos temas ligados ao próprio racismo, preconceito que é o tema que a gente tá mais abordando aqui. É complicado, porque a gente não tem material para tratar com os alunos, quando eles questionam a gente não tem como *enfrentar esse problema*, isso. *Então nessa parte, você não enfrenta isso aí?* Então, a gente enfrenta nesses momentos que a gente vai

buscando as alternativas, mas que a gente enfrenta resistência, enfrenta, porque não tem um suporte que a gente possa combater melhor.

Q11 - Como são as formas de discriminação mais frequentes na sala de aula? Com a questão da cor, da raça, do branco contra o negro e a questão sexual.

Q12 - Quais os insultos mais comuns realizados pelos alunos e qual sua função frente a uma situação de discriminação? Então o que mais... aqueles apelidos que são pejorativos e os xingamentos ligados ao lado sexual dá isso, chupa isso...sendo algo negativo você querendo menosprezar o outro.

Q13 - Em meio as suas observações em sala de aula quem mais sofre discriminação? Os menos favorecidos, porque na nossa sociedade é mais o negro. Que tem historicamente uma dificuldade maior de acesso a escrita, a leitura e os homossexuais, tanto feminino quanto masculino.

Q14 - Como você observa a cultura Afro-brasileira em específico em sua disciplina? É complicado porque a maioria dos esportes, que são popularmente conhecidos, são os esportes dos brancos. Quando o negro vem a se destacar, mas ele é a sim um grupo maior e até pela própria formação nossa de não ter na graduação um conhecimento melhor acerca da cultura africana como um todo. Fica difícil de trazer a realidade de lá para cá, o que a gente repassa mais é aquela questão padrão que é conhecido mundialmente: o futebol, o vôlei, a capoeira, e até mesmo a questão da capoeira ainda é considerada algo meio... Hoje não tanto, mas mais rasteiro digamos assim, associa-se muito ao negro, ao do gueto, ao da favela, da comunidade e não como algo... tanto é que você vê o pessoal é mais de rua, não em academia, em escolas mais organizadas.

Q15 - Em seu planejamento você costuma incluir temáticas de caráter étnico-racial? De que maneira? A gente tenta na medida do possível porque como a gente diz, como eu já te disse... a maioria dos esportes não é? Que gente trabalha é do esporte do branco, da massa branca. Aí na medida que a gente consegue introduzir a capoeira, algumas outras danças associadas que vem junto como o maculelê, o próprio coco, danças mais regionais que são muitos ligadas a questão da cultura negra no Brasil, a gente introduz e até os próprios jogos populares, jogos que foram surgindo naquela época e que se perpetuaram até... *mas quando você fala na construção desse planejamento, esse planejamento é feito de maneira coletiva, os professores se reúnem ou é feita de maneira individual, cada professor vai organizar seu*

planejamento da forma que ele acha necessário organizá-lo ? Nem sempre a gente consegue trabalhar perfeitamente em harmonia, andar todo mundo na mesma linha, mas a gente tenta sempre ao máximo na organização do planejamento trabalhar nas unidades temas comuns porque facilita até o trabalho do outro a questão da assimilação do conhecimento.

Q16 - De que forma você trabalha com os estudantes acerca da formação de identidades e sobre as diferenças? Eu trabalho com a potencialidade e explico que os alunos têm aptidões diferentes. Cada um realiza a atividade física com suas limitações, mostrando assim, suas particularidades, sua identidade.

Q17 - A Lei 10.639/03 determina o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, em relação a essa obrigatoriedade você realiza/realizou alguma atividade associada a essa temática? A gente tenta trazer, como eu te disse, a gente não tem um material estruturado nem fornecido pela própria secretaria para poder trabalhar, mas a gente tenta nos períodos de dança, de luta, que seria a capoeira, trazer porque é algo que movimenta, dá uma dinâmica diferente e é algo até bonito de se ver e os próprios alunos gostam, é algo que é interessante para eles. Aí nesses momentos de... no caso, da minha disciplina, trabalhar luta, trabalhar dança, a gente tenta trazer esse lado mais próximo da realidade.

Q18 - Que atividades e materiais você costuma utilizar para proporcionar uma minimização do preconceito? As atividades em equipe, não mais em grupo, que tem a questão da diferenciação entre grupo e equipe, mas atividades em equipes, com projetos que todos participem, sejam uma construção coletiva independente de fulano ser branco, preto, menina ou menino, homossexual ou não, o trabalho tem que ser construído pela aquela equipe, todos se ajudando para poder se construir o conhecimento.

Q19 - Das atividades realizadas por você quais as consequências do alunado e da comunidade escolar? É um trabalho bom. Eu considero bom porque a partir do momento que eles podem se conhecer melhor o preconceito é quebrado, porque o preconceito, como a gente já tinha discutido, pelo menos na minha visão, é um conceito pré-concebido a respeito do que você não conhece, é apenas uma primeira visão. *Então essas atividades com você tendem a minimizar o preconceito?* Isso, porque a partir do momento que eu convivo, que eu conheço, que eu converso com o outro eu entendo melhor o jeito dele e minha ideia vai automaticamente mudando. Não tem como dizer que não vai mudar e a própria comunidade percebe porque o grupo fica mais coeso, tende a andar melhor, a produzir mais do que com esses pequenos atritos, que não são pequenos.

ANEXOS

ANEXO I – LEI N.º 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003